



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Aldeias Abandonadas, Património Imaterial e Desenvolvimento

Local: estudos de caso na Área Metropolitana de Lisboa

Marisa Galiza Filipe

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientadora:

Maria de Fátima Ferreiro
Professora Auxiliar

Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2013

Aos meus pais Adelino e Maria e à minha irmã Vanessa
Porque são a pedra firme onde tudo assenta

AGRADECIMENTOS

Ao Professor José Manuel de Mascarenhas que foi e é o meu maior cúmplice na procura de aldeias abandonadas.

Aos professores do ISCTE, que me marcaram com o seu profissionalismo e amizade. Um agradecimento especial ao Professor Roque Amaro que me fez ver que o Mundo é maior e melhor do que eu supunha.

À minha Orientadora Maria de Fátima Ferreiro que me exigiu persistência e a quem hoje posso chamar de amiga.

Aos meus colegas de mestrado, a todos e a cada um em especial.

À minha amiga Inês Cerejo que me acompanhou neste processo, e às eternas amigas Ângela Roussado, Sara Capitão e Paula Rosa. E ao Ricardo Henriqueta, claro.

Ao Tiago Vinagre pela dedicação e ajuda na formatação dos textos. E pelas idas às aldeias com sol, chuva e vento. E pelas fotos. E pelo rodapé. E...

Ao museu de Odrinhas pela disponibilização de documentos e pela ajuda em todo o processo.

Aos meus pais e irmã, porque como li há muitos anos “sonharam antes de mim”.

À família Baleia por me ter confiado as suas memórias.

E aos habitantes das Broas e de A-dos-Rolhados, vivos e mortos. Porque nem só de reis vive a História.

RESUMO

O abandono e desertificação de aldeias é um problema europeu que se tem vindo a acentuar a partir da segunda metade do século XX. Portugal é, em conjunto com outros países do Sul da Europa, um dos mais afectados por esta problemática que atinge todo o território nacional.

A tese parte uma pergunta: existem aldeias abandonadas na Área Metropolitana de Lisboa (AML), área com maior número de habitantes e de desenvolvimento económico em Portugal? Esta questão levou-nos a realizar o primeiro levantamento de aldeias abandonada na AML e, foram escolhidas para estudos de caso, a aldeia das Broas no concelho de Mafra e a Aldeia de A-dos-Rolhados no concelho de Sintra. Para cada um dos casos de estudo foram propostas medidas de revitalização e reabilitação das aldeias numa perspectiva holística que integra conceitos diversos como desenvolvimento local e património imaterial. Não foi possível encontrar um modelo único de reabilitação e revitalização de aldeias, na medida em que o património cultural (material e imaterial) de cada aldeia, as suas gentes e o seu território são diferenciados e, como tal, cada projecto é único também. Na nossa perspectiva, só num quadro económico multifuncional envolvendo actividade agrícolas, pequena manufactura e turismo cultural, é possível reverter o abandono e desertificação de aldeias, estabelecendo parcerias entre governo, população e todos os actores sociais interessados no projecto a aplicar em cada aldeia.

Palavras-chave: Abandono, desertificação, desenvolvimento local, património, aldeias abandonadas.

JEL: N14;O29

ABSTRACT

The abandonment and depopulation of villages is an European problem that has been increasing since the second half of the twentieth century. Portugal is, along with other countries of Southern Europe, one of the most affected by this problem that affects the entire national territory. The thesis starts with a question: are there abandoned villages in the Lisbon Metropolitan Area (AML) area with the highest number of inhabitants and economic development in Portugal? This question led us the first survey of abandoned villages in AML and for case studies were chosen the village of Broas at Mafra's county and village of A-dos-Rolhados at Sintra's county. For each case study it has been proposed the revitalization and rehabilitation of the villages in a holistic way that integrates diverse concepts as local development and intangible heritage. It wasn't possible to find a unique model of rehabilitation and revitalization for all villages, for the cultural heritage (tangible and intangible) of each village, its people and its territory are each one quite unique and so each project has to be unique too. In our point of view, only in an economic activity involving multifunctional agriculture, small manufacturing and cultural tourism, it is possible to reverse the abandonment and depopulation of the villages, establishing partnerships between government, population and all social actors interested in the project to be implemented in each village.

Keywords: Abandonment, desertification, local development, heritage, abandoned villages.

JEL: N14;O29

Basta-me um segundo
Saio porta fora
Quando o tribunal
Acordar a senhora

E vou ser eu quem conta
Tudo ao Sr. polícia
A acordar a esquadra
A trazer a milícia

A porta fechou-se
E ninguém lhe bateu
O senhor ladrão
Nem sequer apareceu

Abriu-se a janela
Veio o jardineiro
Agarrou-se a ela
Não sei o que lhe deu

-Ah mas onde é que estão
As aldeãs todas?
Não veio o ladrão,
Já não há pessoas?

A porta fechou-se
E ninguém lhe bateu
O senhor ladrão
Nem sequer apareceu

Oh sr. Sinistro,
Tenha lá cuidado
Que o melhor do mundo
É não ser enganado...

-Ah, mas onde é que estão
As aldeias todas
Não veio o ladrão
Já não há pessoas?

O ladrão, Madredeus, álbum *Existir*, 1997

ÍNDICE

Agradecimentos-----	Pag III
Resumo-----	Pag IV
Abstract-----	Pag V
Índice de Figuras -----	Pag IX
Anexos-----	Pag XI
Glossário de Siglas-----	Pag XII
Introdução-----	Pag 1
Capítulo I - O abandono e desertificação de aldeias	
1.1 A problemática do abandono e da desertificação de aldeias.-----	Pag 5
1.2 A desertificação das aldeias: um problema Europeu?-----	Pag 7
1.3 Análise das causas da desertificação de aldeias e lugarejos.-----	Pag 8
Capítulo II - Enquadramento Teórico: abandono, desertificação, desenvolvimento local e património imaterial	
2.1 O que é o abandono de terras?-----	Pag 11
2.2 Desertificação e despovoamento.-----	Pag 15
2.3 Desenvolvimento local: caracterização e evolução histórica do conceito.-----	Pag 16
2.4 Desenvolvimento local e património: o património cultural e o património imaterial. -----	Pag 19
Capítulo III - Abandono rural, políticas públicas e associações de desenvolvimento local	
3.1 As causas e as consequências do abandono rural.-----	Pag 25
3.2 Estratégias de combate à Desertificação.-----	Pag 28
3.2.1 Estratégias de combate à Desertificação no âmbito da ONU.-----	Pag 28
3.2.2 Políticas públicas de combate à Desertificação em Portugal.-----	Pag 30
3.2.3 O programa LEADER.-----	Pag 33

3.3 O papel e a intervenção das associações de desenvolvimento local.-----Pag 35

Capítulo IV - Opções Metodológicas

4.1 Análise quantitativa, estudo de caso e técnica das histórias de vida.----- Pag 39

Capítulo V - As aldeias abandonadas na Área Metropolitana de Lisboa

5.1 Caracterização do território em estudo.-----Pag 45

5.2 Levantamento das aldeias abandonadas na Área Metropolitana de Lisboa Reflexões sobre o mapa apresentado.-----Pag 56

5.3 Impactes do abandono das aldeias.-----Pag 59

Capítulo VI - Os estudos de caso: as aldeias abandonadas das Broas e de A-dos-Rolhados

6.1 Breve história das aldeias

6.1.1 Aldeia das Broas.-----Pag 63

6.1.2 O Casal de A-dos-Rolhados.-----Pag 71

6.2 Causas do abandono das aldeias de A-Dos-Rolhados e Broas.-----Pag 76

6.3 O Património afectivo contado na primeira pessoa: testemunho de Maria das Dores, filha de Gertrudes das Broas, mãe de Ermelinda, esposa de João Baleia.-----Pag 79

Capítulo VII - Potencialidades e contributos para a reabilitação de aldeias abandonadas

7.1 Ecomuseus, centros de Interpretação, parques culturais.-----Pag 81

7.2 Proposta de Valorização para a Aldeia das Broas.-----Pag 81

7.3 Um centro de interpretação para o Casal de A-dos-Rolhados?-----Pag 86

Conclusão-----Pag 89

Bibliografia-----Pag 93

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- <i>Carta da Susceptibilidade à Desertificação em Portugal Continental</i> , 2003,PANCD,DGOTDU-----	Pag 31
Figura 2- <i>Mapa da AML</i> , 2008, PROTAML-----	Pag 45
Figura 3- <i>Mapa das Aldeias Abandonadas na AML</i> , 2013,autoria de Sebastião Santos e Marisa Filipe-----	Pag 57
Figura 4- <i>Aldeia das Broas</i> , 1981, Museu de Odrinhas, sem catalogação-----	Pag 63
Figura 5- <i>Pedido de alteração de uma habitação na Broas</i> ,1920,Arquivo Municipal de Mafra, sem catalogação-----	Pag 66
Figura 6 - <i>Fotografia das Broas, aspecto geral em 1981</i> , Museu de Odrinhas, sem catalogação-----	Pag 67
Figura 7- <i>Fotografia das Broas, aspecto geral em 1991</i> , Museu de Odrinhas, sem catalogação-----	Pag 67
Figura 8- <i>Fotografia das Broas, aspecto geral em 2013</i> , autoria de Tiago Vinagre-----	Pag 67
Figura 9- <i>Fotografia de corte do porco</i> , 2013, autoria de Inês Cerejo-----	Pag 68
Figura 10- <i>Fotografia de entrada na Broas pelo caminho de Almourquim</i> , 2013, autoria de Inês Cerejo-----	Pag 68
Figura 11- <i>Fotografia da Buraca e a Cantareira</i> , 2013, autoria de Tiago Vinagre-----	Pag 68
Figura 12- <i>Fotografia do freixo Comunitário</i> , 2013, autoria Tiago Vinagre-----	Pag 69
Figura 13- <i>Fotografia da queijeira</i> , 2013, autoria Inês Cerejo-----	Pag 69
Figura 14- <i>Fotografia da salgadeira</i> , 2013, autoria Inês Cerejo-----	Pag 69
Figura 15- <i>Fotografia do poço comunitário</i> , 2013, autoria de Tiago Vinagre-----	Pag 69
Figura 16- <i>Fotografia da namoradeira</i> , 2013, autoria Inês Cerejo-----	Pag 70
Figura 17- <i>Fotografia do interior da casa da família Baleia</i> , 2013, autoria Tiago Vinagre-----	Pag 70
Figura 18- <i>Fotografia de A-dos-Rolhados, aspecto geral</i> , 2013, autoria de Marisa Filipe-----	Pag71
Figura 19- <i>Planta de A-dos-Rolhados, Levantamento provisório</i> , 1981, Museu de Odrinhas, sem catalogação-----	Pag 73

Figura 20- <i>Planta de A-dos-Rolhados, localização de propriedades e proprietários</i> , 1981, Museu de Odrinhas, sem catalogação -----	Pag 73
Figura 21 e 22 - <i>Fotografias do lagar de varas para produção vinícola</i> , 1981, Museu de Odrinhas, sem catalogação-----	Pag 74
Figura 23- <i>Fotografia de chaminé em Opus Testaceum</i> , 2013, autoria Marisa Filipe-----	Pag 74
Figura 24- <i>Fotografia de uma casa em A-dos-Rolhados</i> , 1981, Museu de Odrinhas, sem catalogação-----	Pag 74
Figura 25- <i>Fotografia de Oratório</i> , 2013, Marisa Filipe-----	Pag 74
Figura 26- <i>Planta de A-dos-Rolhados com os artigos a adquirir</i> , 1999, Museu de Odrinhas, sem catalogação-----	Pag 75
Figura 27- <i>Carta de Cardim Ribeiro a considerar a aquisição de A-dos-Rolhados uma 'pechincha'</i> , 1999, Museu de Odrinhas, sem catalogação-----	Pag 75
Figura 28- <i>Proposta de venda de A-dos-Rolhados pelo proprietário</i> , 1998, Museu de Odrinhas, sem catalogação-----	Pag 75
Figura 29 - <i>Ampliação de Fotografia Aérea Vertical (Missão Sintra, Aeronáutica Naval), mostrando o Casal de A-dos-Rolhados em 1944</i> , Instituto Geográfico Nacional-----	Pag 76
Figura 30- <i>Imagem aérea google earth de A-dos-Rolhados</i> , 2012-----	Pag 76
Figura 31- <i>Fotografia aérea vertical em que se mostra a Aldeia das Broas e a paisagem envolvente em 2007. O traço vermelho corresponde à fronteira entre os municípios de Sintra e de Mafra</i> , Câmara Municipal de Mafra, Missão Mafra 2009-----	Pag 77
Figuras 32- <i>Fotografia aérea de A-dos-Rolhados em 1946</i> , Instituto Geográfico Português-----	Pag 78
Figura 33- <i>Fotografia aérea vertical em que se mostra a Aldeia das Broas e a paisagem envolvente em 2007</i> , Missão Mafra, 2009-----	Pag 78
Figuras 34 e 35- <i>Desenho de duas casas da Aldeia das Broas e de uma prensa de varas</i> , 2001, autoria Rui Filipe-----	Pag 83
Figura 35- <i>Mapa das Broas com os proprietários em 1977</i> , 2013, autoria de Diogo Monteiro-----	Pag 84

ANEXOS

Anexo A-Quatro vídeos (em dvd) com a entrevista à antiga habitante da aldeia das Broas, Dona Maria das Dores Baleia

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ADL- Associação de Desenvolvimento Local

AM- Área Metropolitana

AML- Área Metropolitana de Lisboa

CNC-PANCD- Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação

DISMED- Desertification Information System for the Mediterranean

DGOTDU- A Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

FEADER- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEDER- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEOGA- Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

LEADER- Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural – Iniciativa Comunitária de Apoio ao Desenvolvimento Rural

ONU- Organização das Nações Unidas.

PAC- Política Agrícola Comum

PROT- Plano Regional de Ordenamento do Território

PROTAML- Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

QEC- Quadro Estratégico Comum

UNCCD- United Nations Convention to Combat Desertification

UNCED- Conferência das Nações Unidas Sobre Ambiente e Desenvolvimento

UE- União Europeia

UNEP- Programa das Nações Unidas para o Ambiente

UNESCO- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organizatio

INTRODUÇÃO

Esta tese parte da seguinte pergunta: Existem aldeias abandonadas na Área Metropolitana de Lisboa (AML)? Será que, como vamos observar, na área com maior população em Portugal Continental e com um elevado desenvolvimento económico, existirão aldeias que foram totalmente abandonadas pelos seus habitantes? Esta pergunta de partida levou-nos sempre as novas perguntas, a novas questões: Se existirem aldeias abandonadas, quantas serão? Onde estão localizadas? Porque é que foram abandonadas? Novas perguntas surgiram-nos sempre à medida que a nossa investigação se aprofundava. Mas a pergunta de partida impõe-se. Existem aldeias abandonadas na AML? Esta tese responde a esta pergunta procurando saber se a existência destas aldeias é um problema local e, como tal, estamos a estudar casos isolados de abandono de aldeias ou se podemos falar de um problema nacional, que atinge diferentes regiões do país, ou se estamos perante um problema europeu. O abandono e desertificação de aldeias atinge diversos países como Itália, Grécia e Alemanha e, por isso, os actores políticos deveriam ter políticas concertadas relativas a esta problemática.

O objecto de estudo desta tese pretende identificar as aldeias abandonadas na AML construindo o primeiro mapa das aldeias abandonadas da AML. A escolha da AML para estudar este tema deve-se, em primeiro lugar, a alguma investigação já desenvolvida e publicada sobre aldeias abandonadas na AML (Filipe e Mascarenhas, 2011) e com as particularidades deste território, combinando características urbanas e rurais. Um dos objectivos principais deste trabalho prende-se com a definição do conceito de abandono e do conceito de desertificação humana e os consequentes impactes naturais, paisagísticos, culturais e sociais deste processo. É igualmente importante reconhecer, compreender e analisar as causas gerais do abandono rural e da desertificação de aldeias. Como contributo para a investigação científica das aldeias abandonadas, é apresentado, pela primeira vez, o mapa das aldeias abandonadas na AML. Do mapa apresentado, foram seleccionados duas aldeias para caso de estudo: a aldeia das Broas (concelho de Mafra) e a aldeia de A-dos-Rolhados (concelho de Sintra).

A escolha destas aldeias deve-se à recolha de informação já efectuada sobre ambas e a razões afectivas: a autora reside no concelho de Mafra e é natural do concelho de Sintra. As razões afectivas que estão subjacentes à escolha dos estudos de caso colocam na primeira linha da investigação científica o conceito de Património Imaterial, ou seja o Património dos Afectos. O Património Imaterial foi reconhecido pela Unesco em 2003, atribuindo-lhe desta forma um carácter científico e privilegiando de forma justa o conhecimento “transmitido de geração em geração [...] constantemente recriado pela comunidade e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interacção com a natureza e a sua história”. No caso de uma aldeia abandonada, é o conhecimento dos antigos habitantes que poderá definir o Património Imaterial. Como tal, e dentro do conceito de património imaterial, a recolha de informação é feita pelo testemunho directo dos habitantes das aldeias em estudo, definidos pela Unesco como Tesouros Humanos Vivos, na medida em que “São pessoas que possuem um elevado grau de conhecimento e técnicas necessárias para efectuarem ou recriarem elementos específicos do Património Cultural Imaterial” (Unesco, 2003).

Serão propostas medidas de reabilitação e de revitalização das aldeias das Broas e de A-dos-Rolhados. Com base na literatura já recolhida, e em alguns exemplos nacionais e internacionais de reabilitação de aldeias, as hipóteses a apresentar para a “reinvenção do rural” devem relacionar-se com a criação de oportunidades económicas que permitam manter a população circundante ou originárias destas aldeias e também atrair novos habitantes que permitam desenvolver de forma sustentável essa área, mantendo a coesão social. Dessa forma serão analisadas de forma muito crítica as opções turísticas aplicadas sobre as aldeias desertificadas e de que modo estas intervenções tiveram impactes positivos ou negativos no desenvolvimento local. Também será estudado de que forma as associações locais serão importantes para o desenvolvimento local e qual deverá ser o seu papel nos aspectos económicos, culturais, sociais e paisagísticos.

Os nossos objectivos gerais são os seguintes: identificar todas as aldeias abandonadas na AML e criar o respectivo mapa, contribuir para a definição dos conceitos de abandono, desertificação de aldeias, desenvolvimento local e património imaterial, inferir a importância das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) para a reabilitação e valorização de

aldeias num quadro de desenvolvimento local e apontar novos caminhos para a reabilitação e revitalização de aldeias abandonadas. Como objectivos específicos deste trabalho propomos a identificar as causas económicas, sociais, culturais e naturais que estão na origem do abandono rural nas aldeias escolhidas para estudo de caso: A-dos-Rolhados e Broas. Em cada uma delas procuraremos o “genius loci” e o “genius social” e avaliaremos os impactes resultantes do abandono e desertificação das aldeias em estudo a nível ambiental, paisagístico, cultural e social. É também nosso objectivo identificar as potencialidades de desenvolvimento e de recuperação das aldeias escolhidas para estudo de caso, propor linhas mestras para a reabilitação do rural e analisar as potencialidades dos espaços rurais em abandono para novos habitantes.

A tese está estruturada em sete capítulos diferentes. O primeiro capítulo irá abordar o problema da desertificação de aldeias como um problema europeu, analisando algumas causas para a desertificação de aldeias e lugarejos. O segundo capítulo desta tese apresenta o quadro teórico onde serão identificados os conceitos mais relevantes do trabalho tais como ‘abandono’, ‘desertificação’, ‘desenvolvimento local’ e ‘património imaterial’. O terceiro capítulo analisa políticas públicas de combate à desertificação, programas comunitários europeus de apoio à revitalização de aldeias e apresenta as potencialidades das ADL. O quarto capítulo apresenta a metodologia utilizada, o quinto capítulo analisa a área em estudo, a AML e apresenta as aldeias abandonadas neste território enquanto no sexto capítulo serão estudadas as aldeias seleccionadas para os estudos de caso. O sétimo e último capítulo apresentará propostas de revitalização e valorização para aldeias abandonadas que incluem as populações, o governo local, as associações locais e outros actores do terreno.

Esta investigação não quer encerrar em si todas as respostas. O nosso contributo maior será colocar em debate a problema emergente do abandono e desertificação de aldeias, que ocorre mesmo em áreas de grande expansão económica e social e, sobretudo, procurar soluções ou formas de intervenção que permitam reabilitar as aldeias abandonadas, dando-lhes de volta a sua “alma”, o seu ‘genius loci’, aquilo que cada uma das aldeias tem de diferente das demais.

Capítulo I

O abandono e desertificação de aldeias

1.1 A problemática do abandono e da desertificação de aldeias

O abandono e desertificação de aldeias não é um acontecimento apenas respeitante aos séculos XX e XXI. Desde a pré-história que lugares, aldeias, vilas e até cidades foram abandonados num movimento permanente de mudança, intrínseco à própria condição humana. Pelas mais diversas razões tais como a diminuição da produtividade dos solos, desvio de rotas comerciais, até a causas violentas como batalhas, pestes e outras fatalidades, a verdade é que nos últimos 50 anos do século XX e na primeira década do século XXI, o modo de vida tradicional associado à vida de aldeia alterou-se profundamente. Depois da Segunda Guerra Mundial, o crescimento das cidades e das suas zonas suburbanas com necessidade de mão-de-obra, levou a que muitos habitantes do mundo rural trocassem os seus modos de vida e modos de subsistência (que se exprimem na pequena agricultura e pastorícia) por modos de vida urbanos (aliados ao conforto e a um maior cosmopolitismo) cortando, na maioria das vezes, laços familiares e sociais fundamentais ao bem-estar de cada indivíduo.

Em Portugal, a migração do campo para as cidades, a que se acrescenta a grande emigração dos anos 60 para países europeus como França, Alemanha e Luxemburgo, e ainda a emigração para as antigas colónias portuguesas, tiveram como consequência um progressivo abandono dos campos, a que se seguiu a consequente desertificação de aldeias. Nos anos 90 acentuou-se ainda mais o processo de êxodo rural, incentivado pela expansão da construção civil. Segundo José Reis (2001), são quatro os factores que transformam a sociedade em geral e o meio rural em particular: uma intensificação da relação com os mercados de trabalho, maior territorialização das práticas quotidianas, maior urbanização e maior cosmopolitismo dos comportamentos. Para Costa, por seu lado, à medida que cada vez mais pessoas abandonam os campos para ir viver nas cidades, a relação com o mundo rural altera-se e percepção sobre o meio rural passa a ser construída, transformando o meio natural num *status* simbólico (Costa, 1999). Qualquer mudança, sobretudo o abandono do meio rural e a desertificação de aldeias, conduz ao desaparecimento de elementos que fazem parte das

práticas do dia-a-dia: pessoas, práticas da comunidade, comportamentos, saberes, objectos, ambientes construídos, paisagens, práticas e rituais.

A perda destas práticas cria sentimentos de não pertença, na medida em que o novo habitante da cidade nunca deixa de ser “novo”, ou seja estranho ou “estrangeiro” ao local, e o abandono da sua terra acaba por atenuar, mesmo que pouco a pouco, quase imperceptivelmente, os laços familiares e afectivos com o lugar de onde se partiu. A vivência em áreas urbanas sem coesão social entre gerações e muitas vezes sem uma percepção clara do território, permite perdas de factores sociais e pessoais tão marcantes como perda da auto-estima, do auto-reconhecimento, de esperança num futuro melhor e fontes várias de conforto (Roca & Oliveira, 2005).

Mas, por outro lado, também é verdade que no caso das comunidades originárias da aldeia abandonada, os laços mantêm-se e não raras vezes se fortificam. A aldeia perde o seu lugar como espaço habitado, mas consolida-se como espaço de memória, onde as práticas ancestrais encontram o seu significado e a identidade de uma população e a identidade individual ocupam o seu espaço. A aldeia adquire uma nova função como signo de uma vivência feliz, em oposição à vida da cidade vazia e com propósitos unicamente económicos. A aldeia e os campos abandonados são locais de ligação entre o homem, a natureza e a comunidade, recheados de histórias, práticas e de projecções positivas, num processo que os antropólogos caracterizam como reinvenções de tradição e identidade. O património da aldeia reflecte valores associados a modos de vidas ancestrais, que passam a ser ferozmente identificados e salvaguardados sob a forma de recusa de desaparecimento. A velha casa, o velho moinho, a velha eira, adquirem um valor afectivo ou estético mesmo que tenham sido no passado fontes de sofrimento ou exploração (Peixoto, s/a). Como tal, verifica-se que nos casos onde se aplicaram processos de recuperação e revitalização de imóveis a ideia bucólica está sempre presente, procedendo-se a um processo que Pérez (2001) identifica como uma “patrimonialização feliz”. Neste caso podemos afirmar que a aldeia adquire uma nova função, com um novo uso no e para o território. Reconhecendo a aldeia abandonada como um recurso, é importante que se adoptem medidas para a recuperação desses espaços, que voltam a ter novos usos quer como espaços de memória quer como propósitos turísticos e outros.

Desta forma, as aldeias abandonadas voltam a ser um recurso importante para o desenvolvimento local e são criadoras de uma nova economia que beneficiam não apenas o local mas todo o território onde a aldeia está inserida (Figlia, 2011).

1.2 A desertificação das aldeias: um problema Europeu?

O problema da desertificação e do abandono não se coloca apenas para o caso do território português. É, segundo Di Figlia (2011), um problema de dimensões europeias. É um problema porque a escala do abandono de aldeias atingiu uma dimensão exponencial e os impactos causados são de várias ordens: social, cultural, ambiental e paisagística. A mudança de usos de solos tem repercussões na paisagem natural, no ciclo da água, no ciclo de carbono, na erosão dos solos, criando novos cenários e problemas na paisagem como incêndios florestais e perda da diversidade cultural (Gallard, 2002). As populações perdem uma parte importante da sua vivência, da sua cultura e ficam sem pertencer a um lugar, na medida em que muitos destes antigos habitantes não se conseguem integrar nos ritmos das novas povoações e, por outro lado, o “seu lugar” é um espaço deserto e inabitado.

Em Espanha, para combater processos de auto-exclusão, os antigos habitantes das aldeias abandonadas organizam-se em associações para que se possam reunir e definir algumas estratégias de recuperação dos antigos espaços e, sobretudo, adquirir uma identificação e coesão social que a cidade lhes retirou. Neste País o fenómeno da desertificação de aldeias é absolutamente impressionante. Em 2012, contavam-se mais de 509 populações abandonadas. Na Catalunha¹, por exemplo, o espaço montanhoso ocupa 17,8% do território; no entanto, só 1% da população o ocupa (idem, 2002).

Em Itália, Luca di Figlia identificou até ao ano de 2011 no território continental e ilhas 101 aldeias totalmente desertificadas. Em Itália, o fenómeno do abandono de aldeias tem o seu auge em 1960 e as principais causas de abandono relacionam-se com dinâmicas de

¹ O site www.pueblosabandonados.com, apresenta o número de povoados abandonados quer a nível do território nacional, quer a nível das regiões. A investigação científica em Espanha também é profícua, destacando-se a revista *Ager*, especializada em questões do despovoamento e abandono rural.

emigração e migração provocadas, muitas vezes, por catástrofes naturais. No entanto, este autor chama a atenção para o facto de que mesmo quando o abandono está relacionado com catástrofes naturais, são os factores sociais, económicos e culturais que influenciam a decisão de abandonar o espaço. As cheias constantes em algumas aldeias, a possibilidade de repetição de abalos de terra e outras situações de catástrofe, levam a que algumas famílias abandonem o território, seguindo-se outras famílias, num processo lento mas progressivo que conduz à destruição do tecido social, das relações de vizinhança e ao inevitável abandono da aldeia. Apesar de algumas comunidades até insistirem na reconstrução da aldeia, a destruição repetida do património construído e da economia local, não lhes deixa outra alternativa senão reconstruir a sua comunidade em outros espaços, que muitas vezes se situam perto da aldeia que abandonaram mas que lhes permitem uma maior segurança.

Na Grécia, tal como em Portugal, não existem ainda dados sobre o fenómeno da desertificação de aldeias. No entanto, encontramos as mesmas preocupações sobre o abandono rural e definição de medidas para reverter este processo. Estas são preocupações presentes, por exemplo, no estudo de Huxford, Blue e Rietzen (2009) sobre a ilha de Kelafonia. Apesar das causas de abandono variarem de país para país e de localidade para localidade, as preocupações são comuns, o que nos leva a pensar que estas questões também deveriam ter preocupações e estratégias políticas a nível europeu.

1.3 Análise das causas da desertificação de aldeias e lugarejos

As aldeias abandonadas são o exemplo extremo do problema do despovoamento e da desertificação das áreas rurais. Não é um fenómeno novo e ao longo da história encontramos povoados, vilas e cidades abandonadas em todas as culturas e nos mais diversos países. Na impossibilidade de se estudar este vasto problema, foi decidido que para esta tese só seriam consideradas as aldeias abandonadas na AML e, apenas, se o abandono tivesse ocorrido a partir da segunda metade do século XX. Para que se entendam as causas do abandono e desertificação de aldeias, é preciso que ocorram um dos dois fenómenos que levam ao abandono de aldeias: fenómenos espontâneos ou fenómenos induzidos (Trigal et al, 2009).

Por fenómenos induzidos entenda-se epidemias, guerras, erupções e construção de barragens. Em Portugal, a construção de barragens é a causa do abandono da aldeia de Vilarinho das Furnas, uma aldeia comunitária de Trás os Montes, e da aldeia da Luz, no Alentejo. Conhecem-se também casos de aldeias operárias despovoadas, relacionadas sobretudo com a indústria mineira e que acabaram desertificadas devido à falência das empresas como é o caso da aldeia mineira adjacente à Mina de São Domingos, no Alentejo, concelho de Mértola. Além da mina abandonada e da aldeia em vias de desertificação, o caminho-de-ferro para a mina também deixou de passar e o porto fluvial ficou sem barcos (Carvalho, 2009).

Quanto a factores espontâneos, a maioria dos autores e da comunicação social relaciona sobretudo o factor envelhecimento como causa directa para o despovoamento (Trigal et al, 2009). É verdade que esta causa, tal como vamos analisar no capítulo da desertificação, é considerável e o seu impacto é maior quanto mais isolada for a povoação. Ao envelhecimento populacional devemos associar outros cinco factores referidos por Sousa (2011): desemprego efectivo ou eminente; desejo de melhor bem-estar e de máxima qualidade de vida; existências de redes de apoio e de interconhecimento; transformações verificadas na economia e na sociedade portuguesa; desenvolvimento periférico do meio rural. Ou seja, a litoralização da economia portuguesa, assim como a concentração de universidades na faixa costeira, faz com que os jovens migrem quer para o litoral quer para as cidades do interior que se desenvolveram (casos de Évora, Aveiro, entre outras) à procura de emprego, de melhores condições de vida e de conforto.

A tudo isto estará intrínseco o desejo de reconhecimento e da procura de um estatuto social mais elevado. A aldeia reconhece como sucesso a integração plena nas indústrias e actividades terciárias, desvalorizando a própria comunidade a agricultura e os modos de vida tradicionais. Desta forma, os jovens vêm-se obrigados a partir na procura deste sucesso, para que a comunidade de onde partiram, e eles próprios, reconheçam o novo estatuto que alcançaram.

Para entender todas as particularidades da problemática do abandono e desertificação do território é preciso, por um lado, que se conheçam as políticas públicas relativas ao tema e,

por outro, que se entendam de forma clara os conceitos de abandono, desertificação, desenvolvimento local e património imaterial, que constituem o nosso quadro teórico, apresentado no próximo capítulo.

Capítulo II

Enquadramento Teórico: abandono, desertificação, desenvolvimento local e património imaterial

2.1 O que é o abandono de terras?

O conceito de abandono é um conceito amplo, que deve ser entendido nesta tese como abandono de terras. Apesar de estarem muitas vezes relacionados, nem sempre o abandono de terras leva ao abandono de aldeias, nem o abandono de aldeias significa o abandono das terras circundantes ao espaço da aldeia. A desertificação de uma aldeia pode ocorrer pela pouca produtividade agrícola das terras, mas também é verdade que em várias aldeias desertificadas, as terras circundantes continuam a ser cultivadas.³ Mas, dada a importância do abandono de terras para a temática da desertificação, é importante que se analise o conceito de abandono de terras através dos estudos em seguida apresentados.

O abandono da terra ocorre como “ resultado de forças motrizes externas, tais como mudanças no mercado, ou alteração internas, por exemplo, se o sistema atravessa um limiar invisível, tal como o crescimento dos solos para o crescimento das plantas” (Lucinda⁴, 2002: 1). Na definição de abandono de terra sem produção agrícola, apresentada por Correia (2006) este é definido como um “Um espaço, um objecto, uma actividade, está abandonado ou não está. (...) Isto porque, em geral, abandono da terra tem sido definido operacionalmente como o processo através do qual a gestão da terra com um objectivo específico de produção deixa de ser feita.” (Correia, 2006: 4). Ou seja, definindo o abandono como um processo e não como um estado, o abandono fica apenas ligado ao estado de produção agrícola não

³ Por exemplo, na aldeia das Broas escolhida para estudo de caso nesta tese, a aldeia está desertificada mas os campos agrícolas continuam cultivados.

⁴ O Projecto Lucinda (Land care in desertification- affected áreas: from Science towards application) pretende disponibilizar um vasto conjunto de resultados dos 28 processos de investigação sobre a desertificação no sul da Europa. Para saber mais consulte http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/DEFI_Curso/DEFI_-_Apresentacao_LUCINDA.pdf

englobando os outros usos como usos de gestão passiva como pastos, apicultura, caça, entre outros, ou seja, não são prática regulares de transformação de terrenos em aplicações directamente produtivas, mas que fazem parte do processo de usos da terra. A relação directa entre abandono dos campos e abandono da actividade agrícola pode não ser, por isso, tão estreita como se supõe. Os novos usos dos solos e a procura da multifuncionalidade da paisagem rural vêm introduzir novos indicadores que não apenas a indicador da produção agrícola. É por isso “problemático numa análise territorial a nível nacional, associar-se as áreas de mato/áreas degradadas, a abandono, uma vez que não se pode saber de facto qual é o seu grau de abandono, apesar de serem áreas sem uma produção agrícola” (idem: 4). Assim, a presença e densidade de matos como indicador com validade absoluto para o abandono deve ser tomado com precaução e analisado em conjunto com outros indicadores. No que concerne à agricultura

“[...]registam-se muitas vezes processos de extensificação, em que os sistemas de produção se tornam progressivamente mais extensivos, com consequências a nível do uso do espaço e interacções com a dinâmica da comunidade à qual estes sistemas estão ligados – mas só num determinado momento, e nem sempre, a actividade é de facto abandonada.” (idem: 5).

Alguns proprietários, por motivos diversos, podem a determinado momento abandonar a actividade agrícola mas raramente há um abandono geral e simultâneo. Há, principalmente no interior norte do país, tendências de declínio e despovoamento mas não, segundo o estudo em análise, o abandono absoluto de uma área, como fase final de um despovoamento. Em síntese, a aplicação do conceito de abandono pode ser considerado demasiado radical na maioria dos casos do mundo rural e da dinâmica em termos socioeconómicos. É então necessário introduzir novos indicadores que serão inferidos a partir da dinâmica a três níveis diferentes: dinâmica de ocupação do espaço, dinâmica do sector agrícola, e dinâmica socioeconómica da comunidade. Nalguns casos esta dinâmica pode tendencialmente levar ao abandono da actividade agrícola ou mesmo da terra, mas nem sempre, sendo que outras actividades ou usos podem substituir a primeira, ou esta manter-se por via de outras funções que não a produção. Por isso, apenas poderemos considerar que uma terra está ao abandono quando se verificarem as três dinâmicas em conjunto, ou seja quando não existe ocupação do espaço nem ocupação agrícola e nem a utilização do espaço pela comunidade. Embora se infira neste estudo que as áreas interiores são as mais propensas a um risco de abandono total,

é difícil afirmar que os proprietários a consideram abandonada ou, com base nestes novos indicadores, não lhes apliquem outros usos passivos.

Mas quando a terra não tem um uso passivo nem activo, ou seja se encontra num estado de abandono efectivo, como é analisada a situação em termos normativo-legais? Ferreiro (2005) debruça-se sobre esta questão, analisando o abandono tal como este é definido no Código Civil pelo artigo 1345º. Este artigo, relativo às “Coisas Imóveis sem dono Conhecido” tem duas anotações que devemos atentar: “ 1. Se um móvel pode ser uma res nullis , pode perder-se a propriedade por ele por abandono, um imóvel não fica vacante por se ter abandonado o direito sobre ele (...).”Mota Pinto *cit* por Ferreiro, 2005: 255); [...] 4. O “abandono”, em sentido próprio, corresponde, em sede de direitos reais, ao conceito de renúncia abdicativa e tem como efeito a extinção (perda absoluta) do direito abandonado. Por isso, o abandono- *derelectio*- de coisa imóvel integra-a, *ex-lege*, no património do Estado”(idem: 255). Ou seja, o que se infere deste artigo é que um imóvel nunca fica vacante, a renúncia por parte de um proprietário prenuncia a sua ocupação por parte do Estado, passando a ser o Estado, de facto, o seu proprietário. A este propósito refere Ferreiro que, e seguindo as fontes da doutrina sobre o assunto “a integração no património do Estado dos imóveis que se saiba não terem dono envolve uma extinção de um direito e a constituição de outro” (idem: 256), porque o bem passa a pertencer ao direito privado do Estado e não à categoria de domínio público. Segundo Oliveira Ascensão, citado pela autora, a renúncia faz parte do direito de disposição, ou seja, é integrado no direito de propriedade pelo artigo 62º da Constituição que, permitindo a transmissão da propriedade, também permite a sua pura desistência (Ferreiro: 243). Se propriedade é transmitida de forma livre aos descendentes e ascendentes que a ela tenham direito, estes também podem da mesma forma proceder à sua desistência. Para Menezes Cordeiro a renúncia devia ser entendida como um acto jurídico relativo a imóveis e nessa medida refere que se deveria exigir escritura pública e registo porque a

“Renúncia, pelas suas próprias características (...) deve ser equiparada a uma doação, sofrendo, por isso, as limitações gerais derivadas dos princípios das garantias patrimoniais por dívidas e da lógica do sistema sucessório, no tocante à salvaguarda dos interesses dos herdeiros legítimos” (idem, *cit* por Ferreiro: 255)

Esta posição de Menezes Cordeiro colhe alguma consideração por de Ferro e pela nossa parte também na medida em que “tem a particularidade de introduzir uma dimensão de responsabilização porque pressupõe uma tomada de consciência da incapacidade/ desinteresse dos proprietários relativamente aos imóveis” (idem, 256). Ficam por resolver os casos de omissão (em que o proprietário não tem consciência de que possui o imóvel) e casos de consciencialização e actuação.

Nos casos de consciencialização e actuação, ou seja quando o proprietário abandona o bem de forma inequívoca, mas é seu para efeitos de registo de propriedade, a aplicabilidade do artigo 1345 deveria ir mais longe do que o desconhecimento do dono do imóvel. Neste sentido, “a figura do “não uso”, outra das situações que conduzem à extinção de direitos reais, pode oferecer algumas das vantagens porque pressupõe a atribuição de atribuir aos direitos reais uma função social que não é cumprida. Tendemos também a concordar com a afirmação de Ferro que alerta para as diferentes realidades territoriais: “[...] ainda assim, e no caso da terra, o “não uso” deve, em nosso entender, ir além do “ não uso” produtivo, contemplando as situações de ausência de cuidado que devem ser definidas no contexto das diferentes realidades territoriais” (idem: 257). Por exemplo, devemos interrogar-nos se deve prevalecer o ponto de vista do proprietário na medida em que “análises recentes em estudos de caso mostram que os proprietários podem não considerar como abandonadas áreas que estejam cobertas de mato, mesmo mato denso “ (idem: 6) ou o interesse comum, dado que a área em abandono é potenciadora de fogos, lixeiras e outros perigos públicos, ao mesmo tempo que poderá ser atractiva para outros quer do ponto de vista de usos passivos ou usos extensivos. Estamos perante aquilo a que António Covas (1999) chama de nova geração de direitos: do ordenamento, da conservação e da gestão agro-ambiental. Estes direitos, reconhecidos no discurso político ideológico não têm “instrumentos regulamentares, logística técnico administrativa, planos operacionais, recursos humanos “ (Covas, 1999: 11). Deste modo, a profusão de lei de bases sem regulamentação, vai impedindo resolução de problemas, facilitando a “acomodação de interesses” (idem, 12). Desta forma as questões de fundo continuam sem ser resolvidas, com penalização dos territórios- problema, que continuarão desfavorecidos e sem oportunidade de qualquer tipo de desenvolvimento.

2.2 Desertificação e despovoamento

A desertificação é um problema complexo que resulta da interacção de mudanças sociais com as mudanças do clima e flutuações nos ecossistemas. Aubreville, ecologista francês, já na década de 40 do século passado, alerta para a desertificação como expressão extrema de degradação ambiental. Para Dregne (1983) a desertificação é um processo de mudança nos níveis de produtividade da terra, transformando-a em terra inútil para fins de produção como resultado da acção do homem e da erosão do solo. Em 1988, Dixon define a desertificação como uma secura climática induzida pela acção desastrada do ser humano sobre o uso do solo e sobre a cobertura vegetal. No que concerne aos processos sociais, estes estão associados à modernização e à integração dos sistemas sociais, às alterações populacionais, à mudança na geopolítica e na economia política das regiões e dos países e à falta de atenção prestada na substituição das técnicas tradicionais pelas tecnologias industrializadas (Hare et al, 1992). Por tudo isto não é errado afirmar-se que a desertificação é um problema humano.

As tendências demográficas actuais demonstram o aumento dos desequilíbrios populacionais, afectando particularmente as áreas rurais dos países em vias de desenvolvimento. A imigração e o crescimento das cidades contribuem para o aumento da área populacional das regiões metropolitanas e, ao mesmo tempo, o êxodo rural do campo para a cidade acelera o despovoamento destas áreas. O meio rural envelhece porque as taxas de mortalidade descem e as taxas de natalidade não sobem, invertendo o ciclo de crescimento natural. Em casos extremos, como os que estamos a estudar, a base produtiva degrada-se tanto que as pessoas são forçadas a abandonar por completo o seu modo de vida tradicional e o seu habitat (Hare et al, 1992). Ou seja, os processos de desertificação levam, em casos extremos, ao despovoamento do território. O despovoamento é assim uma causa directa do processo de desertificação, não sendo por isso a mesma coisa, tal como é muitas vezes entendido. Podemos dizer que o despovoamento é a face visível da desertificação, sendo entendido nesta tese como um dos principais indicadores do processo de desertificação.

Para invertermos este ciclo, teremos de ter políticas públicas bem desenhadas e actuantes sobre o território. Mas qualquer política deve ter em conta o território e as pessoas

que pertencem a esse território. O tipo de desenvolvimento a aplicar será de base local, respeitando as bases teóricas do conceito de desenvolvimento local, apresentado em seguida.

2.3 Desenvolvimento local: caracterização e evolução histórica do conceito

Depois da Segunda Guerra Mundial, entendia-se que o desenvolvimento dos países estava unicamente relacionado com o crescimento económico e era a base económica a única condição necessária para o bem-estar e desenvolvimento das populações. As suas especificidades culturais não eram tidas em consideração o que provocava sentimentos de frustração e revolta em países do chamado Terceiro Mundo, expressos claramente em 1955 na conferência de Bandung, também conhecida como conferência dos países não-alinhados. Nesta conferência reivindicou-se uma cooperação entre os 27 países asiáticos e africanos participantes que se opuseram ao modelo neoliberal dominante. Os sinais crescentes de mal-estar nos países desenvolvidos, a tomada de consciência dos problemas ambientais causadas pelo desenvolvimento, expressos mais tarde no relatório Brutland, a que se acrescentam irregularidades de crescimento económico nas décadas seguintes aos anos dourados, a multiplicação de crises diversas nos países sociais (Amaro, 2003) levam a que na década de 70 se dê um ponto de viragem nas abordagens e práticas de desenvolvimento.

Dos novos conceitos que se estruturam como abordagens alternativas ao desenvolvimento, que assentam numa perspectiva multifuncional, multicultural e multidisciplinar, destacam-se o de desenvolvimento sustentável e o conceito que privilegiamos neste trabalho: desenvolvimento local.

O conceito de desenvolvimento local surge da herança do desenvolvimento comunitário dos anos 60 e aproveita os seus três pilares mais importantes: auscultação das necessidades das populações, mobilização das capacidades como ponto de partida para as soluções dos problemas e visão integrada dos problemas e soluções. Entre estas cabe destacar: village concept, proposto pela Organização Mundial de Saúde (WHO); another development (Dag Hammarskjöld Foundation, 1982); desenvolvimento endógeno ou bottom-up (Stöhr, 1981); desenvolvimento territorial, de teóricos do paradigma territorialista, com destaque para Stöhr (1990), e desenvolvimento participativo com destaque para Friedman (1996). Para este

autor o desenvolvimento participativo não consiste apenas na melhoria genuína e duradoura das condições de vida e de existência, mas sobretudo na luta política pelo ‘empowerment’ dos indivíduos que remete para a ideia de cidadania e, portanto, democracia activa e permanente (Friedmann, 1996).

Em Portugal o conceito de desenvolvimento comunitário é introduzido e aplicado nos anos 60 com objectivos claros na promoção do bem-estar das populações (sendo o projecto-piloto da Benedita um dos exemplos mais citados e bem-sucedidos), uma vez que tinha, por base, preocupações de ordem de saúde pública (de que foram “corpo” projectos em Aljustrel e Moura) e também preocupações com a educação de adultos e introdução de novos sistemas agrícolas que permitissem que as populações saíssem dos ciclos intermitentes de pobreza que passavam de geração em geração. Os percursores deste movimento, a que podemos chamar o início do desenvolvimento local, foram sobretudo Alfredo Sousa, Manuela Silva, Paulo Freire e Maria de Lourdes Pintassilgo (Amaro, 2012). Os projectos da década seguinte são inspirados nas obras e projectos destes autores, contrariando o abandono a que as áreas sociais e comunitárias, fora das chamadas obras sociais da Igreja, estavam votadas.

Nos anos 80, o conceito de desenvolvimento local autonomiza-se, e autores como, definido como conceito autónomo a partir dos anos 80, apresentado por Pecqueur (1989), Vachon (1993) ou Houeé (2001) destacam um conjunto de elementos resumidos por Amaro da seguinte forma:

“[...] um processo de mudança, centrado numa comunidade territorial, que parte da constatação de necessidades não satisfeitas, às quais se procura responder prioritariamente a partir das capacidades locais, o que pressupõe uma lógica e uma pedagogia de participação, em articulação necessária e fertilizadora com recursos exógenos, numa perspectiva integrada e integradora, o que implica uma dinâmica de trabalho em parceria, com impacto tendencial em toda a comunidade e com grande diversidade de caminhos, protagonismos e soluções” (Amaro, 1999: 38).

Assente no paradigma territorialista, pressupõe a mobilização de recursos de cada território para a satisfação das necessidades das populações aí existentes (Henriques, 1990). Tem como ponto de partida a noção de que existem necessidades locais que atingem todo um

colectivo e que as respostas para os problemas locais se encontram no território e nas populações locais obedecendo a uma lógica participativa (modelo participativo) a partir das bases ('from below'), que valorize a importância das pessoas e das comunidades na solução dos seus problemas. Procura-se dotar os habitantes locais de "empowerment", que lhes permita procurar as melhores soluções para um futuro a curto, médio e longo prazo, baseados nos conhecimentos endógenos das populações e intervindo com novos conhecimentos sempre que se revele necessário.

Nesta perspectiva vários investigadores, entre os quais Amaro (1991) e Reis (1992), analisam o local como uma dimensão duplamente relacional: para que o processo seja exequível e eficaz importa obter um determinado limiar de densidade demográfica, para além da dimensão técnico-económica, institucional e humana, dimensões essas necessárias ao sucesso do processo de desenvolvimento, para qual poderão contribuir vários tipos de entidades desde as oficiais como autarquias até às cooperativas e associações locais. É também nesta óptica que autores como Giménez (1996), Hoven et al. (1996), Lowe et al. (1997) têm destacado a importância da formação de redes, procurando assim superar a velha dicotomia entre modelos endógenos e exógenos (Cardoso, 2007). Associado ao conceito de desenvolvimento local, está ou deveria estar, o conceito de governança, porque uma boa governança é um requisito fundamental para um desenvolvimento sustentado.

Governança não é mesmo que governabilidade que apenas se restringe aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado. A governança incorpora equidade social e direitos humanos. A governança refere-se a "padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transacções dentro e através das fronteiras do sistema económico", incluindo-se aí "não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes) hierarquias e associações de diversos tipos" (Santos,1997:342). Ou seja, enquanto a governabilidade tem uma dimensão estatal, a governança opera num plano mais amplo, englobando todos os actores locais, incluindo todos os sectores na sociedade, criando uma linguagem inclusiva e aberta a todos os interessados no processo/projecto de desenvolvimento local.

As populações e atores locais, tidos em conta em todo o processo, tanto como ponto de partida como fim último, são o resultado mais desejável para que as comunidades se apercebam dos seus recursos endógenos, permitindo-lhes construir uma base comunitária que tenha estímulos sociais, culturais e económicos a médio e longo prazo, preferencialmente. Sobre a sustentabilidade do desenvolvimento, Luís Moreno afirma o seguinte:

“[a] acção organizada das pessoas, existindo motivação intrínseca, tem consequências estruturantes na satisfação das suas necessidades e dos seus interesses, na medida em que a conjugação de esforços é factor de capacitação colectiva para a superação de diversas limitações naturais e culturais, incluindo as políticas” (Moreno, 2007: 193).

No nosso objecto de estudo, aldeias abandonadas, é também muito importante que qualquer projecto ou acção de desenvolvimento local tenha em consideração um outro factor: a sustentabilidade cultural. É essencial para a comunidade que se valorize a sua memória colectiva, não de uma forma romantizada, mas “mas como um culto às raízes no sentido de conservação da memória colectiva” (Rodrigues, s/a).

É através de uma consciência de grupo, em conjunto com outros parceiros, que qualquer projecto de desenvolvimento local atinge mais facilmente resultados positivos ou consonantes com o bem-estar das populações. Para o funcionamento a longo prazo do desenvolvimento local é necessário que se assuma a “regulação do sistema através de uma política social dinâmica, participada e abrangente” (Moreno, 2007: 134), de modo a que todos interajam e se revejam, assumindo-o como “nosso” e “meu” projecto em simultâneo, e por isso o protejam, acarinhem e dinamizem.

2.4 Desenvolvimento local e património: o património cultural e o património imaterial

Até aos anos 50 do século XX, e na realidade ocidental, não podemos afirmar que a definição de património fosse acessível a todas as camadas da sociedade. A percepção do que era património estava reservada às elites que a definiam, estudavam e a caracterizavam pelo seu valor de objecto. O património era classificado, catalogado e definido por disciplinas (como arte, arquitectura, entre outras) e entendido por poucos, classificado por poucos,

acessível a poucos e derivava das artes e ofícios das elites privilegiadas: pinturas, artes decorativas, paramentos, palácios, catedrais, mosteiros...

A vida quotidiana era tratada pelas artes não científicas, chamemos-lhes assim, como a poesia, a literatura, reivindicada, por exemplo, pelo poeta Ferreira Gullar :

“A História humana não se desenrola apenas nos campos de batalha (...) também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros das esquinas. Disso quis fazer a minha poesia (...)” (Gullar, 1999).

Só a partir dos anos 50, sobretudo com as directivas da UNESCO, a definição de ‘património’ se alarga a outros conceitos antropológicos, que reivindicam identidades e etnias, a que se aliam preocupações ambientais, criando um clima propício para o alargamento do conceito de património. Os grupos mais desfavorecidos, silenciados pelas práticas patrimoniais mais conservadoras, introduziram dimensões antropológicas que enriqueceram o conceito de cultura e património como a noção de identidade. Esta identidade surge como esforço da adaptação de um grupo a uma contexto físico e socioeconómico desfavorável, criando laços e tradições que na persistência do tempo se tornam marcos culturais. Contudo, estes marcos culturais são vistos do ponto da dialéctica e não da existência, chamando-se bens culturais (Diaz, 2005). Como exemplo assumem-se os bens culturais de África, Oceânia e outras regiões não europeias e, desta forma, validam-se as suas identidades, etnias e cultura. Mas o ponto de vista que prevalece ainda é o europeu sobre o não europeu, digamos assim.

O autor do conceito de bens culturais (de extraordinária importância, devemos ser justos) foi Franceschini (Comissão Franceschini⁵). Este autor, em conjunto com alguns do

⁵Instituída pela lei n.º 310, de 26 de Abril de 1964, em Itália, a Comissão Franceschini (Comissão de inquérito sobre a protecção e valorização das coisas com interesse histórico, arqueológico, artístico e da paisagem) apresentou em 1966 o conceito de bem cultural: “Pertencem ao património cultural da Nação todos os bens que tenham referência à história da civilização. Estão submetidos à lei os bens de interesse arqueológico, histórico, ambiental e paisagístico, arquivístico e bibliográfico, bem como qualquer outro bem que constitua testemunho material com valor de civilização.”

seus pares, atribuiu ao valor do objecto (material, raridade, época) o carácter simbólico e introduz a sua referência no contexto da cultura em estudo. Atentemos na seguinte definição: “O objecto per si pode não ter muito valor histórico ou artístico, mas o seu valor simbólico pode ser tal que a sua preservação seja essencial para se perceber uma cultura por si só. Desta forma, ‘o património histórico-artístico’ passa a ser património cultural” (Diaz, 2005:7).É, portanto, a noção de “objecto” como “valor”, embora abarcando outras componentes como o carácter simbólico, que caracteriza o Património. Este conceito definia-se partindo do objecto a que se atribuíam valores observáveis e tangíveis, até ao ano de 2003, altura em que a UNESCO introduz o conceito de Património Imaterial que se define da seguinte forma:

“Considera-se património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural” (UNESCO, 2003).

Os objectivos desta Convenção (UNESCO, 2003) são os seguintes: a) a salvaguarda do património cultural imaterial; b) o respeito pelo património cultural imaterial das comunidades, dos grupos e dos indivíduos em causa; c) a sensibilização, a nível local, nacional e internacional, para a importância do património cultural imaterial e do seu reconhecimento mútuo; d) a cooperação e o auxílio internacional, no quadro de um mundo cada vez mais globalizado, que ameaça uniformizar as culturas do mundo aumentando simultaneamente as desigualdades sociais (UNESCO, 2003).

São visíveis nestes objectivos um novo paradigma que traduz a importância dos “pequenos patrimónios” como valor para as comunidades, mas também como uma mais-valia na garantia das comunidades perante as desigualdades sociais. Infere-se o valor económico que estes patrimónios podem ter para as comunidades e como estes podem ser a garantia da sobrevivência destas comunidades perante um mundo globalizado. A manutenção destes patrimónios “diferentes” permite não apenas manter as identidades locais, mas serve também como garantia de autenticidade perante uma noção de mundo cada vez mais

horizontal, em que as culturas não são mais que pequenos apontamentos dentro do espaço globalizado e inócuo, face aos novos valores civilizacionais que se têm vindo formar perante o (s) processo (s) de globalização, ameaça que a UNESCO reconhece no seu último objectivo.

No artigo 2.3 da Convenção para a salvaguarda do Património Imaterial, que temos vindo a referir, introduz-se o indicador de Tesouros Humanos Vivos. Estes “tesouros” são pessoas que possuem um grau elevado de conhecimento e competências técnicas que são essenciais para que se executem ou recriem elementos específicos do património imaterial, que abrangem desde artesanato até canções, numa escala sempre aberta ao livre pensamento. Atentemos nas palavras: Tesouros Humanos Vivos. Não é fácil para um investigador do campo social, principalmente um historiador, mudar o seu esquema de pensamento para que passe a incluir não apenas o valor humano das coisas não tangíveis, como associar a estes a noção de Vida. Neste sentido, este conceito não bastou ser definido, teve de ser complementado com metodologia própria, referida pela UNESCO, de modo a dispersar dúvidas.

A identificação deste património obedece a novas metodologias, dado que é um património que parte da comunidade para o exterior, que é identificado de dentro para fora, em que a comunidade o reconhece como seu e portanto o defende, antes da proposta que o cientista possa aplicar sobre ele. É um património vivo, na medida em que Património Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu ambiente, da sua interacção com a natureza e da sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.

O cientista social reconhece este património sem intervir sobre ele, ou seja não o classificando e mostrando o seu valor às comunidades locais, mas parte do ponto oposto: as comunidades que são detentoras deste património permitem que o cientista social recolha este património identitário, coerente, construído pela memória que a par da unidade física e continuidade cronológica seria construtora da identidade (Pollack, 1992, cit por Diaz, 2005).

O enquadramento normativo do Inventário do Património imaterial é estabelecido a nível nacional conjuntamente pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho e pela Portaria n.º 196/2019, de 9 de Abril (v. secção “Legislação e Normativos”). A nível internacional a implementação do Inventário Nacional tem como objetivo o cumprimento da obrigação primacial a que se refere o Art.º 12.º da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), decorrente da sua ratificação, por parte do Estado Português, em 2008. As questões do Património Imaterial são essenciais para que se perceba e se complemente a história de uma comunidade na medida em que permite perceber as teias de afectos construídos sobre estas comunidades, mesmo quando estas já não existem fisicamente, como é o caso de uma aldeia abandonada.

A aldeia abandonada não é apenas o seu casario, mas uma complexa teia de relações sociais e afectivas que ligam as pessoas à terra, mesmo quando a sua permanência nesta se torna impossível. Em muitas destas aldeias, os laços comunitários são de tal forma acentuados, que as possibilidades de voltar à aldeia de partida são de facto bastante viáveis, se algumas das razões que os afastaram forem resolvidas. Noutras, apesar de a impossibilidade ser evidente, os antigos habitantes reconstróem nos novos lugares onde habitam as mesmas relações sociais de vizinhança que tinham no antigo lugar de vivência. E, por diversas razões, as aldeias abandonadas não deveriam ficar fora quer do esquema de pensamento do cientista social, quer dos projectos de desenvolvimento, correndo-se o risco de não se perceber quer o enquadramento total das populações, quer os desejos e aspirações das mesmas.

Capítulo III

Abandono rural, políticas públicas e associações de desenvolvimento local

3.1 As causas e consequências do abandono rural

Após a Revolução Industrial o paradigma económico alterou-se profundamente. De uma economia assente no aproveitamento dos recursos naturais passou-se para uma economia industrial e progressivamente para uma economia terciária, assente nos recursos humanos (Gallart, 2002). A agricultura de pequena escala, de autoconsumo, alterou-se para fazer face às exigências da vida citadina com o crescimento exponencial da população (Moreira *cit* por Ventura, 2010). A pressão demográfica exercida impôs um aproveitamento máximo de todos os recursos naturais o que provocou o desaparecimento massivo dos recursos florestais e a degradação dos pastos por uso excessivo. O uso de sistemas de produção menos conservadores e o seu uso extensivo para actividades metalúrgicas, navais e a exploração silvícola, transformaram o território num espaço aberto, desflorestando-o completamente (Gallart, 2002).

Portugal é o país europeu mais afectado pela desertificação, seguido pela Turquia e pela Itália. Nos países mediterrâneos, e até ao ano de 2000, a área agrícola sofreu um abandono estimado entre 8 a 15%. De acordo com a Organização Desert Watch⁶, a desertificação afecta um terço do território português, prevendo-se que nas próximas duas décadas afecte dois terços de todo o território nacional. Às principais causas para o abandono de terras, como os fluxos migratórios e erosão dos solos, juntam-se também as políticas agrícolas aplicadas pelo Estado Novo mas também, e já no contexto da então CEE, com a Política Agrícola Comum (PAC) e a forte emigração e migração que ocorre desde 1950 e que têm como destino, e respectivamente, outros países europeus e os espaços urbanos do País.

⁶ Desert Watch é uma agência espacial Europeia que desenvolve sistemas informáticos baseados em tecnologia Eo que ajudam as autoridades nacionais e locais a monitorizar a degradação de terras ao longo do tempo. Para saber mais: http://www.desertwatch.info/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=2

Começamos a nossa análise pela questão dos fluxos populacionais. Na segunda metade do século XX a população portuguesa registou um crescimento devido a fluxos de imigração ou retorno das antigas colónias. No período de 1970-81 as reduzidas saídas e grande fluxo de retornos aumentaram significativamente o crescimento total da população. Mas as taxas de natalidade e de mortalidade, ou seja o que denominamos por crescimento natural, abrandaram significativamente. Assim, e passada a fase de transição demográfica, algumas regiões registaram um decréscimo da natalidade e também um decréscimo da mortalidade, tornando-se regiões envelhecidas. Os fluxos migratórios de jovens oriundos das regiões interiores para as regiões litorais intensificaram este processo de envelhecimento populacional. Em 1994, a fachada litoral portuguesa era destino migratório privilegiado de jovens e, como tal, estas áreas apresentavam fluxos demográficos estáveis. Ao invés, os concelhos interiores e de origem desses jovens, apresentavam saldos naturais reduzidos ou mesmo nulos, como é o caso da Beira Interior Sul ou Pinhal Interior (Cavaco e Ramos, 1994).

O principal impacto resultante dos fluxos migratórios em grande escala, traduz-se na procura de novas formas de subsistência que não a tradicional economia assente na agro-pecuária. O êxodo desta população leva também à quebra de laços familiares inter-geracionais e à falta de oportunidades nas regiões abandonadas dado que são sobretudo os homens e mulheres em idade activa que abandonam estas regiões. As áreas que recebem estas populações não estão, frequentemente, preparadas para tal, criando situações de dupla exclusão: uma exclusão que deriva da área que se abandonou e onde não se quer voltar e outra exclusão da área que se escolheu mas de onde não se sentem parte integrante. Em casos extremos esta dupla exclusão pode assumir proporções de grande gravidade porque muitos destes indivíduos que se deslocaram para as áreas urbanas convenceram-se que a sua vida na cidade ou na indústria carecia de futuro. A sua antiga profissão relacionada com a economia agro-pecuária não é reconhecida nem valorizada, acabando estes indivíduos por se arrastarem ou morrer, num processo normalmente da ordem das dezenas de anos (Martínez, 1993).

Em termos de políticas agrícolas, observemos com atenção a zona do Alentejo escolhida para caso de estudo do abandono da terra em Portugal por parte do estudo *Lucinda* concluiu que devido à intensificação agrícola, sobretudo pela campanha do trigo que teve

lugar durante o Estado Novo, e que apoiava os agricultores para o cultivo deste cereal (fornecendo-lhes sementes, maquinaria, fertilizantes e subsídios), a degradação do uso do solo atingiu proporções de grande gravidade, levando à ruptura da actividade agrícola e ao êxodo destas populações para as cidades. Com o 25 de Abril, os novos governos alteram a base política e apoiaram o cultivo de áreas marginais e solos pobres, o que na prática intensificou os já avançados processos de desertificação deixando a terra cada vez mais pobre. Por outro lado, a pastorícia de animais como o porco, ovelhas, vacas e cabras em solos de Montado, ou seja solos pobres em vegetação, esgotou os solos já muito debilitados por anos de maus usos e anos de seca contínuos. A este cenário, já de si pobre, juntaram-se grandes fogos que acabaram por debilitar os já muito debilitados solos. Os impactes ambientais ocorrem como consequência da má utilização dos solos por parte de actividades humanas, revelando-se através de explorações agro-económicas e agro-florestais insustentáveis, que levam à desertificação do território. O mau uso do solo torna-o, pouco a pouco, menos valioso e produtivo, mais exposto aos elementos climáticos como a erosão, salinização etc., que provocam grandes danos nos solos por um longo período de tempo. A qualidade das águas também diminui porque, por um lado, o uso de químicos impregna os solos e, por outro, o processo de salinização torna a água menos potável.

Nos anos 90 a Política Agrícola Comum, revelou-se totalmente inadequada perante as realidades regionais e locais. Por decisões políticas europeias, o trigo continuou a ser comercializado quando o seu valor comercial já não era rentável e as explorações pastorícias mantinham os números de animais artificialmente altos para que se mantivesse a cota acordada com a União Europeia (UE). A plantação de *Pinus Pinea*, vulgo Pinheiro Manso, foi aconselhada e financeiramente participada na região alentejana, alterando o ecossistema da região tradicionalmente naturalmente ocupado por azinheiras (Roxo et al citado por Branco et al, 2010). No entanto, também é verdade (e o estudo Lucinda reflecte esta situação de forma muito expressiva) que o abandono prolongado dos usos do solo em alguns territórios alentejanos permitiu que, passados mais de 50 anos, as terras se recuperassem. O aparecimento de vegetação natural nesses territórios está a minimizar os processos de erosão associados ao uso da terra. É importante acompanhar este caso tanto na perspectiva da utilização dos solo (porventura com novos usos agrícolas menos intensivos e utilização para

pastagens) como na perspectiva da repovoação local que, segundo dados dos Censos, continua em declínio não invertendo o processo de desertificação.

Em síntese, a desertificação é um processo contínuo que origina um ciclo vicioso que se inicia pela erosão física dos solos e consequente partida da população para locais onde lhes seja permitido melhorar as suas condições de vida. Com mais população a erosão das terras é mais acentuada; com menos população a terra é progressivamente abandonada e com baixa densidade populacional não se justifica investimentos em infra-estruturas e redes viárias, o que origina mais partidas e a saída de mais mão-de-obra aumenta os custos da actividade produtiva, o que leva ao consequente abandono da terra. A economia tradicional perde peso criando condições para que as actividades do terceiro sector progridam e atraiam para as cidades do litoral cada vez mais gente (Roca e Oliveira, 2005) e se, este círculo contínuo não for invertido, levará fatalmente ao abandono do mundo rural e consecutiva desertificação de aldeias' (Cavaco,1994).

3.2 Estratégias de combate à Desertificação

3.2.1 Estratégias de combate à Desertificação no âmbito da ONU

A problemática da desertificação e as suas consequências tornaram-se mais visíveis a partir de 1986, quando região do Sahel entrou em situação de catástrofe devido às fracas precipitações, que conduziram à perda de solos agrícolas, pastagens, gado, vegetação e a extremas reduções de reservas de água. Em 1971 as economias apoiadas na agricultura colapsaram e as reservas alimentares esgotaram. As perdas de vidas humanas contam-se entre 100 000 a 250 000, muitas delas também devido ao processo forçado de migração para os campos de refugiados (Hare et al, 1992:13-14). Este período designado de grande seca (1968-1973) foi o mote para a Assembleia Geral das Nações Unidas convocarem, em Dezembro de 1974, uma conferência realizada em 1977 em Nairobi, designada por Conferência para as Nações Unidas para a Desertificação no Quénia, de 29 de Agosto a 9 de Setembro, que conduziu à elaboração do PACD- Plano de Acção de Combate à Desertificação, levado à prática pelo UNEP- Programa das Nações Unidas para o Ambiente. Pela primeira vez, a desertificação era encarada como um problema global de cariz económico, social e ambiental.

Contudo, e apesar de alguns casos de sucesso, em 1991 a degradação dos solos nas regiões áridas, semiáridas e sub-húmidas tinha aumentado. Apesar dos esforços, o programa não contemplava uma visão de Desenvolvimento Sustentável, essencial para a integração de todos os elementos, o que acabou por ser determinante para a realização da Cimeira da Terra (Conferência das Nações Unidas Sobre Ambiente e Desenvolvimento - UNCED), em 1992, no Rio de Janeiro, cuja principal preocupação foi a de encontrar estratégias para o combate à Desertificação.

Desta Conferência saiu a Convenção do Combate à Desertificação, designado Comité Intergovernamental de Negociação para a Elaboração de uma Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afectados por Secas Graves e/ou Desertificação, em particular em África que teve lugar em Paris, no ano de 1994. A 17 de Junho foi adoptada a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e posteriormente assinada e adoptada por 155 países, no qual se inclui Portugal, que assinou a Convenção a 14 de Outubro de 1994 (UNCCD,2008b). A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação entrou em vigor em 26 de Dezembro de 1996 e com a assinatura desta Convenção, os Governos de cada país assumiram as suas responsabilidades perante o problema.

Em Janeiro de 2012, realizou-se a conferência Rio+ 20 no Rio de Janeiro, 20 anos depois Conferência da Terra. Com um projecto ambicioso, as discussões oficiais focaram-se em dois temas principais: como desenvolver uma economia verde de forma a alcançarmos um desenvolvimento sustentável e tirar as pessoas da pobreza; e como ampliar a coordenação internacional para o desenvolvimento sustentável. O tema da desertificação não foi esquecido e a declaração final denominada ‘O Futuro que Queremos’, dedica-lhe cinco artigos (do artigo 205 ao artigo 209), embora continue a referenciar a desertificação apenas como um processo de degradação do solo e de seca. No entanto, apela a uma acção coordenada a nível nacional, regional e internacional, que permita a partilha de informação, estimulando assim um processo dinâmico associado ao problema. Compromete-se a fortalecer a UNCCD através da captação adequada, previsível e oportuna de recursos financeiros e ressalva também a importância de que se encontrem métodos e indicadores para manter e avaliar a desertificação. É preciso mais e é preciso ir mais longe. É preciso que os países apliquem as

medidas adoptadas e a comunidade em geral se preocupe com o tema. E que cada país estabeleça políticas públicas adequadas e as aplique de modo a que o problema não se propague e as consequências se tornem irreversíveis.

3.2.2 Políticas públicas de combate à Desertificação em Portugal.

O dia 17 de Junho de 1999 foi declarado Dia Mundial de Combate à Desertificação e em Portugal, nesse dia, foi apresentado o Programa nacional de Combate à Desertificação (PANCD), definido como prioridade política nacional. De acordo com a resolução aprovada, considera-se que

“ A desertificação é um problema económico, social e ambiental que afecta importantes partes do território nacional” e, nesse sentido “Nos termos da s alíneas d) e g) do artigo 199 da Constituição, o Conselho de Ministros resolveu: a) Aprovar o Programa Nacional de Combate à Desertificação, adiante designado por PANCD, que consta do anexo a esta resolução, que dela faz parte integrante, e que tem por objectivo orientar, disciplinar, promover, dinamizar, integrar e coordenar as acções de combate à desertificação e minimização dos efeitos de seca nas zonas semiáridas e semi-húmidas, nomeadamente naquelas em que é mais notória e problemática a erosão e degradação das propriedades do solo, a destruição da vegetação e a deterioração do ambiente e dos recursos naturais e da paisagem em geral (...).”

O Programa de Acção nacional de Combate à Desertificação- PANCD- admite o seguinte:

“A desertificação é um fenómeno fortemente influenciado pelo homem, é então ao homem que compete tomar medidas para que, principalmente nas regiões em risco, se evitem todos os processos que facilitem a desertificação, pois que, uma vez iniciada , os mecanismos de realimentação interna intensificarão o fenómeno e dificilmente se reconstituem, naturalmente, as primitivas condições. A desertificação constitui assim uma realidade que depende de factores naturais (secas e variações climáticas) e humanos”.

Reconhecendo que 60% do território Português tem uma exposição moderada à desertificação, o PANCD define os seguintes cinco objectivos estratégicos: conservação do solo e da água, fixação da população activa nos meios rurais, recuperação das áreas afectadas, sensibilização da população para a problemática da desertificação, consideração da luta contra

a desertificação nas políticas gerais e sectoriais. Para cada objectivo geral foram desenhadas linhas de acção (ou eixos) e definidos objectivos específicos.

A Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), procurou responder às questões da desertificação, entendendo-as não apenas no plano dos usos dos solos, mas também como um problema de ordenamento do Território, com profundas implicações na actividade humana. Assente em todas estas dinâmicas a DGOTDU propôs à CNC-PANCD – Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação a execução de um documento de orientação, documento de orientação 02/2007, que permitisse a adequada elaboração dos planos regionais de ordenamento do território. Deste projecto resultou a Carta de Susceptibilidade à Desertificação em Portugal Continental no âmbito do DISMED (Desertification Information System for the Mediterranean), projecto criado no quadro da UNCCD, no âmbito dos programas de cooperação inter-regional baseada em quatro índices: (1) Índice de Qualidade do Clima/Índice de Aridez; (2) Índice de Qualidade do Solo/Índice de Susceptibilidade dos Solos; (3) Índice de Qualidade da Vegetação e; (4) Índice de Qualidade de Uso do Solo.

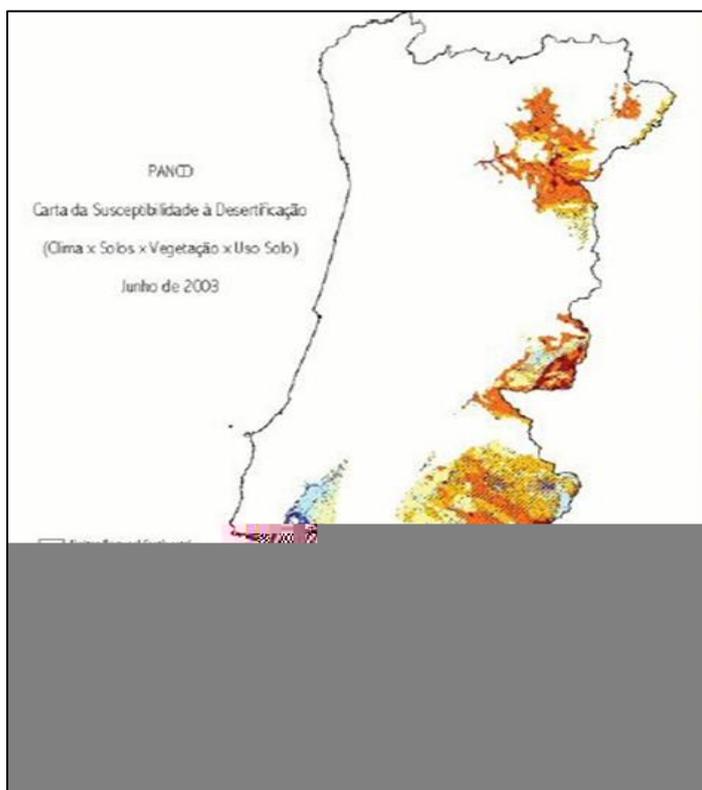


Figura 1- *Carta de Susceptibilidade à Desertificação, PANCD, 2003*

Os Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT) foram desenvolvidos tendo em conta os objectivos específicos e eixos de intervenção e linhas de acção do PANCD, de acordo com as especificidades de cada região e tendo em atenção os resultados apurados na carta de susceptibilidade à desertificação.

Em cada PROT foram integrados indicadores de desertificação que levaram à identificação de áreas mais afectadas e quais os impactes sobre as populações, os recursos naturais e o território (DGOTDU, 2007). Propõe-se a elaboração de cartografia para cada PROT, que expresse as áreas críticas e prioritárias de intervenção (elaborada pela CND-PANCD em conjunto com as subcomissões regionais), assim como roteiros de casos de sucesso de inversão ou combate à desertificação em cada região que possam ser um farol para iluminar soluções para outras áreas afectadas pelos mesmos problemas. Em termos de objectivos e medidas concretas quer para a região de Lisboa, quer para o desenvolvimento rural, o plano de acção da Região de Lisboa e Vale do Tejo 2014-2010, inova ao introduzir as palavras-chave: crescimento inteligente, crescimento inclusivo, capacitação regional e crescimento sustentável. É reconhecida na região de Lisboa as suas potencialidades turísticas e a existência de um conjunto diversificado de sectores de desenvolvimento económico, onde as explorações agrícolas têm um peso ainda considerável. É uma reunião de contrastes, onde 13,4% da população são trabalhadores não qualificados e taxa de abandono escolar os 20.8 % em 2011, mas também onde 25,3% da população possui uma formação de ensino superior. Esta pode ser uma das razões para que exista uma fraca colaboração entre empresas e universidades, porque a grande maioria dos gestores de pequenas empresas portuguesas não concluiu o 9ºano e as universidades ainda não foram eficazes em estabelecer parcerias que permitam uma maior eficiência na transmissão de conhecimentos e tecnologias. Esta “terra de ninguém” ao nível do conhecimento tem de ser combatida através de projectos específicos baseados no local e que consigam, em conjunto com as populações, identificar os problemas do local. É também essencial que existam fundos de apoios europeus, com um programa específico que permita actuar localmente. Felizmente esse programa já existe e tem o nome de programa LEADER.

3.2.3 O programa LEADER

O programa LEADER existe há 20 anos em Portugal e é uma das mais eficazes iniciativas dirigidas ao desenvolvimento dos territórios rurais. Desde 1991 que o programa LEADER tem recebido apoio contínuo da UE, tornando-se um elemento importante na política de desenvolvimento rural com um elevado nível de aceitação em toda a Europa. A sua grande particularidade é a abordagem ‘bottom up’ que privilegia experiências e iniciativas locais, sendo capaz de mudar o local intervindo no local tendo em atenção os recursos endógenos e exógenos. O programa LEADER tem como base o conceito de desenvolvimento local e apoia-se no paradigma territorialista, trabalhando directamente com as populações, o que faz desta sua especificidade um caso de sucesso reconhecido quer pelas populações quer pelas mais variadas instâncias políticas. No quadro comunitário de apoios 2014-2020, o programa LEADER é apoiado por vários fundos europeus (QEC), apresentado nos art.º 28º a 31º, do Regulamento dos Fundos, e nos art.º 42º a 45º, do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural/FEADER. Trata-se de uma abordagem multidisciplinar que tem como prioridade os seguintes eixos: transferência de conhecimento e inovação; competitividade e viabilidade; económica; organização e gestão de cadeias alimentares; ecossistemas; eficácia na utilização dos recursos e inclusão social; redução da pobreza e desenvolvimento económico nas zonas rurais.

Para que estes objectivos sejam cumpridos é importante que a abordagem se focalize territórios sub-regionais específicos e seja orientada para a comunidade por grupos de acção local compostos por representantes dos interesses socioeconómicos públicos e privados locais. Todas as estratégias devem ter por base as necessidades e as potencialidades locais numa visão integradora e holística, que inclua funcionalidades inovadoras no contexto local e permita trabalho em rede e cooperação entre todos os agentes económicos sociais e políticos.

Como já analisamos, a problemática da desertificação de aldeias está também relacionada com o abandono das actividades agrícolas e pastorícias. Como tal, no quadro de apoios comunitários para o desenvolvimento rural (no qual se inclui o FEOGA- Orientação e Garantia Agrícola e o FEDER- Fundo de Desenvolvimento Regional), 5% da repartição orçamental está destinado ao programa LEADER. A justificação para o apoio ao

desenvolvimento rural tem como base os seguintes factores: 1º- a procura de alimentos é estável mas o desenvolvimento tecnológico originou uma sobreprodução de alimentos, pelo que o sector agrícola necessita do ajustamento estrutural mais adequado; 2º- a necessidade de encontrar rendimentos alternativos e opções de emprego para agricultores, empresas e trabalhadores rurais; 3º- os problemas que decorrem da diminuição da população rural.

Os numerosos projectos no âmbito do programa LEADER são, na generalidade, projectos individuais com investimentos de dimensão reduzida. Neste caso, faz todo o sentido que as intervenções efectuadas sejam a nível local, englobando medidas de natureza pública e privada. Os projectos no qual o programa LEADER intervém são sobretudo os que reforçam a qualidade de vida nas zonas rurais e que promovem a diversificação das actividades económicas através de medidas dirigidas para o sector agrícola e para outros actores rurais. Esta é a principal razão para que nos quadros comunitários 2014-2020, dentro dos programas FEDER, a abordagem LEADER (mencionada nos artigos 42 a 45) seja aconselhável ou desejável nas seguintes medidas: sistema de qualidade para os produtos agrícolas e géneros alimentícios; serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais. É caso para dizer que o novo quadro comunitário de apoio e a abordagem LEADER está feito à medida do nosso objecto de estudo.

É preciso, contudo, ressaltar que apesar dos esforços políticos e dos estudos realizados no ano de 2001, 171 municípios tinham perdido população. Dez anos depois, e segundo os Censos de 2011, o número aumenta para 198 municípios, verificando-se a continuidade galopante do processo de despovoamento. Apesar do sucesso registado pelo programa Leader, no quadro geral do combate à desertificação, estes números levam-nos a crer que as medidas aplicadas não foram eficazes para combater a desertificação e a aplicação de políticas de controlo de povoamento não surtiram o efeito desejado.

A viabilidade económica e social dos campos não foi ainda alcançada, de modo a moderar os fluxos urbano-rurais (Hare et al, 1992). Aponta-se a hipótese de as comunidades não se terem sentido envolvidas na discussão e aplicação das políticas públicas e, neste caso, quaisquer que sejam as medidas aplicadas, não terão sucesso se a comunidade não for

envolvida na sua participação e se não se tiverem em conta os valores culturais e sociais e estilos de vida (idem, 1992). Sem a participação voluntária das comunidades, estas medidas não terão impacto e não trarão o processo de desertificação sendo, provavelmente, uma das principais razões para insucesso dos planos de combate à desertificação em vigor em Portugal. Para que as comunidades se sintam envolvidas e participante, é essencial uma boa comunicação entre todos os actores políticos, sociais e culturais.

Um dos actores fundamentais em todo este processo, e que ainda não foram aqui referidos, são as associações de desenvolvimento local e o seu papel vital para estabelecer estas pontes. A importância ADL é cada vez maior porque permitem que se concretizem os projectos, fazendo a ligação entre as políticas públicas e a sua forma de proceder (regulamentos, forma de apresentação, data de entrega) com os agricultores ou pequenos empresários e a população rural em geral. As associações são, na prática, a entidade que descodifica os programas dos fundos comunitários europeus e permite que este conhecimento chegue a quem de direito. O seu papel no combate à desertificação é assim vital e deve ser posto em relevo.

3.3 O papel e a intervenção das associações de desenvolvimento local

Define-se por associação, regra geral, uma organização de um grupo de pessoas com objectivos comuns, ainda que de diversa natureza (económica, social, política, cultural, recreativa), operando de modo autónomo perante o Estado e na qual cada um dos membros adere numa base voluntária independentemente da vontade dos indivíduos tais como a família ou a classe social, constituindo, assim, uma das expressões de maior vitalidade nas sociedades (Weber, 1978). Uma associação também pode ser descrita como um processo ou uma entidade: o processo diz respeito a vários indivíduos que interagem para um fim específico ou para uma série de objectivos; a entidade respeita à organização de indivíduos que se mantêm juntos em virtude de um conjunto de regras por todos reconhecidas, que regulam o seu comportamento recíproco em ordem a um fim específico ou a uma série de objectivos (Michell, s/d).

Importa compreender qual o papel das associações de desenvolvimento local num mundo cada vez mais global e regulado por entidades internacionais e directivas europeias e de que medida as associações potenciam os recursos exógenos e captam os recursos exógenos. E também de que forma interagem com as populações e se as assumem como parceiras ou apenas “público-alvo” do seu trabalho ou seja “importa saber em que medida as instituições, colectividades e associações contribuem para o desenvolvimento local; em que medida o fazem em prol das populações e, se tais organizações e iniciativas se limitam a reproduzir o *status quo* a favor de determinados grupos ou se representam um corte com o *status quo* e em que medida uma ou outra estratégia beneficiam ou não as populações” (Cardoso, 2007:2). Se é certo que as associações surgem frequentemente à margem do Estado, fruto da vontade dos cidadãos que se associam de forma livre e com interesses comuns, também é verdade que muitas têm surgido ligadas quer juridicamente quer economicamente dependentes do próprio Estado. Este factor não significa que a população local não se sente envolvida, mas pode ser um entrave à independência das associações. Por outro lado, apesar das parcerias serem desejáveis porque podem trazer competências técnicas e critérios de qualidade, se não integrarem a participação e apelarem ao envolvimento das gentes locais, não serão uma alavanca eficaz para o desenvolvimento local.

O papel das associações de desenvolvimento local, tendo em conta a dispersão e deterioração dos recursos naturais (capital biofísico) e a disfunção das relações sociais e dos recursos humanos (capital social) no mundo rural, é sobretudo a procura de soluções que permitam inverter este ciclo de declínio. Por isso a multifuncionalidade do rural para ser aplicada tem de ter em conta a área da aplicação (‘based-area’), tornando-se o local, as suas potencialidades e fragilidades o fio condutor para qualquer projecto de desenvolvimento rural (Fleskens et al,2009).

Quaisquer opções que “complementem “a agricultura de pequena escala, tais como o turismo rural, têm de estar contextualizadas com o desenvolvimento social da área em que se aplicará o projecto. Há que ponderar entre o processo de envelhecimento demográfico e as novas facilidades de mobilidade geográfica dos cidadãos e o facto de certos segmentos da população mais jovem ser cada vez mais instruída e melhor informada que as gerações do

passado. Estes factores repercutir-se-ão também na procura e na oferta de diversidade de serviços a prestar a uma população que consumirá mais tempo de lazer (Cardoso,2007).

As vantagens do modelo territorialista, que se pode chamar também modelo de proximidade tal é a relação entre o território e as pessoas, tem a vantagem de ao conhecer o território, procurar os parceiros e os recursos que melhor se adequem ao local, assumindo as pessoas não como beneficiários das políticas de desenvolvimento mas como parte participante (e por isso o conceito de desenvolvimento local atribui tanta importância ao processo participativo) e activa em qualquer processo de projecto de desenvolvimento local. Se as pessoas e o local não forem tidos em conta, as hipóteses de sucesso são muito reduzidas. As associações locais são essenciais para criar as pontes entre o local, as pessoas, o projecto e as mais diversas instituições.

Como tal, contactamos Associações de Desenvolvimento Local na área de Mafra e na área de Sintra, locais de implantação das nossas aldeias em estudo. Apesar de não ser nosso objectivo (por agora) desenvolver um projecto de desenvolvimento local nas aldeias em estudo, contactamos a Associação de Defesa do Património de Sintra e a Associação do Comércio Indústria e Serviços do Concelho de Mafra, que se mostraram interessadas em saber mais sobre estas aldeias, porque a informação recolhida sobre as aldeias pertence ainda ao domínio camarário ou aos dos investigadores da história local. Esta falta de comunicação entre os investigadores, câmaras, associações de desenvolvimento local e as gentes do território revela-se uma lacuna grave em qualquer processo de desenvolvimento porque não aproveita sinergias, dispersa recursos e não envolve todos os interessados no projecto como seria desejável.

Capítulo IV

Opções Metodológicas

4.1 Análise quantitativa, estudo de caso e técnica das histórias de vida

Esta tese parte de uma pergunta: existem aldeias abandonadas na AML? Por isso, foi preciso começar por responder a esta pergunta, averiguando se existiam aldeias abandonadas na AML, qual o seu número e em que concelhos se situavam. Para tal, foram enviadas missivas (carta registada e /ou envio de emails) para todas as Câmaras Municipais integradas na região em estudo. Estas missivas e as suas respostas foram fundamentais para a recolha de dados e consequente realização desta tese, uma vez que os dados facultados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) são pouco explícitos sobre estas matérias em análise. Os 18 municípios que fazem parte da AML responderam de forma breve e amável às três questões colocadas:

1ª Existem aldeias ou lugares abandonados no vosso concelho? Se sim, quantos e qual o nome desse(s) lugar(es)?

2ª Existem aldeias ou lugares em risco de abandono, ou seja, com menos de 5 famílias a habitá-las de modo permanente?

3ª Existem aldeias ou lugares com ocupação unicamente ou em grande parte sazonal? Se sim, quantos e qual o nome desse (s) lugar (es)?

Estas questões foram respondidas ou pelo departamento de Obras e Urbanismo ou pela divisão de Cultura de cada Câmara Municipal, o que permitiu a identificação de 18 aldeias abandonadas ou em estado de abandono, expressas no mapa que será apresentado no capítulo 5. Sendo impossível estudar todas as 18 aldeias abandonadas ou em estado de abandono na AML, foram escolhidas duas aldeias para estudo de caso: a aldeia das Broas no concelho de Mafra e a aldeia de A-dos-Rolhados no concelho de Sintra.

O método do caso de estudo pareceu-nos o mais adequado ao objecto de estudo desta tese na medida em que pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade como um

programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o seu “como” e os seus “porquês” evidenciando a sua unidade e identidade próprias (Ponte,1994: 3). O interesse do estudo de caso incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente fiquem evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações Ludke e André (1986).

É uma investigação “que se assume como particularista, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico” (Ponte,1994: 3). Ambas as aldeias são passíveis de serem estudadas utilizando a metodologia do estudo de caso porque “um estudo de caso é um estudo sobre um fenómeno específico tal como um programa, um acontecimento, uma pessoa, um processo, uma instituição ou um grupo social” (Merriam,1988:9). Seguindo também os princípios de que um estudo de caso é uma investigação que se baseia principalmente no trabalho de campo, estudando uma pessoa, um programa ou uma instituição na sua realidade, utilizando para isso, entrevistas, observações, documentos, questionários e artefactos (Yin, 1994), o estudo de cada aldeia teve por base documentos históricos que permitiram reconstruir a história da aldeia, narrando os principais acontecimentos que a historiografia registou e que permitiram perceber as vivências, os momentos e a histórias da vida da aldeia até ao início do declínio populacional.

Também a observação de campo foi prioritária, com a ida regular a cada uma das aldeias, pelo menos três vezes. Deslocamo-nos por três vezes a A-Dos-Rolhados, percorrendo não apenas o casario mas também a área circundante. Foi preciso cortar mato e sofrer alguns arranhões para acedermos a todas as divisões das casas da aldeia. Mas é essencial passar por este processo porque o “estar” na aldeia, o visitar a aldeia é essencial para o investigador se aperceba do sentido do lugar, da ‘topophilia’ e da ‘terraphilia’ (Roca, 2009) de cada território. É preciso estar no local para que se entenda o porquê: o porquê da existência da aldeia, o porquê do seu abandono. No caso particular da aldeia de A-dos-Rolhados, as informações prestadas pelo proprietário de A-Dos-Rolhados também não foram de grande utilidade porque, de facto, não conheceu qualquer residente de A-Dos-Rolhados. Quando recebeu a aldeia de herança do seu pai, esta já estava desabitada há largos anos, sendo provável que os

antigos habitantes também já tenham falecido. No entanto, nos anos 80, Cardim Ribeiro e a sua equipa estudaram todas as aldeias e casais abandonados na região de Sintra. A vasta documentação produzida permitiu-nos perceber a história de A-dos-Rolhados e a sua importância cultural será desvendada pelos documentos e pelas pedras da aldeia que nos vão contar a sua história.

Nas Broas, a situação é diferente. É possível identificar os proprietários de cada casa e muitos deles ainda habitaram na aldeia, apesar da grande maioria das casas já ter sido vendida a pessoas não originárias da aldeia. Não foi fácil falar com os proprietários nem aceder a informações sobre a aldeia. Embora saibamos que a maioria dos ex-habitantes vive em aldeias circundantes (como Faião, Almourquim, Carvalhal ou Carne Assada) paira no ar um manto de silêncio sobre as Broas. A razão é simples: desde o abandono da aldeia, em 1977, que grande parte do património foi roubado. Desde 2001 que nos deslocamos a esta aldeia, pelo menos uma vez por ano. Enquanto em 2001 ainda existiam 4 salgadeiras e os lagares estavam intactos, em 2013 a destruição de um lagar é quase total e as salgadeiras foram roubadas na totalidade. As casas estão já num estado avançado de abandono (mas não tanto como A-dos-Rolhados), excepto a casa da família Baleia que está em processo de recuperação. Não foi possível cortar mato na aldeia nem entrar noutras casas porque o facto de procedermos à limpeza pode levar ao aparecimento de património que será quase inevitavelmente roubado.

Talvez por isso, só a família Baleia se mostrou disponível para falar, tendo sido a Dona Maria das Dores a única antiga habitante a partilhar connosco informações e a sua história de vida. E esta entrevista só foi concedida depois de já termos falado com o marido e com a filha, que a convenceram a nos dar um pequeno relato da sua vida. Na recolha deste testemunho não adoptamos qualquer ponto de vista moral. Não é nosso papel considerar a vida daqueles, a que chamaremos actores sociais, como ‘heróis’ ou como ‘coitadinhos’, admirando o seu labor ou tendo pena daquilo que sofreram. Os actores sociais são, da nossa perspectiva, indivíduos que se comportaram de acordo com a realidade e as condições sociais que lhe foram particulares. O nosso papel foi o de analisar a realidade de quem enfrentou situações e teve de fazer escolhas, sem juízos de valor, tentando discernir as actividades

daqueles que levam a sua existência quotidiana nas suas práticas, nas suas expectativas, em síntese, na relação prática que estes estabelecem com a sua realidade particular.

Como tal, fomos sem guião, apenas colocando perguntas (p.e. quando nasceu; quando abandonou a aldeia e /ou porque acha que a aldeia foi abandonada). Os ‘nossos’ actores sociais falaram sem restrições, deixando nós que cada um relatasse como vive na sua especificidade esse problema e como exprime o geral através do particular (Françoise Digneffe em Albarello et al, 2005). E a entrevista foi feita dentro de casa abandonada da família nas Broas e sem demasiadas perguntas pessoais ou que pudessem ser constrangedoras. O que para o investigador pode parecer corriqueiro e até banal, para o entrevistado não o é. Por exemplo, apercebemo-nos que ao relatar a vida da mãe, a dona Maria das Dores se entristecia com o facto de a sua mãe já ter falecido. Não obstante se tratar de apenas uma entrevista, voltamos a afirmar que a sua importância é enorme, porque se trata do primeiro relato de um habitante das Broas sobre a sua vivência na aldeia e o primeiro a ser publicado, com as devidas autorizações.

Não podemos afirmar que aplicamos a técnica da história de vida, mas através deste relato acedemos a informação nova sobre a aldeia, sobretudo de cariz particular (a escola a que ia, o modo de vida, etc...), e foram igualmente importantes, apesar de não o transcrevermos, o testemunho de João Baleia, principalmente no que concerne à agricultura e pastorícia, e da sua filha Ermelinda. Percebemos através da dona Ermelinda, filha da Dona Maria das Dores e de João Baleia, que a aldeia das Broas se mantém viva porque apesar de nunca ter habitado nas Broas, a memória do sítio que não habitou é uma das suas formas mais preciosas de vivência e carinho que a leva todas as semanas a ir cultivar as terras e recuperar a casa dos seus pais na aldeia das Broas. Mas o testemunho do senhor Baleia e da sua filha não produziram informação nova, e por isso não os transcrevemos. Foram ‘apenas’ um complemento do testemunho de Maria das Dores, embora tenha ficado claro para nós que todos, pai, mãe e filha, continuam emocionalmente apegados à aldeia, construindo um espaço de memória essencial à sua identidade.

A memória é o resultado de um trabalho de organização e de “selecção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de experiência, isto é, de identidade” (Alberti, 1989). A memória dos actores sociais, ou seja das pessoas que vivenciaram o abandono das suas casas, das suas aldeias, de uma parte importante das suas vidas, é essencial para que se entenda toda a problemática da desertificação da aldeia na medida em que cada um dos nossos actores sociais viveu e experienciou, na primeira pessoa, as razões que levaram ao abandono do território.

A metodologia do estudo de caso não permite a generalização das conclusões e resultados. Permite, sim, conhecer profundamente casos concretos e particulares (Merriam, 1988 e Yin, 1994). Claro que se podem inferir algumas ideias e até relacionar algumas das causas particulares do abandono com as causas gerais, mas cada caso é único, e é sobre eles que devemos estudar e tirar conclusões.

Capítulo V

As aldeias abandonadas na Área Metropolitana de Lisboa

5.1- Caracterização do Território em Estudo. A Área Metropolitana de Lisboa

A Área Metropolitana de Lisboa integra 18 municípios: Cascais, Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Oeiras, Montijo, Odivelas, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira. Se dividirmos esta área, para a melhor a entendermos, podemos afirmar que se a Área Metropolitana de Lisboa é formada pela área da Grande Lisboa (Lisboa e concelhos limítrofes da área Norte) e Península de Setúbal (Setúbal e seus concelhos limítrofes da área Sul).



Figura 2 - Mapa da AML, PROTAML 2008.

No total, residem na AML, quase três milhões de portugueses. É a maior área populacional e económica de Portugal, concentrando 25% da população em idade activa, contribuindo com 36% para o PIB nacional e agregando 30% das empresas nacionais o que, em conjunto com o sector público, emprega 33% da população.⁷ É portanto uma região agregadora, um *íman* populacional que atrai para o seu território um quarto da população nacional.

De morfologia plana e de baixa altitude (menor que 100m)⁸, Integra a extensa planície sedimentar das bacias do Tejo e do Sado. No limite da região, a Nordeste, encontra-se o Maciço Antigo, com formas de relevo aplanado de baixa altitude. No litoral Oeste constitui-se a Orla Mesocenozóica Ocidental de Portugal, unidade de grande diversidade e complexidade morfológica. Com uma avifauna de grande importância, na AML estão classificadas 4 ZPEs: o Estuário do Sado, o Estuário do Tejo, o Cabo Espichel e a Lagoa Pequena (estas duas últimas apenas propostas). Pela diversidade ecológica de inegável valor

⁷ Dados mistos fornecidos pelos Censos 2011, Resultados Definitivos e por consulta directa ao web site <http://aml.pt/aml/instrumentos-de-gestao/>, em 27-11-2012.

⁸ As informações apresentadas sobre morfologia, geomorfologia, avifauna, ZEPS e geologia foram retiradas de PROTAML VI. Este estudo é um instrumento de desenvolvimento territorial que define as estratégias regionais de desenvolvimento territorial. É integrador das opções estabelecidas a nível nacional, das estratégias municipais de desenvolvimento local constituindo, desta forma, o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território. Os principais objectivos defendidos pelo PROTAML incidem na sustentabilidade ambiental, qualificação metropolitana, coesão sócio territorial e a organização do sistema metropolitano de transportes. O estudo PROTALM alerta para a necessidade da correcta exploração destes recursos, assim como a escolha de zonas a urbanizar, para não comprometer seu futuro aproveitamento.

internacional e paisagístico, alberga numerosas espécies e habitats protegidos pela Directiva, muitos deles prioritários. Estão, na actualidade, classificados 4 Sítios (Decreto-Lei n.º 142/97, de 28 de Agosto): Estuário do Sado, Estuário do Tejo, Sintra-Cascais, Arrábida-Espichel e aguardam pela análise que permita a sua classificação Ericeira-Praia de Vide e Caparica-Lagoa de Albufeira. A AML apresenta ainda importantes valores geológicos e geomorfológicos: jazidas de calcários, argilas e areias, em ambas as margens do Tejo, com grande interesse económico, mas não têm vindo a ser exploradas da melhor forma, o que tem causado significativos impactos ambientais.

Quanto às potencialidades marítimas e fluviais, a AML possui uma costa atlântica com cerca de 150km e uma frente ribeirinha de 200km, que alberga os grandes estuários do Tejo e do Sado e cinco áreas protegidas definidas e integradas na Rede Natura 2000. No território da Área Metropolitana de Lisboa inserem-se os dois grandes Portos de Lisboa e de Setúbal e os três Portos piscatórios de Sesimbra, Cascais e Ericeira. Os portos de Lisboa e Setúbal assumem, cada vez mais, um crescente protagonismo à escala mundial, como portos privilegiados para o comércio internacional, que se deve não só à sua posição de charneira entre o norte da Europa, Mediterrâneo e África, como também devido ao elevado valor histórico e paisagístico das áreas envolventes ao porto.

Em termos de ocupação e usos do solo, a AML apresenta uma grande variedade morfológica e abundante riqueza natural, mas uma ocupação fragmentada entre áreas edificadas (ou muitos densas ou dispersas), parcelas de culturas anuais permanentes e áreas extensas de coberto arbóreo, sobressaindo o peso da área agrícola (48%) relativamente às restantes classes de usos do solo (Tenedório,2003:93).Trata-se de um aspecto curioso porque, na percepção pública do que é a AML, as características definidas são um excesso de população, excesso do terceiro sector, atribuindo-se até um ‘divórcio’ entre o que se assume ser o campo e as suas actividades e a cidade. É um facto que enquanto “centro da Metrópole”, Lisboa tem os mais altos valores de área edificada (80% da sua área), o que contribui para o pensamento corrente e contemporâneo atrás exposto.

Mas Lisboa não é sinónimo de área Metropolitana de Lisboa. São os seus mosaicos, os diferentes usos e costumes que a compõem, que importa aqui realçar. Podemos estabelecer três áreas distintas à qual acresce a área edificada de Lisboa (idem: 93): uma área edificada (entre 37% a 50% do total da área do concelho) e florestal (entre 37% a 65%) constituída pelos concelhos de Amadora, Cascais, Odivelas, Oeiras e Seixal; uma área predominantemente florestal (entre 31% a 68%) e agrícola (entre 20% a 42%) constituída pelos concelhos de Sesimbra, Setúbal, Sintra, Loures e Barreiro e uma área sobretudo agrícola (entre 59% a 82%) constituída pelos concelhos de Mafra, Azambuja, Vila Franca de Xira, Palmela, Montijo e Moita. Ou seja, podemos dizer que Lisboa é uma área urbana, mas a área Metropolitana de Lisboa é um retalho rico de vários usos e costumes, sendo a sua diversidade quanto aos usos do solo uma das suas principais características e especificidades.

Portanto, a AML é uma região rica e atractiva, com uma posição dominante na contemporaneidade. A ocupação deste território e a sua história tornam-se assim essenciais para que se perceba como esta posição foi consolidada e de que forma se mantém na actualidade.

5.1.1. Panorama de evolução administrativa da AML: dos tempos medievais à actualidade

Lisboa, como grande centro urbano Lisboa, tal como Roma ou Atenas, continua a ser habitado na actualidade, assim como os grandes campos de cultivo que a rodeiam continuam a ser os mesmos. Este aparente lugar-comum está estabelecido, provavelmente, desde há 2000 anos (Drury, 2002). Algo nos impele para a persistência de habitabilidade e formas de vivência, contribuindo de formas quer emotivas quer racionais, para a manutenção permanente dos centros urbanos e arredores, de que Lisboa e a Área Metropolitana de Lisboa é exemplo.

No séc. XII, o termo de Lisboa⁹ e a região circundante repartiam-se por quatro termos: Lisboa e o seu termo, com limites em Oeiras a Ocidente e Montagaço a Norte; Sintra e o seu termo, com limites em Mafra; Almada e o termo, com limites em Sesimbra a sul e Coina a leste e Palmela e o seu termo, com limites até ao Sul do Sado e Ribeira de Almansor a Oriente (Marques, 2003:17). A cidade de Lisboa teria aproximadamente 50 000 mil habitantes, sensivelmente o mesmo número e importância política que Coimbra, Évora ou Braga. Contudo, um século depois levava a dianteira e a administração central muda-se, de forma definitiva, para a cidade de Lisboa. As razões eram várias: “ um porto excelente, o melhor de Portugal, um interior fértil em água e recursos alimentares, incluindo sal e peixe, rico até em pedreiras e minas-como relativa, quase a meio caminho entre as duas metades de Portugal “ (idem,18).

Os descobrimentos, grande empresa marítima, económica e social, aceleraram o processo de expansão territorial (quer de Lisboa e da sua área envolvente) e de expansão marítima. Lisboa é a grande “ fábrica nacional”: o numeramento de 1527/28 atribui a Lisboa cerca de 65 mil habitantes, anexando os termos de Sintra, Torres Vedras, Alenquer, Vila Verde dos Francos, Colares, Ericeira e Mafra. A Norte do Tejo tinham surgido onze concelhos, cada qual com o seu termo e a Sul do Tejo sete concelhos, também cada qual com o seu termo.¹⁰ O Antigo Regime termina com 31 concelhos em redor de Lisboa, sendo que se contam 18 a Norte do Tejo e 13 a Sul. Estes concelhos nasciam dos acasos da conjuntura, não havendo qualquer tipo de políticas públicas quer no plano prático quer no plano teórico, para a criação deste concelhos. Estes eram dotados de instrumentos políticos autónomos como tribunal (juiz), câmara e pelourinho.

⁹ Entende-se por termo o território que rodeava um concelho, do qual dependia jurídica e administrativamente. Juntos formavam uma unidade indivisível do qual dependiam (Marques, 2003:17)

¹⁰ Os termos a Norte do Tejo eram Monte Agraço, Mafra, Cheleiros, Colares, Cascais, Alverca, Alhandra, Arruda, Vila Franca, Povos e Castanheiro. A sul do Tejo os sete concelhos eram Sesimbra, Barreiro, Alhos Vedros, Coina, Setúbal, Aldeia Galega e Alcochete

Ou seja, a região em torno de Lisboa sofreu um parcelamento contínuo, desde a Idade Média até ao período Liberal, desenvolvendo-se desde quatro grandes unidades administrativas, os termos, até a trinta e dois concelhos, pequenas unidades administrativas, mas que gozavam de grande autonomia (Marques, 2003:17).

O Liberalismo vem terminar com este período de, chamemos-lhe assim, alguma criatividade administrativa, e vai reunir vários concelhos num só, extinguindo outros também. É o caso do concelho de Cheleiros, por exemplo, que será extinto pelo decreto de 1836. Ao decreto de 1836, junta-se o decreto de 1855 que o complementarará nas reformas administrativas impostas aos concelhos. Estes decretos têm como objectivo uma melhor utilização administrativa do território, porque alguns concelhos eram pobres e diminutos, sem razões efectivas para que fossem unidades com poder autónomas. Assim, os 31 concelhos foram reagrupados, alguns extintos, e reduzidos a 16 concelhos, que na sua maioria se mantêm até aos dias de hoje: Alcochete, Almada, Barreiro, Cascais, Lisboa, Mafra, Montijo, Oeiras, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira, Belém e Olivais. Mais tarde, em posteriores reformas, Belém passa a estar integrado no concelho de Lisboa e Olivais muda de denominação e passa a chamar-se Loures. Em 1926 o concelho de Palmela é restaurado e, já no século XX são criados o concelho da Amadora em 1979 e o mais recente concelho de Odivelas em 1999, final do século XX (idem :18).

No início do século XX, Lisboa e os seus arredores estavam desorganizados, com vários espaços desocupados por um lado e com ocupação excessiva por outro. A malha urbana e periférica está longe de ser organizada, crescendo de forma caótica face à grande mão-de-obra que ocorre a esta área cada vez mais industrializada. Nas décadas de 30 e 40 o rápido crescimento industrial e económico conduz ao estabelecimento efectivo das periferias da cidade, invadindo o território que a rodeia “ao longo das vias-férreas e costeiras, até Cascais e Vila Franca, e para o interior, até Sintra” (Lobo,1997: 14). É vital começar a pensar o território, domá-lo, ordená-lo. São estas preocupações que levam a que, em 1933, Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas, introduza os primeiros Planos de Urbanização e Planos Directores para vários municípios portugueses. No caso de Lisboa, em 1938, Etienne

de Groer é o responsável pelo primeiro Plano Director da Cidade de Lisboa.¹¹ Baseado na cidade-jardim de Ebenezer Howard, o plano delimita uma cintura verde para a cidade de Lisboa (Monsanto), traça um desenho radiocêntrico das redes viárias, delimita zonas urbanas e sectores para futura expansão periférica (Gaspar, 2009). Harmonioso, este plano pretendia afirmar o autoritarismo do Estado Novo na capital, tomando-a como exemplo de modernidade, harmonia e civilização para todas as outras. No entanto, existia um pequeno senão: ao não ser pensado para incluir a periferia, que crescia a um ritmo avassalador, este plano revela-se pouco adequado para travar o caos urbanístico que se instalava nas periferias.

Será o ano de 1959 a trazer um plano adequado para Lisboa metrópole. Nesse ano inicia-se o Plano Director da Região de Lisboa (PDRL), que só será concluído em 1964¹², marcando o início da Lisboa Moderna. Este plano retoma a estrutura de organização do território precedente, elaborado pela primeira vez por Etienne de Groer em 1948, mas este plano será alvo de várias revisões durante os anos 50. A intenção é sobretudo estabelecer uma malha metropolitana, rentabilizando as vias de comunicação estabelecidas que permitam deslocações mais rápidas e fáceis entre a região metropolitana de Lisboa, por forma a estruturar esta região da seguinte forma: a indústria e novos pólos urbanos ficariam na chamada área peri-urbana, sendo a área centralizadora Lisboa através dos serviços e da população que trabalha nesses serviços.¹³

Após o 25 de Abril, a consciência de que é preciso planear e definir estratégias territoriais conjuntas acentua-se e surgem dentro de cada concelho os Planos Directores

¹¹ O primeiro mandato do engenheiro Duarte Pacheco como ministro das Obras Públicas (1932-36) vai ser efectivamente marcado pela figura de Donat-Alfred Agache. Entre 1933 e 1936, Agache trabalha na expansão da Região Oeste de Lisboa e no Plano de Urbanização da Costa do Sol, conforme consta no Decreto 22.444 de 10 de Abril de 1933. Etienne de Groer é seu discípulo e será responsável pelos planos de urbanismo do segundo mandato de Duarte Pacheco (1938-43). Este arquitecto irá ocupar-se da elaboração de uma série de planos para outras cidades do país e, a partir do seu trabalho no concelho de Lisboa em estreita colaboração com Duarte Pacheco, desenvolve-se o Plano Director da Cidade finalizado em 1948, já depois da morte de Duarte Pacheco.

¹² Antecipando-se à revisão do Plano Director da Cidade de Lisboa (PDCL) de 1967, plano de Meyer-Heine.

¹³ Em suma, em 60 anos (de 1900 até 1960) Lisboa regista um crescimento demográfico de 7 para 10% (Marques, 19), tal como a periferia aumenta consideravelmente com a difusão de estradas e caminhos-de-ferro. Lisboa, em 1970 regista 52,6% da área da AML e Sintra, por exemplo, registava 5,2%.

Municipais, uma primeira tentativa de gestão e planeamento ao nível concelhio. Os PDMs, apesar da sua importância e pensamento estratégico dentro do concelho, não integravam perspectivas de dinâmicas territoriais, nem respondiam eficazmente às mudanças socioeconómicas da sociedade portuguesa. Isto porque a expansão e crescimento da AML até à década de 80 do séc. XX assume duas vias distintas: por um lado, a metrópole expande-se para norte, por outro a margem sul tem um cariz cada vez mais industrial, fixando indústrias e operários, alargando também as áreas residenciais. E, apesar de todas as tentativas de organização territorial acima expostas, este crescimento ocorre desordenadamente sem a criação de infra-estruturas e equipamentos necessários e adequados para fazer face ao crescimento exponencial da população, resultante do êxodo rural e dos movimentos migratórios da descolonização. (Gaspar: 2009). A periferia cresce a um ritmo vertiginoso e este ritmo de crescimento vai permanecer em todo o território até à década de 90 (Xerez, 2008).

Nos últimos 20 anos, a situação económica toma um outro rumo. Se, como vimos, nos anos 90 a rápida industrialização e o crescimento dos serviços são o comboio económico e social de atractividade da AML, a partir desta data, assiste-se a um processo de desindustrialização das indústrias pesadas (siderurgia, químicas, construção naval e metalomecânicas), e a actividade produtiva é canalizada para a construção civil e obras públicas (Rodrigues et Al,2002). As tradicionais faixas industriais da periferia de Lisboa deram lugar a pólos industriais multifuncionais compostos pelas unidades fabris, apoiadas por plataformas tecnológicas e logísticas que se localizam junto dos nós das infra-estruturas de mobilidade.

Para suportar este novo crescimento urbano, ou esta segunda fase de crescimento, recorre-se à imigração para abastecer a cidade de recursos, que ao instalar-se nas periferias acelera o já constante processo de crescimento das mesmas. O forte investimento em redes viárias e transportes fez com várias multinacionais se transferissem para as periferias (Ribeiro,2009), abrindo um corredor não apenas de recursos humanos, mas também de recursos financeiros e económicos entre a periferia e a cidade. A conjuntura económica favorável com oferta de crédito fácil levou ao aumento do poder de compra pelas famílias,

que se concretizou na aquisição de casa própria, principalmente nas periferias. As novas casas são acessíveis, confortáveis, e as redes viárias e outras permitem fluxos de população entre periferia e cidade e vice-versa. É à luz deste quadro que se entendem os resultados dos Censos 2011: na Grande Lisboa, entram para estudar ou trabalhar, 197 328 pessoas e saem 53 729. As entradas e saídas de população, nesta sub-região, correspondem respectivamente a 10% e a 2,7% da população residente na região (Censos, 2011: 34).

A rápida terceirização da economia, apostada em serviços, nomeadamente nos serviços às empresas como telecomunicação e turismo inverte (como já foi referido) a marcha da industrialização e acelera a marcha da construção. A Grande Lisboa e Península de Setúbal permanecem com especialização económica na área das actividades financeiras, imobiliárias e serviços às empresas (Censos, 2011:55). Lisboa tem a menor taxa de analfabetismo - apenas 3,2% em comparação com o resto do país. Os campos agrícolas, apesar de preponderantes, registam uma taxa de abandono de 8%, ou seja da área total agrícola da AML só entre 20 a 42% é efectivamente cultivada, e a sua grande maioria em agricultura de pequena escala ou familiar. A crise de 2008 trouxe consigo o fim deste *boom* da construção. Regionalmente há grandes disparidades, como na região de Lisboa, com 494,3 alojamentos/Km², um valor cerca de 8 vezes superior à média nacional.

E é com este quadro de mobilidade, que se procurou encontrar soluções administrativas territoriais eficazes. Em 1989, a necessidade de organização do território e das suas gentes, leva à elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML:18). Os objectivos principais são a definição de estratégias de desenvolvimento regional e elaboração de planos de desenvolvimento urbano e de políticas urbanas objectivas. E é nesse quadro que surge, pela primeira vez, em 1991 (lei 44/91 de 2 de Agosto) a criação de duas áreas Metropolitanas no país: a Área Metropolitana do Porto e Área que estamos agora a analisar, a Área Metropolitana de Lisboa. Esta lei perspectivava “particularmente a articulação entre investimentos e serviços de âmbito supramunicipal das áreas urbanas integrantes, mas não contemplando parâmetros jurídicos e institucionais para as áreas urbanas exteriores àquela configuração territorial “ (Casqueira, 2007: 102). A lógica subjacente era a da bipolarização e litoralização do território nacional,

definindo juridicamente as acções de complementaridade e de cooperação entre os territórios abrangidos pela definição ‘Área Metropolitana de Lisboa’. Mas a lei de 91 era omissa quanto ao enquadramento jurídico de espaços metropolitanas. Esta omissão vai ser colmatada pela lei 10/ 2003, que revoga a anterior. Com a criação jurídica destas áreas abre-se espaço para que se potencie o desenvolvimento sustentável dos territórios urbanos. Isto implica, por um lado, a descentralização e complementaridade territorial e, por outro, a articulação e convergência intermunicipal. A sua natureza jurídica é descrita desta forma: ”As áreas metropolitanas são pessoas colectivas de natureza associativa e de âmbito territorial e visam a prossecução de interesses comuns aos municípios que as integram”. (Casqueira, 2007:103).

Esta lei, em relação à anterior, abrange maiores atribuições e defende a necessidade de um planeamento estratégico económico e social intermunicipal. Mas não cobre todas as necessidades jurídico administrativas, principalmente no concerne aos apoios prestados por programas concretos da Comunidade Europeia. Para que possua estas competências, era necessário que a sua forma jurídica não fosse de natureza associativa, mas sim pessoa colectiva de direito público. E é nesta convergência que a lei de 2003 é revogada e substituída pela Lei 46/2008, de 27 de Agosto. Deste modo, a Área Metropolitana de Lisboa passa a ter a seguinte definição: “pessoa colectiva de direito público que constitui uma forma específica de associação dos municípios abrangidos pelas unidades territoriais definidas com base nas NUTS III da Grande Lisboa e da Península de Setúbal.”

Composta por dois órgãos governativos: a Assembleia Metropolitana e a Junta Metropolitana. O primeiro é o órgão deliberativo da área metropolitana, constituído por 55 membros eleitos pelas assembleias municipais que integram a AML, de entre os seus membros. Elegem entre si a Mesa, composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. O segundo, a Junta Metropolitana, é o órgão representativo das câmaras municipais da área metropolitana, constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais de cada um dos municípios integrantes, que elegem, de entre si, um Presidente e dois Vice – Presidentes.

A grande fragilidade da AML é que não tem uma identidade autárquica nem órgãos eleitos por sufrágio directo, o que enfraquece o seu poder. Precisa de um autarquia

metropolitana que represente todos os municípios, com a mesma legitimidade e sem egoísmos locais e portanto o futuro das AM passará pela criação de autarquias metropolitanas, tal como prevê a Constituição da República. Estas possuirão um quadro de competências próprio, essencial para optimização de recursos.¹⁴

E aqui chegámos. Apesar de todos os instrumentos jurídicos, as transformações da AML é sempre contínua, precisando sempre de respostas permanentes, abrangentes e contemporâneas. Actualmente, Lisboa é uma cidade envelhecida (por cada 100 crianças existem 103 idosos), com idades entre os 25 a 64 anos. A mobilidade periférica fez com que a metrópole, com uma economia de serviços, envelhecesse, e a periferia¹⁵, focada nos serviços mas também na indústria, acentuasse o crescimento populacional: de 1991 a 2001 registou-se um crescimento da população na periferia de Sintra na ordem dos 58% (Carvalho, 2010). Dinâmica, activa, rica, a AML sofreu processos de transformação profundos ao longo dos séculos, mas acentuados a partir da década de 60. Existem diferenças claras entre a lógica de crescimento da Margem Sul e da Margem Norte (sem Lisboa), na medida em que o crescimento da população da AML Norte é muitíssimo mais acentuado do que o da AML Sul¹⁶. Contudo, ambas partilham uma trajectória de desenvolvimento que vai no mesmo sentido: uma forte concentração do crescimento nas décadas de 60 e 70, seguindo-se, a partir dos anos 80, uma quebra das taxas de crescimento para níveis mais baixos e “inversão” do motor da economia desde os anos 90 até à actualidade.

5.2. Levantamento das aldeias abandonadas na Área Metropolitana de Lisboa. Reflexões sobre o mapa apresentado

¹⁴ Estas intervenções e outras estão publicadas em *Metrópoles*-Revista da Área Metropolitana de Lisboa, 2º semestre de 2011, nº 32.

¹⁵ Entre 1970 e 1991 os concelhos (periféricos) do Seixal e Vila Franca de Xira triplicaram o número de habitantes.

¹⁶ A explicação para este crescimento mais acentuado na AML norte “tem que ver com a continuidade territorial da AML Norte relativamente a Lisboa, a qual é, no outro caso, “interrompida” pelo Tejo.

A nossa investigação permitiu concluir que existem, até à data, oito aldeias abandonadas e dez aldeias em estado de abandono¹⁷, perfazendo um total de 18 aldeias abandonadas ou em risco de abandono na AML. Foi decidido não diferenciar o conceito de ‘aldeia’¹⁸ do conceito de ‘lugar’¹⁹ e até do conceito de ‘casal’²⁰ porque as denominações são recentes e aplicadas a uma realidade contemporânea que dista culturalmente das concepções culturais, sociais ou económicas vigentes, nomeadamente, até aos anos 80 do séc. XX. Um casal ou um lugar podem ter dinâmicas próprias tão importantes como as de uma aldeia ou até de uma vila, e até aos anos 60 as aldeias e os lugares eram conhecidos pelas gentes não pelas denominações estatísticas actuais mas pela importância que cada uma tinha individualmente. É por isso que muitos dos habitantes ainda se tratam pelo nome próprio e das aldeias (exemplo: José das Broas) mesmo que os lugares já não sejam reconhecidos pelo INE.

Em termos quantitativos as oito aldeias abandonadas identificadas são as seguintes: Mata do Duque (concelho do Montijo); Broco, Casal de Vale de Milho, Casal de Rocanes, Casal de A-dos-Rolhados, e Casal de Dias Maria (concelho de Sintra); Aldeia das Broas e Casal de S. Pedro (concelho de Mafra), conforme se pode observar no mapa do abandono e desertificação de aldeias na AML.

¹⁷ Consideramos que uma aldeia se encontra em risco de abandono quando habitam no espaço menos de cinco famílias.

¹⁸ Pequena povoação de categoria inferior à de vila.

¹⁹ Aglomerado com dez ou mais alojamentos que não distem entre si mais de 200 metros.

²⁰ Duas ou três casas juntas formam um casal.

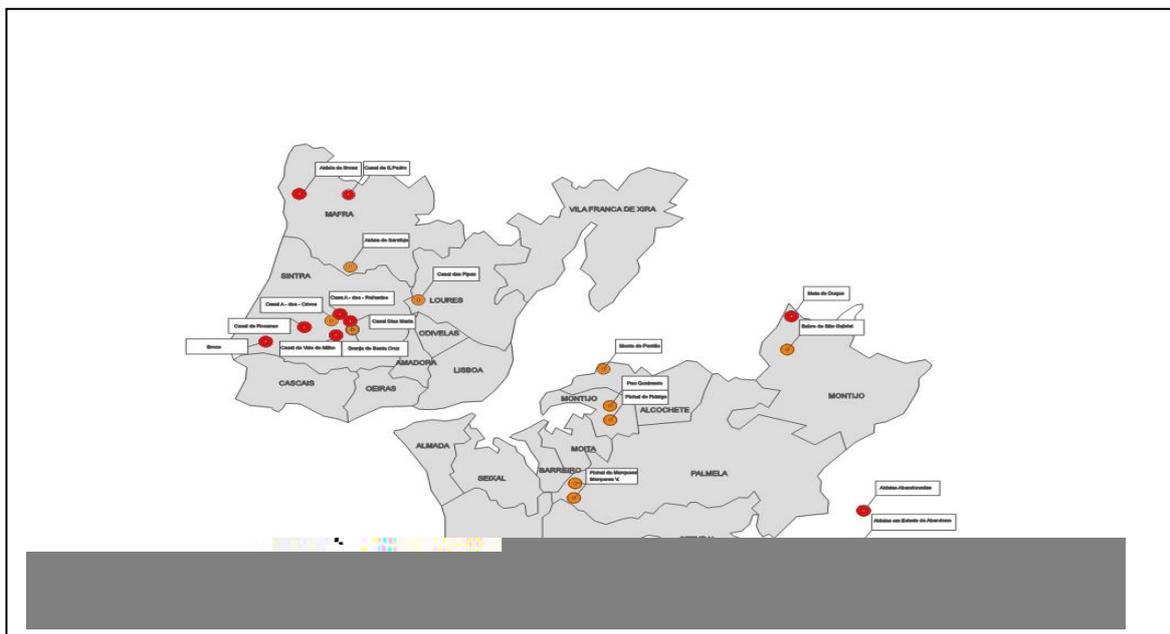


Figura 3-Mapa das Aldeias Abandonadas na AML, 2013

O concelho de Sintra é, como se constata, o concelho com maior número de aldeias abandonadas. Podemos apontar duas hipóteses para este resultado: a primeira relaciona-se com o facto do concelho de Sintra ter sofrido mudanças económicas e sociais acentuadas a partir dos anos 60. Como já vimos no ponto acima, a área de Sintra foi fruto de alterações viárias importantes que permitiram um acesso rápido a Lisboa de pessoas e bens essenciais; por outro lado, a rápida industrialização de toda a área de Sintra, com pólos de indústria em Mem Martins/ Algueirão e Pero Pinheiro, mudou radicalmente o quadro económico dominante que nos anos 60 assentava sobretudo na pequena economia agrícola. A expansão industrial da região alterou o paradigma económico de forma radical com população a optar pelo emprego nas fábricas como assalariados fabris, que com o seu salário compravam ou alugavam casas mais confortáveis e modernas, levando ao *boom* da construção civil nos anos 60 e 90 como já analisámos no quadro geral da AML (ponto anterior).

A segunda hipótese para que este concelho seja o que apresenta o maior número de aldeias abandonadas, relaciona-se com o levantamento completo das aldeias e casais abandonados na região de Sintra levado a cabo por Cardim Ribeiro e a sua equipa do

departamento de Cultura da câmara Municipal de Sintra nos anos 80 do séc. XX. Assim, enquanto para algumas Câmaras os resultados apresentados se baseiam unicamente em números mais actuais, tendo porventura ficado esquecido algum casal de menor importância, a câmara de Sintra já tinha os dados trabalhados e com planos de reabilitação de algumas aldeias. A consideração destas duas hipóteses permite a apresentação do concelho de Sintra como o concelho onde o fenómeno da desertificação é mais evidente.

Quanto às aldeias que estão em estado de desertificação, ou seja com menos de cinco famílias residentes, estas são a aldeia do Sarafujo (concelho de Mafra), Casal dos Pupos (concelho de Loures), Casal de A-dos-Crivos e a Granja de Santa Cruz de Coimbra (concelho de Sintra), Pinhal da Marquesa e Marquesa V (concelho de Palmela), Pau Queimado e Pinhal do Fidalgo e Bairro de S. Gabriel (concelho do Montijo) e Monte do Pontão (concelho de Alcochete). O concelho que apresenta o maior número de aldeias em perigo de desertificação é o concelho do Montijo com três aldeias em estado de abandono eminente, mas o fenómeno neste caso é mais homogéneo porque Sintra e Palmela também se aproximam destes números.

A hipótese que se coloca para o abandono destas aldeias prende-se novamente com a procura de melhores condições de vida e a alteração de um quadro económico sobretudo agrícola para um quadro económico industrial com salários que permitem que se comprem ou aluguem casas com mais conforto. No entanto, no caso do Montijo, concelho da margem Sul da AML, as razões são mais específicas. Segundo informações da própria câmara, estas aldeias ou lugares faziam parte de herdades agrícolas cuja estratégia consistia em arrendar as habitações a preço baixo ou como complemento de salários, que permitiam fixar os trabalhadores no local. Com o fim da actividade destas herdades, a dispersão da população ocorreu rapidamente para outros locais onde houvesse emprego.

Em síntese, existem causas gerais para o abandono e desertificação de aldeias na AML mas também causas muito específicas, como demonstra a situação das aldeias em risco de abandono no concelho do Montijo. Para se compreender a dimensão do problema da desertificação de aldeias, não basta analisarmos as causas do abandono, mas também quais os impactes que o abandono de aldeias causa no património, no meio ambiente e na população.

Quanto maior for o impacto ou os impactos, maior a necessidade de olhar para o problema com atenção e definir respostas que possam os possam colmatar ou, no mínimo atenuar.

5.3 Impactes do abandono das aldeias

Os impactes do abandono rural e desertificação de aldeias têm três dimensões distintas: impactes sobre o património construído, impactes sobre o património natural e impactes sobre as populações ao nível social e psíquico. Embora cada impacto tenha importância no seu conjunto, é necessário que os diferenciemos para podermos avaliar quais as repercussões específicas de cada impacto.

Sobre o património construído podemos afirmar que o património vernacular é aquele que permite evocar a vida nesses *habitats* e a labuta dos nossos antepassados, devendo por conseguinte esses sítios serem encarados como “locais de memória” (Châtelain, 1998). Como os testemunhos da sociedade comunitária do passado são frequentemente modestos, constituem o que é apelidado, em geral, por “pequeno património”. Este património, regra geral, em desuso, revela-nos a engenhosidade das gentes que nos precederam, que os conceberam em função das suas necessidades e é indiscutível a força que este património tem na construção social e na compreensão da importância da percepção do precedente cultural através do qual as formas são geradas (Bronner, 2006). O património é também representativo de usos e costumes do dia-a-dia, de manifestações religiosas e /ou festiva e de memórias colectivas, a sua perda corresponde também a um empobrecimento em termos etnográficos.

Outro aspecto do impacto causado pelo abandono rural e desertificação de aldeias relaciona-se com a paisagem, em particular com a degradação das paisagens culturais tradicionais, esculpidas por séculos de acção humana. Em resultado do abandono das actividades agrícolas e da dinâmica ecossistémica, paisagens vernáculas pacientemente construídas de geração em geração, podem rapidamente serem cobertas por matos e as suas estruturas construídas votadas à ruína. Caso a paisagem cultural em questão seja detentora de elevado valor patrimonial, em resultado da existência nela de elementos de antigas estruturas paisagísticas (redes cadastrais, de regadio, etc.) a sua perda é muito gravosa e praticamente

irrecuperável. Como tal, o declínio populacional a que assistimos agravado pelo êxodo rural e pelos problemas de viabilidade económica, colocam em risco o futuro destas paisagens patrimoniais, tanto mais que aumenta a pressão para cortar os subsídios que as financiam (Theil, 2009).

A degradação da qualidade das paisagens é preocupante também porque esta é um elemento essencial para a identidade territorial, pois que guardiãs do sentido do lugar, da ‘topofilia’ e da ‘terrabilia’ (Roca, 2009), e a sua perda corresponde a um evidente impacto social negativo sobretudo no que respeita a auto-estima, o auto-reconhecimento, a esperança num futuro melhor e fontes várias de conforto (Roca & Oliveira, 2005). Este problema é tanto mais preocupante, sobretudo em Portugal, quanto esta afectação da identidade territorial se tem verificado com uma frequência e a uma escala muito maior que os esforços conducentes à protecção e valorização paisagística, minando frequentemente as perspectivas de desenvolvimento sustentável (idem, 2009).

Em termos sociais e psíquicos, e no âmbito da deslocação para as grandes áreas urbanas, muitas pessoas passaram a ficar inseridas em áreas deficitárias em termos de coesão social entre gerações, entre populações endógenas e exógenas e até no respeitante a áreas territoriais. Muitas delas acabaram mesmo perdendo a sua independência económica e perturbadas em termos identitários (Martínez, 1993) porque se a perda do património já assume grande gravidade, maior acaba por ser a perda da profissão. Antes dispunham de uma profissão e eram independentes mas ao migrarem passaram a engrossar o grupo dos trabalhadores sem qualificação e, se bem que possam ter melhorado o seu nível de vida, perderam a satisfação de ser e de se sentirem donos do fruto do seu trabalho (idem, 1993).

Assim, apesar deste problema da desertificação de aldeias e abandono de território ser cada vez mais contundente e expressivo, é necessário que se estude cada aldeia em particular e se aprofundem as causas para o abandono de cada uma. Como tal, para este trabalho, foram escolhidas duas aldeias para estudo de caso que são a aldeia das Broas no concelho de Mafra e a aldeia de A-dos-Rolhados no concelho de Sintra. Através da documentação histórica e de entrevistas com antigas habitantes, iremos colocar hipóteses quer para as causas da

desertificação das aldeias em análise como proporemos soluções para a recuperação e revitalização destas aldeias.

Capítulo VI

Os estudos de caso: as aldeias abandonadas das Broas e de A-dos-Rolhados

6.1 Breve história das aldeias

6.1.1 Aldeia das Broas



Figura 4-*Aldeia das Broas*, 1981.

A Aldeia das Broas localiza-se no concelho de Mafra, freguesia de Cheleiros, cerca de 51,3 km a sul desta localidade, distando 8,3 km da costa atlântica. Apesar da expansão dos centros urbanos, da 2^a habitação e de outros tipos de edifícios, a paisagem mantém uma identidade própria e uma razoável coerência de usos dos solos (Cancela d'Abreu et al, 2004)

Desde a pré-história, e com base nos achados arqueológicos encontrados na Ribeira de Cheleiros (actual Lizandro) e na sua zona envolvente (onde se situa Broas) que toda esta área funcionava como fronteira e pólo de povoamento da região Mafra-Sintra (Sousa, 1999). Existem indícios de ocupação humana que remontam ao Paleolítico, como é o caso de um conjunto de sítios na margem esquerda da referida ribeira (margem onde se situa a aldeia em estudo), enquanto na margem direita os indícios de ocupação revelam que a área foi fortemente povoada no Paleolítico médio. Na época Romana, os inúmeros achados arqueológicos permitem sustentar que na zona de Faião (Sintra), a cerca de 2 km a sudoeste

da aldeia das Broas, se está perante um *vicus*²¹, provavelmente a povoação romana de Chretina (ou Chrestina) referida no século II da nossa era por Cláudio Ptolomeu (Rodil, 1959). Sendo assim, Faião –Chretina seria a principal localidade de toda a zona da Estremadura, depois da cidade de Olisipo, actual Lisboa.

Nos séculos XI e XII, fontes islâmicas descrevem a região de Sintra (onde se insere Faião e Broas) como uma área rica em recursos naturais, que permitia o desenvolvimento da pastorícia e também, pela proximidade do oceano Atlântico, a utilização de recursos marinhos (Coelho, 1996). Esta afirmação encontra-se apoiada pela predominante toponímia de origem árabe, bem como pelo foral de Sintra de 1154, que define esta área (a zona que vai do Castelo dos Mouros (Sintra) até à ribeira de Cheleiros) como apresentando potencialidades para lavar e plantar, sendo pois seguro afirmar-se que esta área continuava a ser pólo de atracção e de grande povoamento (idem, 1996).

A primeira informação conhecida sobre a Aldeia das Broas consta nos numeramentos de 1527, referentes à região da Estremadura. Este levantamento da população foi ordenado pelo rei D. João III, e cobriu todo o reino de Portugal. A aldeia em estudo aparece denominada como *aldea das Boroas*, regista 3 vizinhos, e é termo da vila de *Chilleiros*. Em 1636, Filipe IV, manda proceder à contagem dos portugueses de todo o reino, e soma para a freguesia de Cheleiros 88 vizinhos, sendo que no termo da freguesia de *Chilleiros* existiam 38 vizinhos (Matta, 1981). Dentro deste número, constam os 6 vizinhos das Broas, o que significa que houve um crescimento da população residente na aldeia. É de referir também que a aldeia aparece já com a toponímia de Broas e não de *Boroas*. Assim sendo, qual será a designação mais correcta: aldeia de Broas ou aldeia das Boroas? Dois autores dão-nos duas interpretações diferentes: segundo Cardim Ribeiro (1992), Broas é a contracção da palavra *Boroas* (tal como aparece no Censo de 1527) e significa elevação arredondada, implantação da aldeia num alto, sobre as corcovas. Mas, pela perspectiva de João Paulo Freire, a palavra Broas deriva de ”*Bóroa*, canal estreito do Grego poros” que significará então “povoação

²¹ Durante o Império Romano, *vicus* significava uma pequena unidade administrativa ou uma cidade de província. Neste caso, *vicus* significa pequena cidade de província.

construída à margem ou próximo de pequenos canais” (Freire, 1945:9). De referir, como nota, que a aldeia Broas se encontra num lugar elevado e perto de um rio.

Em 1758, nas Memórias Paroquiais ²²(Nunes, 1758), a aldeia das Broas aparece como pertencente ao termo de Sintra, vintena de Faião, freguesia de São João Degolado (cuja paróquia ficava no lugar da Terrugem). Faziam parte do termo da vila de Sintra vinte e duas vintenenas, e em cada uma destas vintenenas havia um juiz de vintena, que tratava dos casos que ocorriam no dia-a-dia desta divisão administrativa. Da vintena de Faião, faziam parte as seguintes localidades: “Fayão, Almorquim, Funchal, Silva, Cabrella, Carnasada, Alparrel, Murganhal e Broas” (idem,1758). O documento não nos indica o número de vizinhos que a aldeia das Broas possuía até à data mas nas Memórias Paroquiais da freguesia de São João Degolado (Terrugem), indica-se que no lugar de Faião existiam 21 fogos e oitenta e duas pessoas, o que permitiria uma média de 9 habitantes por cada lugar. Estas memórias revelam também que é “defronte do casal das Broas”, que “o rio de Alparrel se junta ao rio da Villa de Cheleiros” (idem,1758).

A divisão administrativa do concelho de Mafra e do concelho de Sintra é definida em 1834. Esta linha, na actualidade, atravessa a aldeia das Broas, ficando uma casa dentro da área administrativa do concelho de Sintra, e as restantes dentro do concelho de Mafra. Em 1836, o concelho de Cheleiros foi extinto pelo decreto-lei de 29 de Novembro e integrado, como freguesia, no concelho de Sintra. Todavia, os limites desta integração não coincidiam com os da divisão administrativa executada em 1834, e esta foi provavelmente, a principal razão para o aparecimento do Decreto de 24 de Outubro de 1855, no qual a freguesia de Cheleiros é transferida para o concelho de Mafra (Lopes, 2006).

²² As Memórias Paroquiais realizadas a mando de D. José I em 1758, consistem num conjunto de perguntas que foram enviadas a todas as paróquias, para que se efectuasse um levantamento de todas as terras portuguesas e dos seus pertences, dadas as muitas alterações que o país sofreu com o terramoto de 1755.

No ano de 1876, a aldeia das Broas aparece referida no dicionário de João Maria Batista integrando-se na freguesia do Recamador, em Cheleiros, e possuía apenas 4 vizinhos, numero muito inferior, por exemplo, ao da aldeia vizinha do Carvalho que contava com 38 vizinhos, o que leva a supor que, nesta altura, se assistisse já a um declínio da povoação. Apesar de se assistir a uma menor evolução populacional desta aldeia em relação às aldeias vizinhas, em 1920, José António, do Casal das Broas, requere a abertura de um portão que permita ligar as suas duas casas. Conclui-se, através deste documento, que a população poderia ser menor, mas continuava activa na consolidação do seu património, tal como é comum e desejável nas aldeias vivas e com actividade permanente.

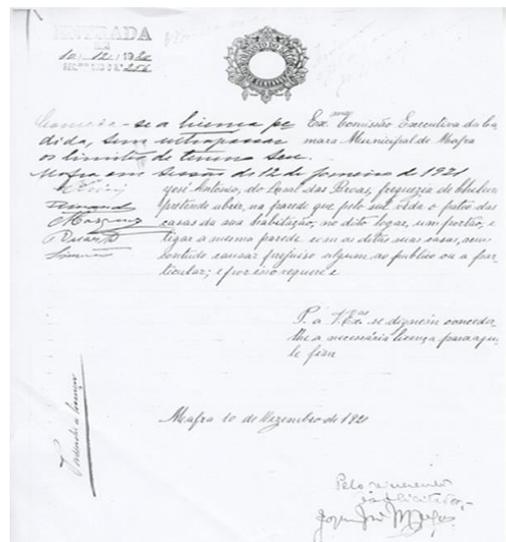


Figura 5 - Pedido de alteração de uma habitação na Broas, entregue no dia 10 de Dezembro de 1920 na Câmara Municipal de Mafra. No requerimento consta o seguinte: “ José António, do Casal das Broas, freguesia de Cheleiro pretende abrir, na parte que pelo lado sul véda o pátio das casas da sua habitação, no dito lugar, um portão e ligar com a mesma parede as ditas suas cazas, sem contudo causar prejuízo algum ao publico ou a particular, e por isso requere. Mafra, 10 de dezembro de 1920”.

Fonte: Arquivo Municipal de Mafra, sem catalogação.

Em 1936, a aldeia das Broas volta a ser mencionada como fazendo parte integrante da freguesia da Cheleiros que por sua vez pertencia ao município de Mafra (Costa, 1936). Presentemente, o limite dos municípios de Mafra e de Sintra atravessa as Broas sendo que uma casa pertence ao concelho de Sintra, e as restantes ao concelho de Mafra. A história desta aldeia e da sua população termina em 1977, quando a sua ultima habitante, a ‘Ti Jaquina’, abandonou a aldeia e nunca mais regressou (Sebastião, 1992).



Figura 6 - *Fotografia das Broas, aspecto geral, 1981.*



Figura 7 - *Fotografia das Broas, aspecto geral, 1991.*



Figura 8- *Fotografia das Broas, aspecto geral, 2013.*

A aldeia das Broas tem sofrido um processo de degradação acentuado desde 1981, tal como se pode observar nas três figuras acima. A única casa que permanece caída até hoje é a casa da família Baleia, visível nas figuras 7 e 8. Em termos de património construído, a aldeia das Broas era composta por 22 edifícios, sendo que cerca de oito eram habitacionais e os restantes casas agrícolas. Nestas oito habitações a tipologia dominante é a da casa de dois pisos corrido com quatro águas mas um só corpo, encontrando-se também a casa cúbica de dois pisos corridos e a casa térrea, tendo alguns delas o forno anexo à casa.



Figura 9 – *Corte do porco* (saliência do lado direito anexo à casa), 2013.



Figura 10- *Entrada nas Broas pelo caminho de Almourquim. A casa mais à esquerda é a casa da 'Ti Jaquina', a última a ser abandonada em 1977, 2013.*

O telhado era, na maioria dos casos, de quatro águas. Todas tinham chaminés bem visíveis, tal como, no interior, a 'buraca' (buraco na parede da sala de entrada coberto com um pequeno cortinado, que servia para guardar os objectos de maior valor patrimonial ou de uso, como velas por exemplo) e a 'cantareira' (pequena saliência que se situa por cima da buraca, usada para colocar santos de protecção e



Figura 11- *A buraca e a cantareira na casa de João Baleia, 2013.*

um candeeiro a óleo); na cozinha, o forno e as bancadas em pedra. Em 2001 ainda se identificaram ‘salgadeiras’ nalgumas das casas (antes dos frigoríficos as carnes eram conservadas em sal que era colocado numa espécie de arca feita de pedra). No exterior de maioria das casas ainda é visível a corte do porco, tendo sido este animal uma das bases alimentares da população. A aldeia das Broas nunca se inseriu numa economia comunitária, embora houvesse espaços públicos comunitários.

A eira dentro a aldeia era usada por toda a comunidade, a que acrescia duas outras, particulares. Também os poços, um no exterior da aldeia, pequeno, e outro no interior, de maior dimensão, eram comunitários. Os quatro lagares/ adegas de vinho eram particulares e as colheitas das terras pertenciam aos seus donos. As crianças frequentavam a escola de Cheleiros. Os assuntos oficiais / jurídicos eram tratados nesta localidade.

As reuniões da aldeia eram feitas sob o secular freixo, que servia como ponto de reunião e convívio da comunidade. Os bailes quando existiam eram feitos em casas particulares, principalmente ao som da harmónica.



Figura 12 - *Freixo Comunitário*,2013.



Figura 13-*Queijeira*,2013



Figura 14- *Salgadeira*, 2013



Figura 15-*Poço Comunitário*,2013.

Namorava-se à porta de casa, com vigilância dos pais. A rapariga ficava sentada no banco colocado no exterior da casa chamado de “namoradeira” e os rapazes ficavam para lá do muro de entrada. As crianças nasciam em casa, com a ajuda da população local ou vizinha. Quando ocorria um óbito, o morto era velado em casa, seguindo depois para o cemitério de Cheleiros.



Figura 16-Banco do namoro ou “namoradeira”,2013.

As informações recolhidas permitem concluir que, em 1950, cerca de 25 pessoas (10 Famílias) viviam nesta aldeia, ao tempo em que aqui habitava a nossa entrevistada, Dona Maria das Dores.



Figura 17-Interior da casa da família Baleia, com a cozinha e a sala de entrada. Ainda é visível a localização da escada que permitia aceder aos pisos superiores, onde ficavam os quartos,2013.

6.1.2 O Casal de A-dos Rolhados



Figura 18- *Fotografia de A-dos-Rolhados, aspecto geral, 2013.*

O casal de A-dos-Rolhados situa-se na freguesia de Algueirão-Mem Martins, concelho de Sintra, a cerca de 4 km para Nordeste desta localidade. Em 1995, nas vertentes sul, oeste e norte da plataforma do Casal, recolheram-se artefactos líticos, de quartzo e sílex, e cerâmica manual, atestando uma ocupação proto-histórica do local. Num local designado por A-dos-Rolhados 1, situado a cerca de 20m para Sul do conjunto edificado epónimo, foram realizadas, em 2007, sondagens e prospecções arqueológicas relacionadas com o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do IC16. O sítio revela vestígios de ocupação humana desde a pré-história recente (desde o Neolítico Antigo, possivelmente), como fragmentos de sílex talhado, de cerâmica manual e um fragmento de machado em pedra polida (Ferreira & Estrela, 2007).

Ambas as escavações arqueológicas atestam a ocupação intensiva desta aldeia e toda a região circundante desde a pré-história, sendo identificada uma mancha composta por materiais de construção e cerâmica comum, com e sem decoração, de cronologias pré-históricas, medieval islâmica, moderna e contemporânea (Albergaria, 2007). Servida por uma importante rede viária romana/ medieval, que não foi ainda devidamente estudada, foram encontrados no seu aglomerado elementos epigráficos romanos, nomeadamente monólitos funerários romanos, que estão actualmente no museu de Odrinhas (Paraíso & Ramos, 2008). A principal actividade económica consistia na agricultura de auto-consumo e de abastecimento da cidade de Lisboa, fazendo A-dos-Rolhados parte do padrão de povoamento

do Olisipo (actual Lisboa), ou seja grande número de *villae* nos arredores da cidade que produziam e abasteciam a cidade dos produtos agrícolas, de manufactura ou de extracção de materiais de que Olisipo carecia.

A área de implantação da aldeia na região de Sintra, freguesia de Algueirão, tinha na Idade Média uma enorme importância política. O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho era o principal proprietário das terras da freguesia de Algueirão-Mem Martins, a que se juntam várias doações régias. Nos séculos XIV e XV, sabe-se que o Mosteiro de Santos-o-Novo das religiosas da Ordem de Santiago tinha bens em Mem-Martins, não se podendo apurar se a aldeia de A-dos-Rolhados era pertença desta Ordem. Sabe-se, no entanto, que em 1527 o numeramento do reino refere “a Vintana de Algeirão com seus casaes 35 vizinhos (...) e a vintana de Arranholas com 36 vizinhos”, o que confirma a ocupação humana contínua e numerosa deste território (Oliveira, 2013).

A primeira vez que o lugar de “Relhados²³” é referido deve-se António da Matta em 1620 que atribuiu cinco vizinhos ao lugar e o integra na Freguesia de Santa Maria, vintena de Algueirão (Oliveira, 2013). A-dos-Rolhados terá pertencido à vintena de Algueirão, como se deduz da Lista de Comarcas do Reino de 1640 que refere o Casal como tendo 5 vizinhos. Nas Memórias Paroquiais Rolhados aparece como contendo 2 famílias com 15 pessoas (Monteiro, 1758). Nesta época o lugar pertencia ao Marquês de Pombal, de acordo com um marco que existia à entrada do casal (Oliveira, 2013).

Nos anos 60/70 do século XX, as alterações da paisagem e a construção de novas vias de acesso à cidade alteram os modos de vida agrícola que ainda subsistem. É provável que no Casal de A-dos-Rolhados não tenham habitado mais do que duas ou três famílias, já que numa planta de propriedade de inícios de 80 apenas se referem dois proprietários. Nesta data o Casal já se encontraria desabitado, se bem que nas aldeias vizinhas existissem ainda pessoas que lá teriam vivido (Ribeiro et al, 1986).

²³“Relhados” deriva de “Relha”, parte do arado que lavra a terra. Dicionário de Português, Porto Editora, 2010.

Este casal, à semelhança de outros existentes na região saloia, era um pequeno povoado constituído por poucas habitações e respectivos anexos em estreita ligação com explorações agrícolas. Nestas unidades agrícolas de subsistência é de evidenciar, em geral, o carácter empírico da disposição das estruturas construídas e da sua funcionalidade (Portela, 2009, p.61). A partir de duas plantas datadas de inícios dos anos 80 e de reconhecimentos no terreno, e com apoio da interpretação de fotografia aérea vertical, a grande escala, de 1944, é possível compreender-se a organização básica do povoado.

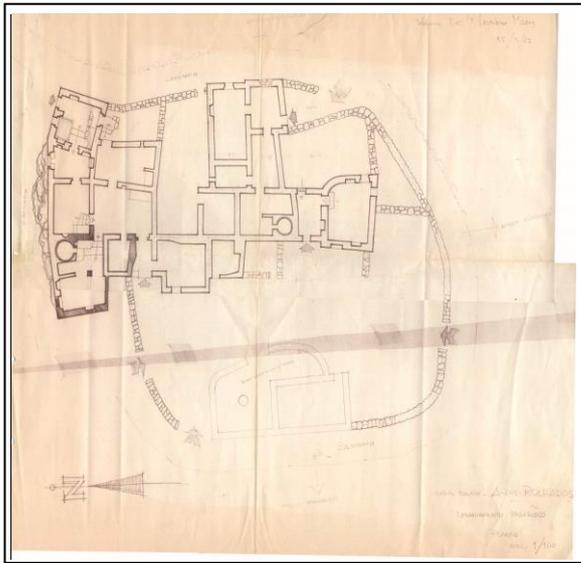


Figura 19- *Planta de A-dos Rolhados, Levantamento provisório, 1981*

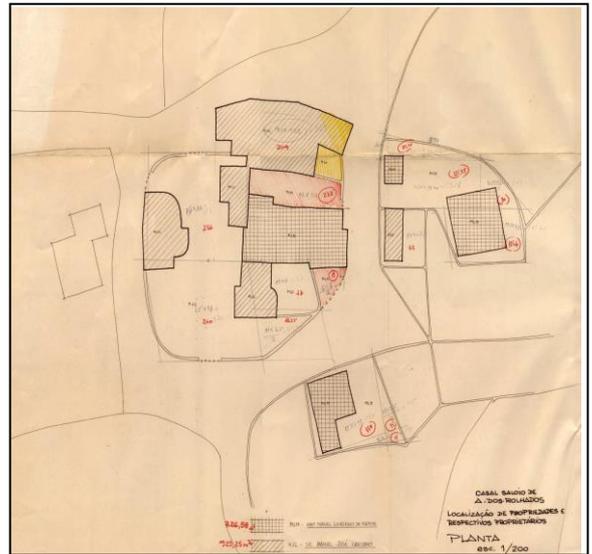


Figura 20-*Planta de A-dos Rolhados, localização de propriedades e proprietários, 1981.*

O casal apresenta um núcleo principal com um grande muro, dotado de um portal, envolvendo vários edifícios e um pátio que, por sua vez divide o conjunto em dois sectores distintos. Nos quadrantes Este, Oeste e Sul encontram-se outros conjuntos, edificados presumivelmente em data posterior à do núcleo murado. O edifício principal deste núcleo, situa-se na extremidade norte sobre uma barra rochosa com declive algo acentuado. A sua tipologia é de dois pisos corridos, com telhado de quatro águas, constituindo o que se denominava por ‘casa de sobrado’, e que traduzia a abastança dos proprietários (Portela, 2009, p.61).

Apresenta no muro virado a Norte uma janela com duas conversadeiras e no piso inferior da extremidade restos de um lagar de varas para produção vinícola. Na extremidade oposta existia, também no piso inferior, uma sala dotada de forno de pão. Estruturas anexas desenvolviam-se em torno de um pátio interior e numa delas, no sector Este, pode observar-se uma grande chaminé em *opus testaceum* e na parede virada a Este uma ‘seteira’²⁴ em bom estado de conservação.



Figuras 21e 22- *Lagar de varas para produção vinícola*,1981.



Figura 23-*Chaminé em Opus Testaceum*, 2013.



Figura 24-*Casa de A-dos-Rolhados*, 1981



Figura 25-*Pequeno oratório*,2013

Supõe-se ter havido preocupações defensivas em determinada época do processo histórico. Tendo certos autores visitado este Casal, em meados dos anos 80, foi-lhes ainda

²⁴ Pequena abertura, geralmente nas muralhas dos castelos, que permite aos arceiros lançar flechas.

possível identificar, para além do lagar e dos fornos já referidos, "adega, habitações, estábulos e currais, talvez mesmo vestígios de oratório" (Ribeiro et al, 1986: 19).

Consciente do estado de degradação contínuo a que a aldeia estava sujeita, em 1998 a Câmara Municipal de Sintra fez uma proposta de aquisição do Casal ao proprietário. Apesar de nos parecer que as negociações estavam bem encaminhadas e Prof Cardim Ribeiro considerava mesmo o negócio 'uma *pechincha*', a verdade é que a Câmara não adquiriu os imóveis e o grau de abandono deste Casal, ao tempo desta investigação, é muito avançado.

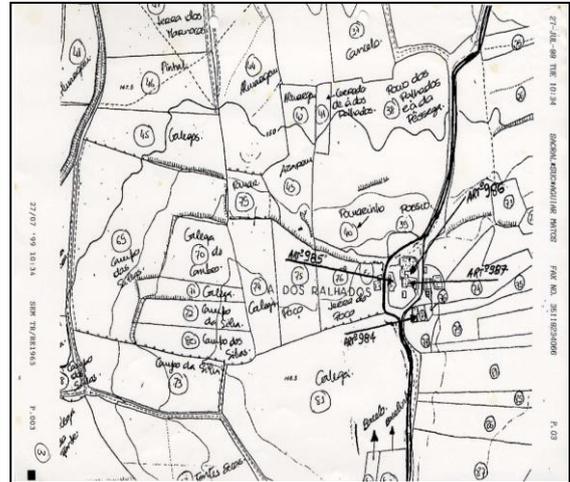


Figura 26- Planta de A-dos-Rolhados com os artigos a adquirir, 1999.

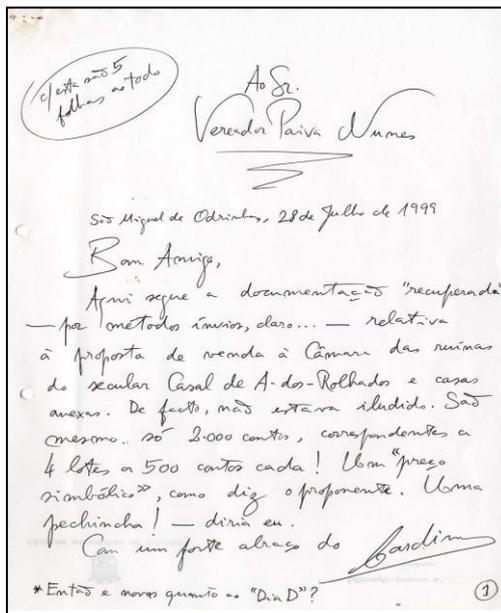


Figura 27- Cardim Ribeiro considera o negócio da compra de A-dos-Rolhados uma "pechincha", 1999.



Figura 28- A proposta de venda de A-dos-Rolhados, pelo proprietário, por 2.000 contos, 1998.

6.2 Causas do abandono das aldeias de A-Dos Rolhados e das Broas

A realidade insiste em ser um todo (Amaro, 2012) e, nesse sentido, podemos dizer que as causas de abandono da aldeia de A-dos-Rolhados e da aldeia das Broas estão ligadas ao crescimento da AML a partir dos anos 60, tal como vimos no capítulo anterior. Entre 1953 e 1973 a indústria cresce a um ritmo vertiginoso (10%), as trocas comerciais intensificam-se, é preciso mão-de-obra masculina e feminina nas fábricas. Altera-se o padrão económico e o ritmo da vida também porque “a terra dá o pão de cada dia, a fábrica o salário mensal” (Portela, 1997). A expansão da construção civil nos anos 90 na AML introduz conceitos como conforto no lar e novas necessidades como água canalizada, casa de banho e luz. Estes novos padrões de vida trazem também novos custos que é preciso ter em atenção. As contas mensais são pagas pelo salário das fábricas, o que leva ao abandono total ou parcial das antigas formas de subsistência. Por isso, o mundo rural altera-se e tende, agora, a ser moldado a partir do mundo urbano (Baptista, 1996: 37). Como faz notar Cordovil vivemos num mundo em transe, onde a emergência de novas oportunidades se associa à multiplicação de novos e intensos fenómenos de exclusão e tensão cultural social e territorial que ultrapassa os tempos de resposta humana ao nível da compreensão (Cordovil, 1995).



Figuras 29 e 30-Comparando a fotografia aérea de 1944 (esquerda) e uma imagem satélite anterior a 2009 (direita) de A-dos-Rolhados, podemos verificar que nesta paisagem se instalaram sobretudo equipamentos industriais e viários, encontrando-se muitas das antigas parcelas agrícolas ocupadas actualmente por prados e matos.

As causas do Abandono de A-dos-Rolhados começam no século XVIII com a política económica do Marquês do Pombal que alterou substancialmente os modos de vida seculares

desta região. A pequena agricultura de subsistência é substituída por novas culturas extensivas como o trigo, o que levou a uma rápida e intensa proliferação dos moinhos eólicos. Os poucos casais que dependiam da pequena economia agrícola subsistiram até meados dos anos 60 do século XX, época em que o surgimento em grande escala de empregos mais atractivos do ponto de vista económico em Lisboa ou nas fábricas que proliferam em Pero Pinheiro, Lourel ou Mem-Martins, atraem estas populações que passam de pequenos agricultores independentes para assalariados fabris. As novas casas também são mais confortáveis, e é a junção do conforto com uma remuneração estável, que leva ao abandono de vários casais no concelho de Sintra, nos quais se inclui A-dos-Rolhados.

No caso particular do abandono da aldeia das Broas, deve ter-se presente o facto de a mesma ter estado integrada em três diferentes concelhos (Sintra, Cheleiros e Mafra) ao longo da sua história, se bem que a sua ligação ao primeiro tenha sido sempre historicamente mais relevante. Por outro lado, a sua posição geográfica, no extremo dos termos, quer de Sintra, quer de Mafra, poderá explicar a falta de interesse a que este povoado foi votado por parte de ambos os municípios, em especial pelo de Mafra.



Figura 31- Linha de divisão dos concelhos de Sintra e Mafra. À direita, com uma casa das Broas, encontra-se o concelho de Sintra e à esquerda, com as restantes habitações da aldeia, encontra-se o concelho de Mafra, 2007



Figuras 32 e 33-Comparando as fotografias aéreas de 1946 (esquerda) e de 2007 (direita), podemos verificar que algumas parcelas agrícolas antigas estão abandonadas na actualidade e encontram-se cobertas por matos ou bosques.

O facto de nunca se ter processado a qualquer intervenção municipal, sobretudo até finais dos anos 60, com vista a dotar a aldeia das condições mínimas de acesso e habitabilidade (estradas, rede de abastecimento de água e luz) terá contribuído decisivamente para o êxodo total da população residente. Mas existe outra característica cultural e social, porventura menos evidente para o investigador mas que nos parece relevantes para o abandono da aldeia: nas Broas existiam raparigas em idade de casar, mas não existiam rapazes (Dores, 2013). Nos anos 50 e 60 o rapaz/marido providenciava a casa da família, as mulheres tratavam do enxoval, ou seja todos os utensílios, bordados, roupa e outros bens para a casa. Não havendo rapazes para manter o património construído, a aldeia é abandonada pouco a pouco pelas raparigas que, ao casarem, seguem para casa dos maridos.

Mais do que olhar para o casario, para os terrenos agrícolas, para o estado de abandono das aldeias, importa conhecer as histórias e as memórias dos seus antigos habitantes. São eles que nos contam as razões que os levaram a abandonar as suas casas, são eles que nos contam as suas angústias mas também as suas esperanças. Embora no caso da aldeia de A-dos-Rolhados não tenha sido possível encontrar nenhum dos antigos habitantes, no caso das Broas os testemunhos da família Baleia (mãe, pai e filha) foram essenciais para se

compreender o que os levou a abandonar a aldeia e quais são as suas perspectivas para o futuro. Todos os testemunhos foram analisados no decorrer desta investigação e as suas informações usadas para se compreenderem dados específicos para a problemática geral do abandono de aldeias em geral e para a aldeia das Broas em particular. Como o testemunho da Maria das Dores, antiga habitante das Broas e nascida e criada na aldeia, é tão rico em pormenores e vivências, decidimos transcrevê-lo, respeitando a sua fidelidade, a oralidade e o carácter intimista. Ao lê-lo percebemos facilmente como era a vida na aldeia, a razão do abandono e os projectos para o futuro.

6.3 O Património afectivo contado na primeira pessoa: Testemunho de Maria das Dores, filha de Gertrudes das Broas, mãe de Ermelinda, esposa de João Baleia.

Na última visita às Broas, em Março de 2013, e depois de muita insistência, a Dona Maria das Dores, persuadida pelo seu marido e pela sua filha, aceitou contar a sua vida na aldeia das Broas. Esta conversa ocorreu na casa da família nas Broas, onde Maria das Dores e a filha Ermelinda passam todos os fins-de-semana a recuperar a casa e a plantar os terrenos agrícolas circundantes. É o primeiro testemunho directo de um habitante nas Broas e permite reconstruir o dia-a-dia da aldeia, as relações de vizinhança, as actividades económicas e as razões do abandono da aldeia. Mais do que o testemunho da vida da aldeia e do seu património imaterial, este testemunho também nos transporta para as décadas de 60 e 70 do século passado, permitindo reconstituir uma época, uma aldeia, uma vivência.

“Nasci nas Broas no ano de 1944. A minha mãe era a Gertrudes que tinha sido criada de uma família rica das Broas. Como esse casal não teve filhos, tratou sempre a minha mãe como filha e deixou-lhe todos os seus haveres. A minha mãe sempre foi uma menina de casa, nunca trabalhou aqui nas terras. A minha mãe nunca pôde ver ninguém a passar fome. Se passava aqui à porta alguém com fome, a minha mãe ia buscar logo um pedaço de pão, de chouriço, qualquer coisa. Se tínhamos cozido, partilhávamos com os vizinhos. E os vizinhos a mesma coisa. O caminho é daqui para Faião, daqui para Cheleiros e daqui para a Almorquim. Eu fui para a escola de Cheleiros, onde fiz a quarta classe. No Inverno tinha de se ir pela Barreira porque o rio enchia e não dava para passar. De verão passava a ribeira e íamos até

Cheleiros. Aqui vivia-se do que o campo dava. Tínhamos umas ovelhas, umas galinhas, uns patos e uns perus. Quando se tinha mais perus, ia-se a Montelavar vender os perus para o Natal e para a gente arranjar dinheiro para o enxoval. E vendia-se um borrego, um bezerro. A nossa vida foi assim. E fazer queijos e levá-los para a periquita. Fazíamos o vinho e ia-se vender. Fazíamos aqui tudo. Só se levava a aguardente para os moinhos do Carvalhal. Ia-se buscar as farinhas aos moinhos. Ia-se buscar a farinha ao moinho do ti água-pé, para fazer aqui o pão. Fazíamos uma paródia em qualquer casa, fazíamos bailes. A gente ia ao rio lá abaixo, juntava-se com pessoal de Cheleiros. Havia mais convívio e amizade, amor. Agora parece que os vizinhos andam tudo a fugir uns dos outros, pronto, diferente do que era antigamente. Casei em 1966. Não convenci o meu marido a vir para cá que as minhas vizinhas também abalaram, senão era diferente. Eram mais mulheres que homens, umas 14. Depois os velhotes faleceram, os mais novos foram cada um à sua vida. As pessoas não podiam aqui viver, umas casaram, outros foram servir. A minha mãe saiu da aldeia em 1968 para ir viver comigo até 1996, ano que faleceu. Depois da morte da minha mãe estive 14 anos a trabalhar num restaurante. Quando eu abalei daqui tiraram as portas, até a escadaria tiraram. Gostava de cá vir e ter uma casa, mas não vivia cá. Gostava de arranjar o telhado, de Verão ir lá a casa, de inverno ir lá a casa, quando me apetecesse. Não quero vender a casa. Não sei o que vai acontecer. Tem muita coisa vendida, eu estou para ver o que é que isso vai dar”

Testemunho de Maria das Dores, Broas, Maio de 2013.

Capítulo VII

Potencialidades e contributos para a reabilitação de aldeias abandonadas

7.1 Ecomuseus, centros de Interpretação, parques culturais

A valorização de aldeias abandonadas e em avançado estado de ruína, pode efectivar-se através de um leque variado de soluções que poderão ir da reabilitação integral da aldeia ao simples painel interpretativo das estruturas visíveis. Se a primeira solução se adequa sobretudo a habitats ainda não demasiado arruinados, inseridos num quadro paisagístico de qualidade e dotados de bons acessos, a última é exequível em situações opostas em que, por mais gravosas que sejam o seu estado de conservação e de inserção, merecem alguma valorização, em resultado de alguma especificidade valorativa, como por exemplo a "importância científica". Como soluções de valorização intermédias, e por ordem crescente do grau de complexidade, tem-se o Centro de Interpretação, o Ecomuseu, e o Parque Cultural. Outras soluções "bastardas" das anteriores podem ainda ser consideradas, como aconteceu na vila velha de Marialva (Beira Alta), onde uma unidade hoteleira se instalou numas estruturas antigas do antigo burgo, num estado de ruína quase total.

7.2 Proposta de Valorização para a Aldeia das Broas

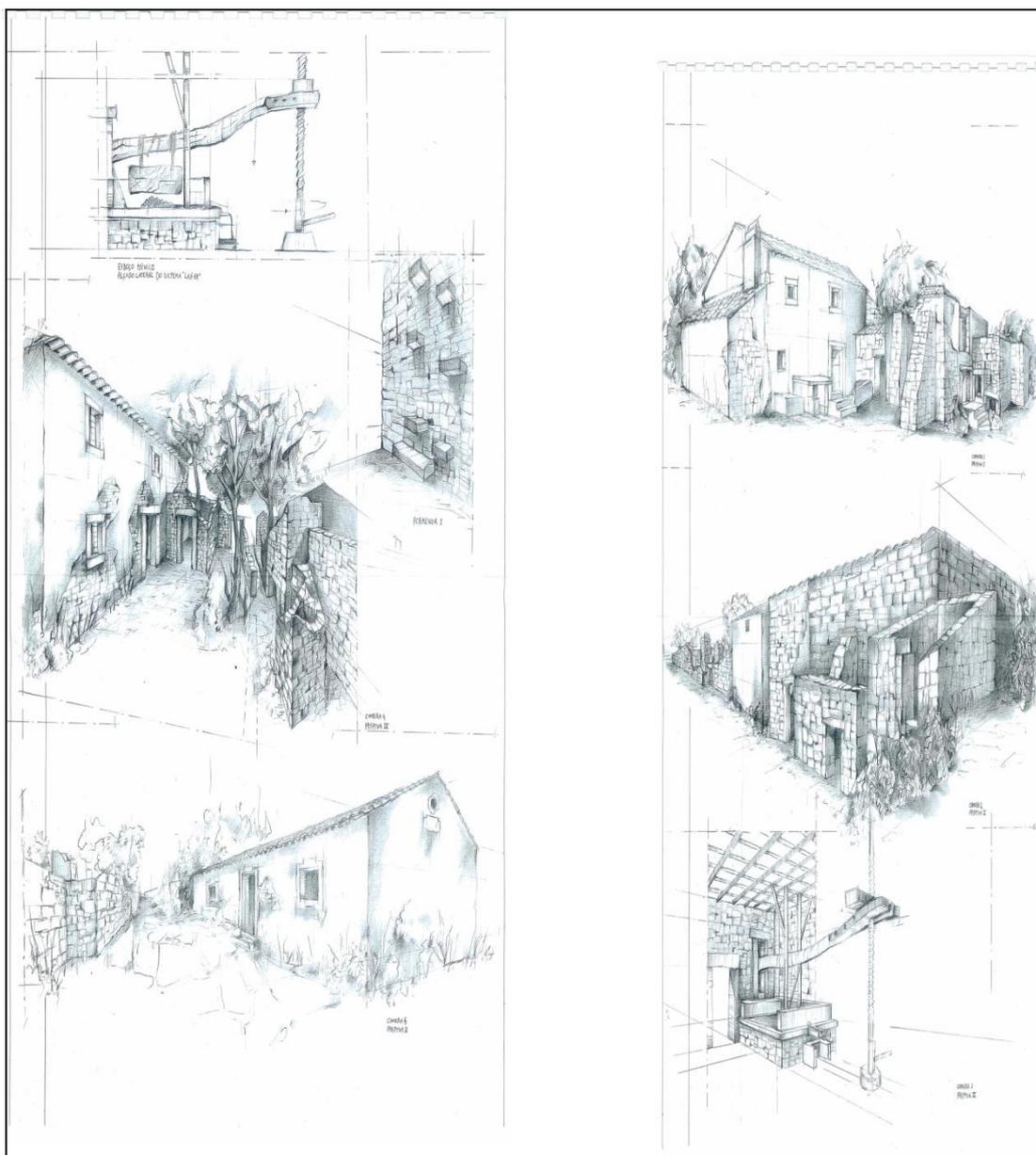
Um Parque Cultural (Barata e Mascarenhas, 2002; Mascarenhas e Barata, 2005) constitui um modelo de participação activa cujos objectivos e aplicabilidade se encontram relacionados com a conservação e valorização das paisagens culturais, a melhoria da qualidade de vida da população rural, a preservação da memória local, novas práticas de desenvolvimento sustentável e o incremento de novas áreas do conhecimento e de aprendizagem. Contribui também para uma compreensão integrada dos valores paisagísticos. Deste modo, um Parque Cultural (Barata e Mascarenhas, 2002, pp. 114-115) permite que se assumam novas formas de promoção e de protecção ambiental; constitui um novo modo de gestão do património e também uma nova escola pois, tanto as novas exigências pedagógicas e científicas, como a competição pelos novos meios tecnológicos e de comunicação, impõem que se concebam novos métodos de aprendizagem. O Parque Cultural proporciona uma

conexão com novas realidades económicas pois uma vez que se lida com estruturas de interesse turístico e com as diversas actividades económicas a elas associadas, tais parques integram-se nos objectivos de apoio ao desenvolvimento local.

A valorização que se propõe, sobretudo no quadro de um Parque Cultural, é a de uma valorização mitigada que procurará reunir parcerias entre associações de desenvolvimento local, proprietários e outros agentes interessados no desenvolvimento da aldeia (como a câmara municipal e alguns investidores, por exemplo) que permitam, desde já, reabilitar parcialmente as estruturas físicas da aldeia, sobretudo em casos de derrocada eminente ou de outros perigos.

A nossa proposta para a valorização da aldeia das Broas tem em consideração o património paisagístico, cultural e construído da aldeia (uma das poucas aldeias abandonadas que ainda conserva o seu casario num razoável estado de conservação), assim como as vontades e opiniões das gentes da aldeia, nomeadamente a da família Baleia. Foi-nos dito claramente que não vendem as suas propriedades e actualmente encontram-se a recuperar as casas que possuem e a cultivar os terrenos adjacentes à aldeia que também lhes pertencem. Não sendo contra a exploração turística da aldeia, querem ser parte integrante do projecto de reabilitação e revitalização das Broas.

A família Baleia propõe-se a contar histórias da aldeia, a fornecer refeições cozinhadas no fogão a lenha, a mostrar as casas, a vender alguns produtos agrícolas das suas hortas. Ora, esta é a visão de uma família apenas. Mas, se o projecto também for ao encontro dos restantes habitantes, quem sabe se o manto de silêncio que se abate sobre as Broas não poderá ser quebrado. Para além destas actividades ocasionais, a aldeia das Broas poderá albergar exposições permanentes ou semipermanentes, apoiadas nas novas tecnologias que justifica o desenvolvimento de um programa turístico – cultural específico, que incluiria visitas a estruturas seleccionadas para o efeito, observação de painéis e de programas vídeo, permitindo aos visitantes interpretar correctamente o referido património.



Figuras 34 e 35- *Desenhos de duas casas da Aldeia das Broas e de uma prensa de varas,2001.*

Cada casa identificada pelo nome do seu antigo proprietário, como consta no mapa das Broas poderá contar a sua ‘história’, dado que o importante património vernáculo que, em conjunto com a histórias de vida de cada proprietário, poderá desvendar o mapa das vivências que a aldeia ainda guarda na memória dos seus antigos habitantes, ou seja o seu património imaterial

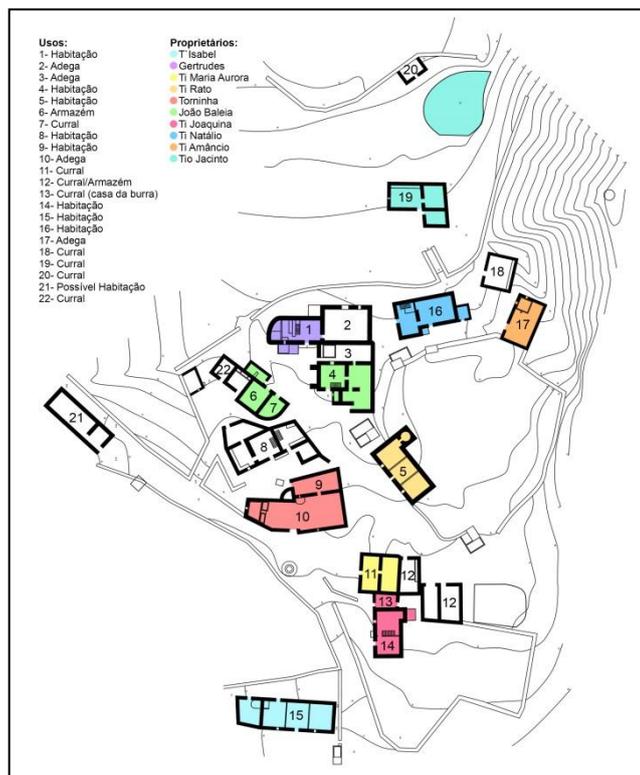


Figura 36-Planta das Broas com identificação dos proprietários, à data do abandono da 'Ti Jaquina' em 1977.

A contracção “ti”, que revela traços de amizade e vizinhança, é muito usual em toda a região saloia e, como tal, decidimos manter o prefixo, dado que é assim que chamam entre si os antigos vizinhos: por exemplo ‘ti’ Rato, ‘ti’ Isabel. Recorrendo a actores ou outras tecnologias vídeo, a casa da tia Joaquina poderá contar, por exemplo, o que é viver sozinha 10 anos numa aldeia abandonada, por exemplo. A casa da Tia Torninha pode revelar como se produzia azeite e vinho nos lagares. A linguagem a utilizar em qualquer plataforma que se escolha deve ser acessível, centrada na vivência dos habitantes, das suas histórias, transmitindo para os visitantes não apenas informações mas também emoções através do relato das pequenas histórias da aldeia e das vidas dos que lá habitavam.

A aldeia das Broas é também detentora de importante e variado património natural e paisagístico, que poderá ser favorecido actividades de cariz «natural», como visitas pedestres,

equestres, em BTT e por outros meios de locomoção não motorizados. O turismo eco-cultural, turismo motivado pelos espaços naturais apreendidos não só através das suas paisagens, flora e fauna, mas também através da sua geografia e história, pode mesmo, com uma gestão apropriada, ser encarado como um factor de desenvolvimento sustentável "na medida que tem o poder para aprimorar o meio ambiente, prover fundos para a sua conservação e protecção e defender a cultura e a história" (Almeida e Abranja, 2009: 15).

O alojamento turístico em espaço rural poderá ser realizado nas aldeias limítrofes das Broas, como Almourquim, Faião, Carvalhal, Cheleiros, com a reabilitação de algumas casas e posterior uso para turismo em espaço rural. Todas estas aldeias também detentoras de interesse cultural, patrimonial e paisagístico e a habitabilidade permanente destas aldeias constitui a mais-valia quer para o turista que procura conhecer a região e as suas gentes, quer para as aldeias que recebem mais uma actividade económica importante. Os fundos europeus Leader poderão ser aplicados neste projecto, dado que, como já vimos, a linhas de orientação são sistemas de qualidade para os produtos agrícolas e géneros alimentícios; serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais. Tanto poderão ser aplicados na própria aldeias das Broas, para a reabilitação do casario e introdução de serviços básicos, mesmo que a habitabilidade das Broas não seja plena mas usada como ecomuseu (não devemos esquecer que os utentes deste ecomuseu necessitam de lavabos com água e luz) como para a reabilitação de casas e serviços básicos nas aldeias adjacentes que serão usadas para acomodamento de turistas.

Para as Broas, o nosso projecto no âmbito do parque cultural, com uma visão holística integrada de gentes, território, potencialidades e turismo em espaço rural, poderão tornar este projecto absolutamente único e diferente dos que são, por hábito, apresentados quando falamos de reabilitação de aldeias abandonadas ou em risco de abandono.

7.3- Um centro de interpretação para o Casal de A-dos-Rolhados?

A valorização do Casal de A-dos-Rolhados constitui um projecto muito menos discutível e complexo que o anterior, em resultado do estado de ruína do habitat e da desqualificação a que foi sujeita a sua paisagem envolvente sobretudo pela instalação, nas proximidades, de unidades fabris e de equipamentos viários, sobretudo da A16. No entanto, a importância histórico-arqueológica deste núcleo urbano (já evidenciada noutro capítulo), justifica uma acção de valorização, mesmo que de cariz mitigado, e uma manutenção regular, acompanhada por acções de monitorização. Já em inícios dos anos 80, vários autores (Ribeiro et Al, 1986) chamaram a atenção para a necessidade de se atender a este casal saloio, "pelo seu grau de pureza" (idem, p.19). De entre as várias soluções, a instalação de um Centro de Interpretação parece a mais exequível. Através do Centro de Interpretação procura-se fornecer ao público chaves de compreensão do património, considerado nas suas múltiplas facetas (construído, natural, paisagístico e imaterial). Para certos autores, a definição mínima normalizada, dum Centro de Interpretação poderia ser: um espaço sem colecção / com o objectivo de valorização e de difusão / dum património / destinado a acolher um vasto público (Chaumier & Jacobi, 2008: 5). Estes Centros apoiam-se, prioritariamente, num projecto fundado cientificamente, na fase inicial, mas permitindo a afirmação de um ponto de vista subjectivo, deixando simultaneamente ao visitante espaços para a sua própria leitura (Thomas-Bourgneuf & Drouguet, 2005). Procura-se restituir a compreensão duma história, de técnicas, ou duma paisagem, recorrendo-se a uma larga gama de suportes: folhetos, maquetes, modelos, projecções vídeo, sistemas interactivos, etc... A experiência e a sensibilidade do visitante são solicitadas a fim de relacionarem a mensagem apresentada com os seus conhecimentos prévios e com a sua experiência vivida (idem,2005).

No caso de A-dos-Rolhados, estar-se-á perante um Centro de Interpretação do património *in situ*, em que o objectivo principal será a sua apresentação no seu próprio contexto e integrado num processo histórico de desenvolvimento tecnológico (Baeyens et Al., 2005). O seu funcionamento destina-se a educar e consciencializar os visitantes sobre a estrutura patrimonial em que o Centro de Interpretação se integra e a sua paisagem envolvente, com especial relevância para a actividade agrícola tradicional na região saloia. A valorização dos recursos culturais e naturais apoia-se em diferentes soluções, consoante a

natureza da acção: adaptação ao local, instalação de painéis indicativos, informação interpretativa adaptada a diferentes tipos de público, medidas de preservação, etc. (*idem*, 2005). Numa fase preliminar, este Centro poderia estabelecer-se num dos edifícios do casal, após restauração, ou num pavilhão amovível anexo às estruturas. Uma das acções imprescindíveis consistiria na limpeza e consolidação das estruturas arquitectónicas. A análise da funcionalidade dos diferentes espaços, até finais da década de 60, em que a actividade agrícola na região ainda assumia elevada importância, é outra acção básica, necessária para a compreensão da estrutura do Casal. Por outro lado, uma vez que no local se sobrepõem estruturas de habitat, de épocas distintas, a realização de escavações arqueológicas, poderia constituir uma mais-valia para o Centro, reforçando a sua atractividade. O mesmo acontece com a instalação de circuitos pedestres que permitissem aos visitantes apreciar o património natural e paisagístico do sector mais bem preservado, a oeste do Casal. Aliás, a chamada Estrada da Cavaleira que, de A-dos-Rolhados, permite aceder ao sítio arqueológico de S. Romão, passando por A-dos-Crivos e a meia encosta de uma colina aonde se encontra a torre de um antigo moinho de vento, já é utilizável, podendo ser integrada nesses circuitos.

CONCLUSÃO

O abandono de terras e desertificação de aldeias é um problema global, que atinge na Europa vários países como a Grécia, Itália e Portugal. As áreas afectadas por esta problemática precisam de respostas globais, nacionais e também locais, que tenham em atenção conceitos importantes como abandono, desertificação, património imaterial e desenvolvimento local.

Apesar de se considerar o abandono de terras como a causa principal para a desertificação de aldeias, a nossa tese demonstrou a relação causa-efeito não é assim tão linear, porque existem vários tipos de abandono e nem sempre uma terra que não tenha actividade agrícola se considera abandonada, podendo ter vários outros tipos de uso. Da mesma forma que observámos que a desertificação de uma aldeia não implica o abandono das suas terras, tal como é exemplo a aldeia das Broas. É por isso necessário que se desenhem políticas públicas abrangentes, que possam depois ser aplicadas caso a caso, e que essas políticas definam a desertificação como um problema humano e não apenas como um problema de secas ou de degradação do solo.

Desde 1986 que a Comunidade Internacional se tem vindo a preocupar com a temática da desertificação, tendo organizado várias conferências no quadro da ONU, embora na última das conferências Rio + 20, de 2012 ainda se refira à desertificação como um problema de degradação do solo e seca, não reconhecendo ainda a desertificação como um problema humano. Em Portugal, as políticas públicas de combate à desertificação reconhecem que desertificação é um fenómeno fortemente influenciado pelo homem e têm sido desenhadas estratégias nacionais de combate a este problema. Contudo, a área de intervenção destas políticas deve no território, baseando-se no conceito de desenvolvimento local, que permite uma relação estreita entre governo, território e todos os actores locais, numa relação ‘bottom up’ adequada a cada caso.

No que respeita a sustentabilidade do desenvolvimento local, as relações entre o turismo, o ambiente e a agricultura devem constituir um triângulo virtuoso em que a qualidade de vida é o hífen. Há que estabelecer-se uma relação estreita entre a revitalização de

aldeias antigas e a da microgeoeconomia das áreas envolventes que tem de tomar em consideração a rarefacção, dispersão e deterioração de recursos naturais e a disfunção entre recursos sociais e recursos humanos. Diante da irreversibilidade das situações relativas à reprodução destes dois tipos de capital, a gestão multifuncional orientada para uma agricultura familiar constituirá uma estrutura de segurança virada para a “recuperação do tempo perdido” e para levar os referidos capitais a níveis de desenvolvimento menos críticos. Neste contexto, a gestão dos ecossistemas deve prevalecer sobre a gestão dos sistemas económicos, num difícil quadro de compromisso (Covas, 2008: 65).

Ao contrário do que vemos ser aplicado em projectos de reabilitação e revitalização de aldeias o turismo não deve preceder os dois outros elementos do triângulo e “as políticas públicas devem promover, reconhecer e premiar os méritos das funções de ordenamento e reconstrução da paisagem global por parte das três actividades” (Covas, 2008: 57). A qualidade global do produto turístico virá a depender, em grande parte, da qualidade global da paisagem, integrando não só os valores do património natural e cultural (material e imaterial), mas também a história e a literatura local e a qualidade biológica do meio relacionada com a qualidade do produto alimentar e a saúde pública (Covas, 2008, p.61) como a inclusão social e a valorização paisagística. Mas mais importante que tudo isto, o desenvolvimento destas aldeias só terá impacte económico, social ou até cultural, se as populações originárias e também limítrofes da aldeia abandonada forem escutadas e envolvidas no projecto. Caso o projecto cultural e turístico não tenha em consideração o ambiente social que a rodeia, as possibilidades de o projecto falhar são muito maiores. É fundamental que os territórios saibam envolver os vários actores locais e explorar os seus recursos endógenos e exógenos

Nos nossos estudos de caso, o abandono da aldeia das Broas e da aldeia de A-Dos-Rolhados enquadram-se no quadro geral do abandono de aldeias na AML (busca de melhores condições de vida, emprego estável, conforto) embora o contexto socioeconómico regional é muito diferente do das áreas rurais deprimidas do interior do país. Na verdade, nestas regiões assiste-se a uma procura intensa de terrenos para novas edificações, tendo vindo a aumentar regularmente o preço dos terrenos. É por isso importante que se continuem a estudar os casos de abandono das aldeias nesta região, cada uma em particular, porque cada aldeia tem um

património cultural único, não sendo possível encontrar um modelo de recuperação e revitalização para todas as aldeias.

Sem esta identidade cultural e esta ligação entre gentes e território, acabaremos por reproduzir ou clonar ideias bucólicas, que acabarão por cansar o consumidor deste tipo de turismo e afastar as populações do seu território porque não se revêem no espaço intervencionado e não o reclamam como seu. Reabilitar e revitalizar a aldeia apostando apenas numa “patrimonialização feliz” (Perez, 2001), não a dotando de verdadeira autonomia económica nem uma identidade cultural própria, que a torne viva e desejável do ponto de vista do turista mas, sobretudo, do ponto de vista dos seus habitantes, os principais interessados e dinamizadores do projecto, levará quase fatalmente ao fracasso do projecto. Mais grave ainda se torna se esta “patrimonialização feliz” (idem, 2001) retira aos habitantes as suas actividades económicas principais e os vocaciona unicamente para o turismo tornando-os dependentes desta actividade. Neste caso, em vez de um ganho, obtêm-se uma perda da identidade cultural, económica e social de toda a aldeia e torna os habitantes da aldeia reféns dessa mesma “patrimonialização feliz”, com a qual não se identificam. Este é o caso das muitas “aldeias históricas de Portugal”, por exemplo, onde o visitante se depara com uma reabilitação cuidada e uma população envelhecida, triste e dependente do turista.

Com a crise económica de 2008 que ainda persiste, muitos dos jovens e menos jovens estão a voltar para as áreas rurais, a cultivar os campos e a reabilitar o casario. É nossa expectativa que esta crise traga de bom a inversão do ciclo de desertificação do meio rural, e o abandono de terras não se acentue. Mas, cumpre-nos alertar que o novo habitante ou o neo-rural deve procurar envolver-se na comunidade e não impor inovações, nem ir com ideias pré-concebidas. O mundo rural tem televisão, internet e acesso a todas as fontes de informação que o mundo urbano tem. Como tal, é preciso ouvir as comunidades que cada vez estão mais informadas e sabem, pela experiência dos anos e das múltiplas vivências, o que é melhor para o seu território e para a comunidade. É apenas pela conjugação de esforços entre poder político, território, actores locais e comunidade que será possível inverter esta marcha lenta do abandono de terras e desertificação de aldeias e só através da apreensão do que é o património cultural de cada território é que poderemos lançar projectos adequados que se mantenham dinâmicos por largas dezenas de anos.

Mas, para terminarmos com uma nota de optimismo, é muito bom apercebermo-nos que as terras que estavam voltadas ao abandono agrícola voltaram a ser cultivadas e existe uma nova geração que reivindica o meio rural como hipótese de trabalho e de futuro e, quem sabe, aldeias agora abandonadas podem voltar a vida.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, A. Cancela d'; R. P. Correia e R. Oliveira, (2004), Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, vol. IV, Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Abreu, O Prior Jerónimo Pereira de (1758) “Memória Paroquial de Nossa Senhora da Assunção de Cheleiros” em Memórias do Tempo, Obras de José Alfredo da Costa Azevedo, 1998, V, Sintra, Câmara Municipal de Sintra.
- Albarello, Luc; Françoise Digneffe, Jean-Pierre Hiernaux, Christian Maroy, Danielle Ruquoy e Pierre SaintGeorge (1997), Práticas e métodos de investigação em ciências sociais, Lisboa, Gradiva.
- Albergaria, J.C (2007), Relatório da Prospecção Arqueológica realizada em A-dos-Rolhados 1 (CNS: 30437), EIA-IC16- Concessão da Grande Lisboa, Lisboa, D.G.P.C.
- Alberti, V. (1989), História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro,CPDOC/ FGV.
- Almeida, F. Moitinho de (1991) (coord.), Carta Geológica de Portugal, Folha 34-A, Lisboa,Serviços Geológicos de Portugal.
- Almeida, I. e N. Alexandre (2009),” Turismo e Sustentabilidade”, Cogitur: journal of tourism studies, 2 (II), pp.15-31.
- Alves, A.L, N.S Carvalho, S. Silveira, J.P. Marques, Z. Costa e A.L.Horta (2003), O Abandono da Actividade Agrícola, Lisboa, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- Amaro, R. (1999), Análise das Necessidades e das Potencialidades da Freguesia de Santa Marinha (Concelho de Vila Nova de Gaia) numa Perspectiva de Criação de Emprego e de Desenvolvimento Local, Lisboa, PROACT e S.A.E./ISCTE.
- Amaro, R. Roque (2003), “Desenvolvimento – Um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria”, Cadernos de Estudos Africanos, 4 (IV), Janeiro / Julho, pp. 37-70.
- Amaro, R. Roque- Palestras nos Seminários do Mestrado de Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, 2012.
- Amin, A. (2004), “Regions unbound: towards a new politics of place”, Geografiskaannaler : series B, human geograph, 86 (1), pp. 33-4.
- André, P. (s/a), “Heranças e lições entre Portugal e o Brasil. Arquitectura e urbanismo na Lisboa da 1ª metade do século XX”, Congresso Património Urbano e Arquitectónico dos Países de Língua Portuguesa, ISCTE.
- Disponível em <http://revistas.ceurban.com/numero8/artigos/paulaandre.htm>
- Antunes, J. (1991),“Broas, terra de fronteira”, Diário Popular, Lisboa.
- Aplin, G (2007), “World Heritage Cultural Landscapes”, International Journal of Heritage Studies, 13 (6), 2007, pp 427-446.
- Arq. Histórico de Sintra (A.H.S.), Documentação Medieval (núcleo Silva Marques).
- Asquith, L. e M. Vellinga (2006), Vernacular Architecture in the Twenty-First Century, London, N.Y.: Taylor & Francis.

- Aubreville, A. (1949), *Climats, fôrets et desertification de l'Afrique tropicale*. Paris.
- Baeyens, H. et al (2005), *Heritage Interpretation Centres. The Hicira Handbook*. Barcelona, Diputació de Barcelona.
- Baleia, Ermelinda, Maria das Dores Baleia e João Baleia (2009), Informação oral.
- Baptista, F. Oliveira (1996), "Declínio de um Tempo Longo", em Joaquim Paiset (coord), *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, Lisboa, pp. 35-75.
- Baptista, J.M. (1876), *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Baptista, L.V e J. Pujadas (2000), "No turbilhão do processo de metropolização: Lisboa e a periferia saloia", em *Comunicações: III Jornadas sobre Cultura Saloia*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- Barata, F.T. e J.M Mascarenhas (2002), *Preserving the land's Memories – The Tourega/Valverde Cultural Park*, Évora, CEEM-Universidade de Évora.
- Beja, J. M. (1984). "Broas para além do «fim do Mundo» ou as ruínas de um casal saloio", *Jornal de Sintra*, 19 de Outubro.
- BJPE (1947), "Etnografia saloia – Subsídios para o seu estudo", *Boletim da Junta Provisória da Estremadura*, 15 (XV), pp.251-284.
- Boléo, J (1973), *Sintra e o seu termo, Estudo geográfico*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra.
- Branco, J., M. Oliveira, R. Ferreira e O. Póvoa (2010), *Desertificação em Portugal: causas, Consequências e Possíveis Soluções*, Escola Superior Agrária, IPP.
- Borges, Prior Sebastiam Nunes (1758), "Memoria da Igreja Matris, e Real Collegiada de Sam Martinho da Villa de Cintra" em *Memórias do Tempo*, Obras de José Alfredo da Costa Azevedo, 1998, V, Sintra, Câmara Municipal de Sintra.
- Bronner, S. J. (2006) "Building tradition, Control and authority in vernacular architecture", em Asquith, L. & Vellinga, M. (ed.), *Vernacular Architecture in the Twenty-First Century*, London, N.Y.: Taylor & Francis, pp. 23-45.
- Caldas, J. V. (1999), *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Cardoso, António (2008), "As associações: uma alavanca para o desenvolvimento local,ESA, IPVC (Viana do Castelo) ", *Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*, Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov, 2007, SPER / UAlg.
- Cardoso, J. Luís, Georges Zbyszewsky e M. Conceição André (1992), "O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa" em *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (3), Oeiras, edição do C.E.A.
- Cardoso, L. (1751), "Cheleiros" em *Diccionario Geografico ou Noticia Histórica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeãs*, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, p.637.
- Casqueira, Natália Maria Azevedo (2007), *Políticas culturais, turismo e desenvolvimento local na Área metropolitana do Porto*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade do Porto.

- Carvalho, Álvaro (2008), *Rio de memórias. Uma Torrente de Afectos*. Lisboa, Âncora Editora.
- Carvalho, Lúcia (2010), *Mobilidade Sustentável na Área Metropolitana de Lisboa Norte*, dissertação de Mestrado em Gestão e Qualidade dos Materiais, Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa.
- Carvalho, R. E. (2009), *Património Industrial e valorização do Território. O caso da Mina de São Domingos*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Censos (2011), *Recenseamento geral da População, Resultados definitivos, Portugal, (XV)*, Lisboa, INE.
- Chaumier, S./D e Jacobi (2008), “Nouveaux regards sur l’interprétation et les centres d’interprétation” em *La Lettre de l’OCIM*, 119, pp. 4-11.
- Chiva, I (1994), *Une Politique pour le Patrimoine Culturel Rural*, Paris, Ministère de la Culture et de la Francophonie, Rapport interne.
- Cluzeau, C. Origet du (2000), *Le tourisme culturel*, Paris, Presses Universitaires de France.
- CMS (1956), *Exposição Etnográfica Saloia do Concelho de Sintra*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, Instituto de Sintra.
- Coelho, C (2000), “A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra) : interpretação comparada”, em *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3 (1), pp. 207-225.
- Conselho da Europa (2000), “European Landscape Convention” em *European Treaty Series*, (176).
- Correia, Teresa Pinto (coord) (2006), *Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental. Análise das dinâmicas da Ocupação do Solo, do Sector Agrícola e da Comunidade Rural. Tipologia de Áreas Rurais*, Évora, Universidade de Évora.
- Corsane, Gerard (2006), “Using ecomuseum indicators to evaluate the Robben Island Museum and World Heritage Site”, em *Landscape Research*, Vol 31, pp 399-418.
- Cordovil, Francisco C. (1995), “Desenvolvimento Rural e Conservação do Campo” em *Comunicação ao Colóquio Os Recursos Agrários, o Mundo Rural e a Conservação do Ambiente*, Instituto Superior de Agronomia, 15 de Dezembro de 1995, Lisboa.
- Costa, A. – *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, Azurara: Typographia Privativa do Diccionario Chorographico, 1936.
- Costa, J.C, C. Aguiar, J.C.Capelo, M. Lousã e C.Netto, “Biogeografia de Portugal Continental”, em *Quercetea*, vol. 0, Lisboa, Associação Lusitana de Fitosociologia, pp. 05-56.
- Costa, P. F (1996), “Em Busca de uma Identidade: os Saloios”, em *Actas das II Jornadas sobre Cultura Saloia* (Loures, 6-7 de Dezembro de 1996), Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 91-106.
- Costa, Paula (1999), *Agricultores e risco ambiental: atitudes, valores e práticas num contexto de revalorização social dos espaços rurais*, Dissertação de Mestrado, Coimbra.

- Covas, A. (1999), “ As amenidades rurais. Um contributo para o desenvolvimento de zonas desfavorecidas. em Colecção Estudos e Análises (8), Lisboa, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural.
- Covas, A. (2008), Temas e problemas da ruralidade pós-agrícola e pós-convencional, Série Ruralidades III, Faro, Universidade do Algarve.
- Dag Hammarskjöld Foundation (1982), What Now? Another Development, The Dag Hammarsköld Report on Development and International Cooperation, Sweden, Motala Gafiska.
- Déjeant-Pons, M (2013), "Rural heritage as a Driving Force for Sustainable Development and Territorial Cohesion", em MEPIELAN E-Bulletin.
- Disponível em :
<http://www.mepielanbulletin.gr/default.aspx?pid=18&CategoryId=2&CategoryTitle=Guest-Articles>.
- Diaz, Gema Carrera (2005),” Evolucion del patrimonio (inter) cultural: politicas culturales para la diversidade” em Patrimonio inmaterial y gestión de la diversidad, PH cuadernos 17, Sevilla.
- Dixon, R.M (1988), “Land Impriting for dryland revetation and restoration, em Burger J. D, Environmental restoration: science and strategies for restoration the earth, Island Press, Washington D. C.
- Dregue, H. E (1983), Desertification of arid lands, Harwood Academic Publishers, N.Y.
- Drury, P. (2002), “The historic and cultural dimensions of landscape” em Naturopa,(98), Council of Europe, pp 12.
- Dubost, F. (1990), “Protection de l’architecture rurale dans une région” em Etudes Rurales, 117, Jan-Mar, pp.127-135.
- Equipa Atlas (2008), Atlas das Aves Nidificantes em Portugal (1999-2005) , ICNA, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, Parque Natural da Madeira e Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, Lisboa, Arsénio e Alvim.
- Esposito, M. & Cavelzani, A (2006),“The World Heritage and cultural landscapes”, in PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 4 (3),pp. 409-419.
- Fabbri, A. (2003), “ Una proposta di Consedil per il recupero dei paesi abbandonati della Liguria. Intervento del Presidente Geom. AntonioFabbri , Fennell
- Disponivel:http://www1.zenazone.it/index.php?app=zenazone&mod=appointments_details&zone_id=45&appointment_id=3039&&zenazoneID=8
- Fernandes, J.M. (1984), “Broas: Lisboa fica a 40 km...”, Expresso, 4 de Agosto.
- Fernandes, J. M. e M.L. Janeiro. (1991), Arquitectura Vernácula da Região Saloia, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Fleskens, L.,F. Duarte e I Eicher. (2009),”A conceptual framework for the assessment of multiple functions of agro-ecosystems: A case study of Trás-os-Montes olive groves” em Journal of Rural Studies, 25, pp.141-155.

- Ferreira, M.N e S.G. Estrela (2007), Relatório da Sondagem Arqueológica realizada em A-dos-Rolhados 1 (CNS: 30437), EIA-IC16- Concessão da Grande Lisboa, Lisboa, D.G.P.C.
- Ferreira, Vítor Matias (coord) (1997), Lisboa, a metrópole e o rio: centralidade e requalificação das frentes de água, Editorial Bizâncio, Lisboa
- Ferreiro, Maria de Fátima (2005), Economia, Direito de Propriedade e Agricultura, Lisboa, Dissertação de Doutoramento, ISCTE.
- Filipe, M. e J.M. de Mascarenhas (2011), “Abandoned villages and related geographic and landscape context: guidelines to natural and cultural heritage conservation and multifunctional valorization” em *European Countryside*, 1.
- Figlia, Luca di (desde 2011 no prelo), *The Abandoned Villages as Regional Resource*, Florence, Department of Urban and Regional planning.
- Fontes, Joaquim (1943),”Mem Martins, notas Históricas e Etnográficas», em *Boletim da Província da Estremadura*.
- Fowler, P. (2006), “World Heritage Cultural Landscapes: What are they?”, em *World Heritage Review*, 44. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-477-2.doc>
- Friedmann, J. (1996), *Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras, Celta Editora.
- Garcia-Ruiz, J.M.P. Ruiz-Flano, Lasanta P., G .Monserrat, J.P Martínez-Rica e G.Pardini (1991), “Erosion in abandoned fields, what is the problem?” em *Soil Erosion Studies in Spain*, 3, pp. 97-108.
- Gallart, David Molina (2002), “El proceso de desertización demográfica de la montaña pirenaica en el largo plazo: Cataluña”, em *Ager, Revista de Estudios sobre Despoblacion Y Desarrollo Rural*, 2.
- Gaspar, Nuno Miguel Vaz Goucha (2009), *O paradoxo metropolitano de Lisboa. Análise comparativa com a área metropolitana de Valência*, Tese de mestrado, Departamento de Arquitectura, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- González Bernáldez, F (1991), “Ecological consequences of the abandonment of traditional land use systems in central Spain” em *Options Méditerranéennes*, 15, pp. 23-29.
- Hare, Kenneth e Outros (1992), *Desertificação: Causas e Consequências*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Henriques, José Manuel (1990), *Municípios e Desenvolvimento*, Escher, Lisboa.
- Hespanha, Pedro (s/a), *O Abandono Rural e a Desertificação*. Disponível em: <https://woc.uc.pt/feuc/getFile.do?tipo=2&id=3151>
- HOUEÉ, P. (2001), *Le Développement Local au Défi de la Mondialisation*, L’Harmattan, Paris.
- L’Harmattan
- Huxford, Blue e Rietzen (2009), *Reversing rural abandonment in the Mediterranean: a capacity and vulnerability assessment of communities on The Ionian Island Kelafonia, Greece*.

- Disponível em: http://www.colorado.edu/hazards/awards/paper-competition/huxford_etal.pdf
- Instituto nacional de Estatística (2009), Recenseamento agrícola nacional, Portugal.
Disponível em: http://ra09.ine.pt/xportal/xmain?xpid=RA2009&xpgid=ra_home
- Korten, D. (1992), "People-Centered Development: Alternative for a World in Crisis", em K. Bauzon (ed.), *Development and Democratization in the Third World: Myths, Hopes and Realities*, New York, Crane Russak.
- Labille, F. (2007), *La Valorisation du Patrimoine Vernaculaire: Une des Actions de prefiguration du Projet de P.N.R. des Pyrénées Ariègeoises*, Rapport de stage professionnel, Lyon, Université Lumière-Lyon .
- Lazpitta, J. & Gibon, A. (2000), "Agricultural abandonment in mountain areas of Europe: Environmental consequences and policy response" em *Journal of Environmental Management*, 59, pp.47-69.
- Lopes, I. (2006), "Os extintos concelhos da Carvoeira, Cheleiros, Enxara do Cavaleiros e Gradil e os seus forais (séculos XII e XVI). Transcrição Paleográfica, tradução e leitura atualizada", em *Boletim Cultural*, Mafra, pp.89-113.
- Lopes, I. (2006), "As Casas das Câmaras dos Extintos Concelhos da Azueira, Carvoeira, Cheleiros, Enxara dos Cavaleiros e Gradil (seculo XVII a 1855) ", em *Boletim Cultural*, Mafra, pp.175-232.
- Lopez, I. (2008), *Memória Social, Uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local*, São Paulo, 1ª edição, Museu da Pessoa.
- Lobo, M. Sousa (1997), "O Plano Director revisitado" em *URBE/Cadernos: a Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa.
- Loureiro, A, N. Ferrand de Almeida, M. Carretero e O. Paulo (2010), *Atlas dos Anfíbios e Répteis de Portugal*, Lisboa, Arsénio e Alvim.
- Lowenthal, D. (1993), "Landscape as Heritage: National Scenes and Global Changes", em J.M. Fladmark (ed.), *Heritage : Conservation, Interpretation and Enterprise*, London, Donhead, pp. 3-15.
- LUCINDA (2008), *General introduction to land degradation and desertification*
Disponível: <http://geografia.fcsh.unl.pt/lucinda/booklets/Booklet%20A1%20EN.pdf>
- Ludke, M e M. André (1986), *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*, EPU.
- MacDonald, D., J.R.Crabtree, G.Wiesinger, T. Dax, N. Stamou, P. Fleury, M.R. Gutierrez Magalhães (coord.) (2005), *Plano Verde do Concelho de Sintra - 1ª fase*. Lisboa, Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista Prof. Caldeira Cabral, Instituto Superior de Agronomia / Universidade Técnica de Lisboa.
- Marchand, C. (2007), "Que faire de l'héritage", em *Les Actes du Premier Colloque d'Archéogéographie*, Paris.
- Disponível em: <http://www.archeogeographie.org/index.php?rub=bibli/colloques/pre-actes/marchand>
- Martínez Martínez, A. (1993), "Los pueblos marginales y abandonados. Posibles actuaciones", em *Agricultura. Revista agropecuária*, 729, pp. 333-335.

- Martins, A. Alberto (2003), "O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média", Lisboa, edição do Centro de História da Universidade de Lisboa, col. Textos Universitários, 2, p. 894.
- Mascarenhas, J.M. & Barata, F.T. (2005), "The Cultural Park as a Platform Connecting Human Ecology with Cultural Landscape", em *Journal of Mediterranean Ecology*, 6(1), pp. 11-18.
- Mascarenhas, J.M. & Barata, F.T. (2005), "Towards new forms of sustainable land management and valorisation: Cultural Parks", em *Proc. of the 1st European Networks Conference on Sustainability in Practice*, Berlin, Ed. Kolleg für Management und Gestaltung Nachhaltiger Entwicklung gGmbH, pp.199-206.
- Marques, A. De Oliveira (2003), "Enquadramento Histórico" em J. A. Teodório (org), *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, editado por Área Metropolitana de Lisboa.
- Matias, M. L. (1999) (coord.), *Guia dos mamíferos terrestres de Portugal continental, Açores e Madeira*, Lisboa, Instituto de Conservação da Natureza.
- Matta, A (1981), em "Evolução histórico-demográfica da região de Sintra", em *Jornal de Sintra*, 20 de Novembro, p.3
- Mendes, J., D. Queiroz, P. Anastácio, M. Gonçalves, M. Cardoso e M. Coelho (1991), *O Clima de Portugal, Normais Climatológicas da Região de "Ribatejo e Oeste" correspondentes a 1951-1980, Fasc. XLIX, vol. II*, Lisboa, Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.
- Merriam, S. (1988), *Case study research in education. A qualitative approach*, San Francisco, CA.
- Metrópoles (2011), *Revista da Área Metropolitana de Lisboa*, 32, Lisboa.
- Monteiro, Prior F. A. (1758), "Memórias Paroquiais referentes a Sintra e seu Termo", em J.C. Azevedo, *Velharias de Sintra, IV*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1982, pp. 137-202.
- Moreira, S. Berthault e N. Crespo (2010), "Sobre a natureza multidimensional do desenvolvimento. Homenagem ao Professor Doutor Adelino Torres", em *Colecção Económicas, Fundação Económicas, II Série*, 14, Lisboa, Editora Almedina, pp 817,838.
- Moreno, L. (2007), *Desenvolvimento Territorial – de um sentido oriental às orientações coesivas para um meio rural inovador*, Lisboa, Caminhos e Caminhantes.
- Museu Municipal de Odrinhas (2013), *Documentação avulsa sobre a Aldeia das Broas e Aldeia de A-dos- Rolhados*.
- Nº de Sítio da Carta Arqueológica (s/a), 186, Designação: Casal de A-dos-Rolhados, Fonte: Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.
- Nabais, A. M. (1993), "Nova Museologia - novas práticas museológicas", em *Vértice*, 54, II série, Lisboa, pp. 46-48.
- Neto, A. R. (2008), *Os habitats naturais e semi-naturais da Granja dos Serrões. Medidas de Gestão e Conservação*, Évora, Universidade de Évora.
- O futuro que queremos (2012), *Declaração Final da Conferência das nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20)*, Rio de Janeiro, Brasil, 20 a 22 Junho.

- Oliveira, R. e J. Machado (2004), “Moinhos Eólicos da Estremadura e Sul de Portugal” em *Cadernos Temáticos*, Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos, Queluz, edição Olho Vivo.
- Oliveira, R. (2012), *Dados Históricos sobre a Freguesia de Algueirão*. Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins.
- Disponível em <http://www.jfamm.pt/sitemega/view.asp?itemid=492&catid=153>
- Oliveira, R. (2013), *Prospecção de aldeias abandonadas na região de Sintra (saída de campo)*, Março.
- Paraíso, P. e R. Ramos (2008), *Relatório do Acompanhamento Arqueológico realizado em Ados-Rolhados 1 (CNS: 30437), EIA-IC16- Concessão da Grande Lisboa*, Lisboa, D.G.P.C.
- Pecquer, B. (1989), *Le Développement Local*, Paris, Syros-Alternatives.
- Peixoto, Paulo (s/a), *Os meios rurais e a descoberta do património*, Coimbra, CES.
- Perella, G., A. Gallia e E. Marcheggiana (2010), "The Potential of Ecomuseums in Strategies for Local Sustainable Development in Rural Areas", *Landscape Research*, 35 (4), pp. 431-447.
- Pereira, F. Alves (1975), *Sintra do Pretérito*, Sintra, edição da C.M. de Sintra.
- Pereira, S. M. e P. Marques, (2011), *Trajectórias residenciais e metropolização: uma análise introdutória a propósito da AML*. Lisboa, DINÂMIA, 2011.
- Peres, R., C. Quitério, E. Quintais, J. Andrade, N. Ferreira, P. Gaspar, P. Fernandes, e R. Teodoro (1996), “Ingredientes para a reabilitação das Broas: 100 g de Cultura, 50 g de Tradição, 80 g de Desenvolvimento, Interesse q.b.”, em *Boletim Cultural*, Mafra, Câmara Municipal de Mafra.
- Pérez, X. P. (2001), “Patrimonialización y Transformación de las Identidades Culturales”, em *Paper presented in the 1º Congresso de Estudos Rurais “Mundo” Rural e Património*.
- Pimentel, A. (1908), *A Extremadura Portuguesa*, Lisboa, Empresa da Historia de Portugal.
- Pinho, R. (1916), *O Concelho de Sintra. Esboço Económico Agrícola*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- Ponte, João Pedro (1994), *O estudo de caso na investigação em educação matemática*, Ed quadrante.
- Portela, A.T. (2009), *Arquitectura da Região Saloia. Contributos para a sua caracterização nas zonas rurais dos concelhos de Sintra e Mafra*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Lisboa, Universidade Lusíada.
- Portela, J. (1997). “O meio rural em Portugal. Entre o Ontem e o Amanhã”, em *International Seminar on the Revitalisation of the Rural Areas and Spacial Planning*, Lisboa.
- Projecto Equal (2008), *Animação Territorial. Caminhos para a Inovação Social*, Lisboa.
- Regis, E.G. (2004), *Conceptual Framework of Ecotourism*, INECAR.
- Disponível em: <http://www.adnu.edu.ph/institutes/INECAR/pointeval1.htm>
- Reis, José (2001), “Observar a Mudança. O Papel dos Estudos Rurais” em *Oficina do Ces*, 165.

- Resolução do Conselho de Ministros nº 69-99 (1999), “Aprova o Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação, aprovado a 17 de Junho de 1999”, publicado em Diário da República, I- Série B,158.
- Ribeiro, Gen. Carlos (1880), “Monumentos megalíticos das vizinhanças de Belas”, em Estudos Prehistóricos em Portugal, II, Academia Real de Ciências de Lisboa, pp. 39-40.
- Ribeiro, J.C., M.E Cabral e M.L Nunes (1986), "Contributos museológicos para uma abordagem antropológica da região saloia", em Cadernos de Museologia, Extracto das Actas do Colóquio APOM/85, Sintra, Edição da Câmara Municipal de Sintra, pp. 13-41.
- Ribeiro, José Felix (2009), Cenários de desenvolvimento para a Área Metropolitana de Lisboa no horizonte 2020, parte I, Lisboa, PROTAML.
- Disponível em: <http://consulta-protaml.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/Cenarios%20de%20Desenvolvimento%20para%20a%20AML.pdf>
- Ribeiro, O. (1961), Geografia e Civilização, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.
- Rivas-Martínez, S. (2005), Avances en Geobotánica, Madrid, Instituto de España, Real Academia Nacional de Farmácia.
- Roca, Z. e J.A. Oliveira (2005), “ A Paisagem como Elemento de Identidade e Recurso para o Desenvolvimento”, Comunicação apresentada no X Colóquio Ibérico de Geografia, Évora, 22-24 Setembro de 2002.
- Roca, Z. (2009), “Paisagem, Identidade Territorial, Desenvolvimento e Terrafilia”, em comunicação apresentada na Sessão de Debate e Reflexão sobre Política Nacional de Arquitectura e Paisagem, Palácio de Monserrate, Sintra.
- Rodil, J. e S.L. Carvalho (1959), Sintra: as pedras e o tempo: roteiro histórico de Sintra, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, (ed) 1995.
- Rodrigues, A. B. (s/a), Turismo e desenvolvimento local: do discurso a eficácia.
- Disponível em: [:http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/01.pdf](http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/01.pdf)
- Rodrigues, D., F. Vala, J. Ferrão (2002), As Regiões Metropolitanas Portuguesas no Contexto Ibérico, Lisboa, DGOTDU/Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.
- Santos, Maria Helena de Castro (1997), “Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte”, em DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 40 (3), pp. 335-376
- Sebastião, L.F. (1992) “Aldeias Fantasma entre Sintra e Mafra” em Público Magazine, 25 de Outubro, pp. 62-72.
- Sedimayr, A. (2008), “Agricultural marginalisation in Portugal: Resistance or Resignation?”, em Actas do III Congresso de Estudos Rurais (Faro, Univ. Algarve, 1-3 Nov. 2007), SPER / UAlg, CD-ROM.

- Serrão, J. V., (1982), O Marquês de Pombal - o homem, o diplomata e o estadista, Lisboa, edição das Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal.
- Sousa, A. C. (1998), O Neolítico Final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- Sousa, Paulo Renato Baronet (2011), As encruzilhadas do Despovoamento. Interior, Jovens e Emprego, O caso do Concelho de Castro de Aire, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de Coimbra.
- Stöhr, W.(1981), "Development from Below: The Bottom-Up and Periphery Inward Development Paradigm", em W. Stöhr e D. Taylor (eds.), Development from Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries, Chichester, John Wiley and Sons, pp. 39-72.
- Stöhr, W. (1990), "Global Challenge and Local Response; Initiatives for Economic Regeneration", em Contemporary Europe, New York, The United Nations University.
- Taylor, K. (2008), Landscape and Memory.
Disponível em: <http://www.amw.org.au/mow2008/mow/.../TaylorPaper.pdf>
- Teixeira, D. (2005), Ecomuseu de Barroso. A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local, dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre, em Património e Turismo, sob a orientação do Professor Doutor Jean-Yves Dominique Durand. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- Tenedório, José António (coord) (2003), Atlas da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa, editado por Área Metropolitana de Lisboa.
- Theil, S.(s/a) – Para onde é que foi toda a gente?
Disponível em : http://www.selecoes.pt/Common/imprimir.asp?artigo=R_5135
- Thomas-Bourgneuf, M. e N. Drouguet (2005), "Questions méthodologiques autour de la conception des centres d'interprétation", em La Lettre de l'OCIM, 98, pp. 13-20.
- Trigal, L. Lopes, A. Abellán, D. Godenau (coord) (2009), Envejecimiento, despoblación Y territorio, Leon, Universidad de Leon.
- Vachon, B. (1993), Le Développement Local: Théorie et Pratique, Montréal, Gaëtan Morin.
- Vasconcelos, J. Leite de (1897), Religiões da Lusitânia , edição Imprensa Nacional (reedição utilizada de 1981), vol. I, Lisboa, pp. 105 - 106.
- UNESCO (2003), Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.
Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3794>
- Veiga, E. (1879), Antiguidades de Mafra, Mafra, reeditado pela Câmara Municipal de Mafra em 1996. Disponível em: <http://www.fems.asso.fr/pages/fr/menu1/ecomuseologie/f eacute d eacute ration des ecomus eacute es et des mus eacute es de soci eacute t eacute -100.html>
- Ventura, M. (2010), Património e Turismo em áreas de baixas densidades: o caso das aldeias de Pessegueiro e Esquio, dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Coimbra.
- Wood, J. e Trevor R. (1985), Deserted villages, Buckinghamshire, Shire Archaeology.

Xerez, R. (2008), “Dinâmicas do Território: Centralidades e Gentrificação na Área Metropolitana de Lisboa” em VI Congresso Português de Sociologia, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Yin, R. (1994), Case study research: Design in methods, Thousand Oaks, CA, Sage publications.

Zaragoza (2011), Recuperación de pueblos abandonados, editais camarários, Zaragoza.